



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

4^a Reunião da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos.

Brasília/DF.
8 de Agosto de 2012.
(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

46 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Bom dia
47 senhores membro da Câmara Técnica. Segundo a informação aqui da
48 secretaria do Conama nós já temos quórum para começar a nossa reunião.
49 Então, eu pediria aos representantes da Câmara Técnica que tomassem
50 assento na mesa para que nós déssemos início aos trabalhos. Queria
51 cumprimentar a todos, dar bom dia e desejar bons dias de trabalho a todos
52 nós. Só para efeito de registro eu vou comentar aqui a presença minha, Márcio
53 Freitas representando o Ibama, Daniela Rohfs, representando o Ministério da
54 Saúde, suplente do Ministério da Saúde e Ministério dos Transportes Adriana
55 Rodrigues Costa também está presente, representantes dos Governos do
56 Estado, está representando aqui o Governo da Bahia, o Aldo representando o
57 segmento do Governo, como suplente do Governo de Minas Gerais do
58 Governo da Bahia. Governo de São Paulo, o Doutor Alfredo Roca, ainda não
59 assinou a lista de presença, mas já está aqui presente, os representantes da
60 Anamma, não se... Uma das vagas ainda não tem representação, na outra está
61 o Luiz Eduardo Soraggi, representando a Anamma Sul. O segmento da
62 indústria, CNI, Wanderley presente, Evandro, CNC presente também, o
63 Francisco Soares, da FURPA e o Doutor Carlos Alberto Bocuhy, que é o Vice-
64 Presidente dessa Câmara representando o PROAM. Então, praticamente todos
65 os Conselheiros presentes com exceção de um segmento que não está
66 representado aqui. Bom, a nossa pauta prevê além dessa abertura formal que
67 eu acabei de fazer, a aprovação da transcrição da 2ª e 3ª reuniões da Câmara
68 Técnica de Qualidade. Nós tivemos um problema técnico aí na transcrição da
69 2ª reunião. E por isso a intenção é que nós não façamos a aprovação agora e
70 encaminhe depois à aprovação na próxima reunião, ou assim que nós tivermos
71 essa transcrição das duas em conjunto. Eu não sei se alguém se opõe ou se
72 tem alguma questão em relação a isso. Vamos então á ordem do dia. Nós
73 temos como primeiro ponto de pauta um processo referente à proposta de
74 Resolução para regulamentar a responsabilidade dos fabricantes e
75 importadores de veículos ou motores sobre as tecnologias utilizadas para o
76 atendimento aos limites de emissão, estabelecidos pelo programas de controle
77 de emissão veicular do PROCONVE e PROMOT. Só destacando que esse é
78 um primeiro ponto de pauta em função de que ele veio a essa Câmara Técnica
79 na última reunião e houve um pedido de vista por parte do CNI. E esse pedido
80 de vista então, determina que ele seja o primeiro ponto de pauta nessa reunião,
81 seja avaliado com prioridade nessa reunião. Eu saliento que nós não tivemos
82 uma avaliação dessa Resolução na última reunião justamente em função do
83 pedido de vistas e, portanto, nós teremos como tarefa além da apreciação do
84 pedido de vistas a apreciação da Resolução como um todo. Não foi discutido
85 ainda na Câmara, teremos que discutir. O nosso ponto de pauta seguinte é o
86 tema que vem tomando a nosso maior tempo aqui da Câmara que é uso de
87 resíduos industriais indicados como matéria-prima para fabricação de produtos
88 fornecedores de micronutrientes. E aí nós temos uma série de documentos
89 protocolados pelo PROAM, que nós teremos que avaliar. E depois informes.
90 Basicamente essa é a nossa ordem dos dias digamos, assim a nossa pauta
91 para esses dois dias de reunião. Nesse primeiro ponto de pauta não cabe,
92 portanto inversão de pauta pelo fato de que houve esse pedido de vista. Como
93 só temos mais um processo para avaliar, além de informes; eu acredito que
94 não há como se discutir inversão de pauta ou qualquer outra proposta de pauta
95 além dessa, a não ser naturalmente a questão dos informes que nós vamos ter

96tempo até o final da reunião para poder discutir. Assim sendo e havendo
97concordância de todos eu daria início então, à discussão da proposta de
98Resolução pedindo para que nós projetássemos, nós vamos primeiro avaliar a
99proposta ou vamos de imediato avaliar o pedido de...

100

101

102**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom dia a todos. Eu acho
103que proposta mais interessante, Márcio, é mostrar de forma geral a Resolução
104para o pessoal entender e nós apresentamos o nosso parecer de pedido de
105vistas. Depois também tivemos uma reunião com o Ibama para tentar chegar a
106um ponto em comum e nós temos já um ponto em comum diferente do nosso
107pedido de vistas.

108

109

110**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Então, vamos
111proceder dessa forma, vamos fazer primeiro a apresentação da Resolução da
112forma como ela veio à Câmara Técnica. Eu pediria ao Doutor Cláudio Liberman
113que fizesse... O Doutor Cláudio Liberman é Coordenador Geral de Gestão da
114Qualidade Ambiental do Ibama, a área a qual está afeto o Programa
115PROCONVE e PROMOT. Então, o Cláudio faria a apresentação da Resolução
116e a partir daí nós passaríamos então às discussões dos... Em princípio de
117qualquer questão que venha a ser colocada pelos Conselheiros, mas não
118havendo outras questões ao pedido de vistas.

119

120

121**O SR. CLÁUDIO LIBERMAN (Coordenador Geral de Gestão da Qualidade**
122**Ambiental/Ibama)** – Bom dia a todos. Essa proposta é que estabelece a
123responsabilidade dos fabricantes e importadores de veículos motores sobre as
124tecnologias utilizados para o atendimento aos limites de emissões
125estabelecidos pelos programas de controle de emissões veiculares. Então,
126considerando a Lei 8.723 de 28 de outubro de 93, que dispõe sobre a redução
127de poluentes para veículos automotores, e na Resolução 297 de 26 de
128fevereiro de 2002, que estabelece limites para as emissões de gases poluentes
129por ciclomotores, motocicletas e veículos familiares novos; considerando a
130existência de diferentes tecnologias adequadas de eficácia comprovada, que
131permitem a entender às necessidades de controle da poluição, os veículos
132depois de comercializados devem manter as emissões de gases poluentes
133dentro dos padrões estabelecidos pela fase de exigência para a qual foi
134homologado, resolve: art. 1º: definir obrigações de fabricantes ou importadores
135de motores ou veículos, cujas configurações foram homologadas pelo Ibama,
136para atendimento ao programa de controle da poluição do ar por veículos
137automotores, PROCONVE, ou Programa de Controle de Poluição do Ar por
138Motocicletas e Veículos Similares, PROMOT. As tecnologias de controle das
139emissões e poluentes de acordo com os parágrafos a seguir. § 1º: o fabricante
140ou importador de veículos ou motores detectores de licença, para uso de
141configuração de veículo ou motor, LCVM, ou licença para uso de configuração
142de motocicletas ou similares, CLM, são responsáveis pelas tecnologias de
143controle das emissões de poluentes neles incorporados. § 2º: O fabricante e
144importador fica responsável por garantir a disponibilidade diretamente ou por
145terceiros, dos insumos não incorporados aos motores e veículos, mas

146essenciais para o desempenho das tecnologias de controle de emissão por
147eles adotados. § 3º: A disponibilidade dos insumos citados no § 2º por outros
148agentes econômicos, que não os fabricantes e importadores de veículos e
149motores, não isenta os mesmos fabricantes ou importadores das
150responsabilidades definidas no § 2º. § 4º: Para fins dessa Resolução entende-
151se por insumos todo ou qualquer produto cuja finalidade específica seja a de
152prover o adequado funcionamento das tecnologias de controle adotadas pelas
153configurações homologadas, sendo utilizado diretamente o tratamento de
154emissões feitas aos combustíveis. § 5º: o fabricante e importador devem
155informar aos proprietários acerca da correta aplicação das tecnologias por ele
156utilizadas, inclusive após comercialização do veículo ou motor. Art. 2º: os
157fabricantes ou importadores de motores de veículos deverão informar ao Ibama
158tão logo seja de seu conhecimento qualquer não conformidade identificada em
159qualquer configuração homologada, relativa aos itens de controle das emissões
160de gases poluentes. Parágrafo Único: esta exigência é válida pelo prazo em o
161que fabricante ou importador garante a manutenção dos níveis de emissão
162homologados. Art. 3º: Os fabricante e importadores de insumos deverão
163destinar parte de sua produção para atendimento aos fabricantes de motores e
164veículos, em percentual necessário ao abastecimento, em condições de preço
165de mercado. Art. 4º: para entendimento das disponibilidades de insumos o
166fabricante e importador de veículo ou motor poderão celebrar contrato de
167distribuição ou concessão, observadas as normas pertinentes à
168comercialização de veículos, peças e motores. Art. 5º: Esta Resolução entra
169em vigor na data de sua publicação.

170

171

172**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Muito bem.
173Obrigado, Doutor Cláudio. Alguém quer fazer alguma observação em relação
174ao conteúdo geral da Resolução ou algum tema específico? Já é o pedido de
175vistas? Ainda não? Então, por favor.

176

177

178**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não. Não é não. Eu acho
179que esse tema entrou Câmara Técnica em 2010. Eu acho no que Regimento
180antigo ainda. Na questão de admissibilidade jurídica e tudo mais. O grande
181questionamento que a CNI e os fabricantes têm em relação a essa Resolução
182é a necessidade de você tentar disciplinar mecanismos de mercado em uma
183Resolução Conama. Vocês imaginem isso poderia ser prováveis combustíveis,
184poderia para lubrificantes, poderia ser para qualquer forma de aditivo. Nós
185achamos no que caso do... O objeto principal dessa Resolução, nesse caso
186específico, é a questão “arroa” que é a uréia que é utilizada para abatimento de
187emissões de NOX, no PROCONVE, na fase 07 do PROCONVE e também no
188PROMOT 04. Então, nesse caso, especificamente, nós achamos que na nossa
189visão e é uma questão jurídica. Então, por isso eu só quero fazer esse... É um
190posicionamento da CNI, achamos que não haveria necessidade do Conama
191regulamentar isso porque o mercado já está se regulamentando em relação à
192disponibilidade desse produto e de demais produtos que sempre foram
193necessários, sempre foram abastecidos, nós nunca tivemos problema com
194isso. Então, até mesmo por questões de ilegalidade, de discussões jurídicas e
195de criar insegurança jurídica para o fabricante, seja de automóveis, caminhões

196ou motos, nós achávamos por bem inicialmente que esse não deveria ser um
197tema específico, até porque vocês imaginem os senhores o fabricante ser
198obrigado a colocar um insumo no mercado, coisa que ele não fabrica, ele não
199tem domínio sobre, não só para a sua rede, mas para toda a rede comercial do
200País. A complicação que seria isso e a insegurança que se poderia trazer
201porque qualquer cidadão, em qualquer lugar o país, não tendo esse insumo
202poderia abrir um processo contra o fabricante. Então, nós ficamos assim
203bastante, digamos, desconfortáveis com a proposta de Resolução, mas ela é
204de cunho eminentemente jurídico, na nossa opinião é jurídico e eu queria só
205fazer esse posicionamento, a CNI faz esse posicionamento aos demais
206conselheiros a respeito do risco que representa isso. Porque, na verdade, na
207nossa visão, nós achamos que o mercado regula sem nenhum problema, já
208está fazendo isso e não haveria essa necessidade de criar essa Resolução
209criando esse tipo de obrigação específica para algo que eu não fabrico. E se eu
210fabricasse, acho que eu entenderia perfeitamente, mas eu não fabrico. Então,
211nós podemos ser indutor, o setor empresarial nunca se furtou a trabalhar de
212maneira proativa para melhorar o desempenho dos veículos. Eu acho que esse
213processo do PROCONVE tem se desenvolvido no Brasil é um caso de sucesso
214realmente e o Conama contribuiu bastante nisso, mas nesse caso específico,
215nós achávamos que não deveria haver essa Resolução. Vamos deixar isso
216discutir isso lá na Câmara Jurídica, acho que não é pauta nossa aqui e depois
217eu quero comentar a respeito especificamente dos pontos que nós
218apresentamos no nosso parecer de pedido de vistas, e depois do acordo nós
219fizemos a reunião o Ibama e nós chegamos a um acordo que poderia, digamos
220reduzir um pouco as fragilidades que nós vemos na Resolução. Obrigado.

221

222

223**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu só queria
224fazer, até por uma questão de coerência, eu tenho dito aqui sempre que um
225dos nossos objetivos e nós tentamos minimizar arestas para as etapas
226seguintes do Conama, do rito do Conama. Uma dessas etapas é a Câmara
227Jurídica. Só para... Também e aí eu vou pedir ao Cláudio que me corrija se eu
228disser alguma impropriedade aqui, mas até onde eu acompanhei esse assunto
229no Ibama a intenção do Ibama em colocar essa Resolução, e o Ibama é um
230dos proponentes disso ao Conama junto com o Ministério do Meio Ambiente. É
231o fato de que ao Ibama interessa o resultado, o resultado do PROCONVE é um
232padrão de emissão lá na ponta, a forma como vai se chegar a esse resultado,
233como nós vamos atingir aquele padrão de emissão é uma responsabilidade dos
234fabricantes. Então, essa tecnologia UARLA que foi proposta como alternativa
235tecnológica para atingir aquele padrão de emissão veio dos fabricantes. Então,
236o entendimento do Ibama é que de essa responsabilidade é compartilhada dos
237fabricantes na medida em que a alternativa foi dada por eles. Nós entendemos
238essas nuances de mercado que são complicadas, mas por outro lado, nós
239como reguladores, temos que garantir que o resultado seja você obtido. Então,
240essa foi a motivação do Ibama propor Uma resolução Conama para
241regulamentar essa questão, e para isso houve uma consulta à área jurídica do
242Ibama que entendeu que nós tínhamos essa competência. Então, só para
243deixar claro que o outro lado do impasse aí por uma questão de entendimento
244nosso.

245

246

247 **O SR. CARLOS ALBERTO HAYLER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria solicitar
248 à direção, o uso da palavra pelo nosso assessor do CTEM, do Ministério de
249 Ciências e Tecnologia, o engenheiro Luiz Gonzaga Santos Sobral, que queria
250 falar exatamente sobre esse resultado que se pretende com a aplicação da
251 tecnologia no PROCONVE, que é a preocupação do Ibama.

252

253

254 **O SR. LUIZ GONZAGA SANTOS SOBRAL (MICT/CETEM)** – No CETEM,
255 Centro de Tecnologia Mineral, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação,
256 ouvindo esse tipo de comentário com relação às emissões de motores
257 veiculares, em particular, é que nós temos que... Não podemos esquecer, não
258 podemos perder de vista a composição dos combustíveis que hoje são
259 utilizados nos nossos veículos, em particular o gás natural. Nós viemos de
260 longa data tentando sensibilizar, por exemplo, uma Petrobrás, de limpar o seu
261 gás natural e isentá-lo, como qualquer parte do mundo que utiliza gás natural
262 para distintas finalidades, inclusive para fins domésticos, a presença de
263 mercúrio. Há quem diga, até mesmo quem trabalha com esse tipo de
264 combustível que os níveis são muito baixos. Nós como órgãos, o Centro de
265 Pesquisa nós lidamos e consideramos carga e não concentração. Carga seria
266 o volume que se queima, que se utiliza nos veículos brasileiros, até mesmo
267 para fins residenciais. O Governo incentivou de longa data o uso do gás natural
268 até mesmo mudando a matriz energética de alguns setores industriais,
269 incentivando o uso de gás natural para fins energéticos. Então, nós
270 percebemos que esses sistemas de exaustão dos nossos veículos, realmente
271 não atendem a esse tipo de emissão. Então, é uma das coisas que nós
272 precisaríamos ver como seria regulamentado esse tipo de uso de combustíveis.
273 Então, isso é uma preocupação nossa de longa data no CETEM, nós já
274 trabalhamos com isso de longa data, com mercúrio. Existe a cada dois anos,
275 inclusive o próximo ano vai ser na Edinburgo, Escócia, que é mercúrio como
276 poluente global, que é o *International Conference on Mercury as a Global*
277 *Pollutant* e trata desses assuntos. Sempre vem à tona o problema do gás
278 natural para todas as finalidades. Então, eu trago aqui a minha inquietação com
279 relação a isso, que esses catalisadores eles realmente não se encarregam
280 disso. Há quem diga até, pela estrutura alveolar do sistema de exaustão uma
281 retenção do tipo física, uma coalescência, é possível que isso aconteça, mas
282 pelo volume e pela velocidade com que esses gases permeiam esses sistemas
283 de exaustão, essa estrutura cerâmica alveolar, ela não se encarrega desse tipo
284 de contaminação. Isso é uma das coisas que deveríamos considerar em
285 nossas Resoluções no País. Então, nós percebemos que quando você paga
286 um catalisador desse, automotivo, gasto dito exausto para recuperação de
287 metais do grupo da platina, como platina, paládio e ródio, você sempre
288 encontra algo de mercúrio, mas temos também equipamentos extremamente
289 sofisticados que utilizam, digamos, técnicas bastante sofisticadas e que
290 detectam a presença de mercúrio nas emissões dos nossos carros, em
291 particular aqueles que utilizam gás natural. Então, isso nós já fizemos isso, já
292 tivemos um problema muito sério, arranhou um tanto a nossa imagem junto à
293 Petrobrás porque nós chamamos a imprensa para observar isso e fizemos
294 medidas no local, no nosso próprio centro, porque esse equipamento é um
295 equipamento russo, chamado Lunex que chega na emissão do seu carro e

296consegue detectar mercúrio. E nós percebemos, por exemplo, no Rio de
297Janeiro em particular, onde eu vivo desde que nasci, quer dizer, a presença
298crescente de Alzheimer, que é quem trabalha com mercúrio sabe que é um dos
299causadores desse tipo de enfermidade. Eu não conheço uma pessoa no Rio
300que não tenha um caso em sua família de Alzheimer. Eu perdi uma mãe, perdi
301um tio, perdi a avó da minha esposa com Alzheimer. Então, eu tenho casos da
302minha própria família. Então, eu acho que é uma das coisas que nós
303deveríamos considerar, ou até mesmo perseguir os órgãos que realmente
304produzem, para saber como é que eles se pronunciam nesse sentido. Têm
305pessoas de órgãos ambientais do Rio de Janeiro que usa a Sistem, por
306exemplo, e que baseiam toda a sua argumentação em concentração de
307mercúrio, nós estamos falando em microgramas, da ordem de cem
308microgramas do por metro cúbico. Vocês me diriam, é baixa? É baixa. Mas nós
309temos que pensar na carga. É qualquer coisa, se tiver um copo d'água com um
310PPT de mercúrio é quase que nada, mas se eu falar em milhões de metros
311cúbicos nós já vamos passar para quilos de mercúrio sendo emitidos. Por
312exemplo, em todos esses encontros, todas essas versões do Mercúrio como
313poluente global, esse assunto vem sempre à tona. Então, isso o Brasil não é
314diferente, que nós já estamos de longa data utilizando o gás natural para todos
315os fins, para fins veiculares, para matriz energética e também para uso
316doméstico. Então, eu trago aqui a minha inquietação e temos números disso. É
317uma questão de consultar o nosso centro e aqueles órgãos que participam
318desses encontros. Participamos de todos esses encontros, em qualquer lugar
319do mundo, o próximo é agora, no ano que vem na Escócia. Na Grã-Bretanha.
320Então, está aqui o meu posicionamento em relação a isso.

321

322

323**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Embora o tema
324não esteja diretamente abordado nessa Resolução que nós estamos
325discutindo, é interessante essa contribuição. E naturalmente, como existe um
326procedimento para encaminhamento de sugestões de Resolução ao Conama.
327Esse é um papel que o Conama pode cumprir. Por não.

328

329

330**A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (Ministério dos**
331**Transportes)** – Bom dia a todos. É a primeira vez que eu me manifesto aqui
332hoje, na Câmara. Eu gostaria exatamente de pedir aos Conselheiros que
333trouxeram essa manifestação técnica, que nos ajudem e elaborar uma minuta
334que contemple essa preocupação. Porque realmente, essa que está em foco
335hoje não trata especificamente disso, mas como é uma questão que permeia
336todo o universo de discussão sempre presente aqui no Conama, é bastante
337relevante que nós apreciemos uma nova minuta contemplando isso. O rito hoje
338é apresentação por parte de algum Conselheiro, passa por pareceres das
339áreas técnicas, Ministério e Ibama, no caso vai para o CIPAM porque é matéria
340nova, essa que entrou é anterior ao Regimento. Então, agora passa pelo
341CIPAM, que se reuniu ontem pela primeira vez, vê o juízo de admissibilidade e
342pertinência, só vê a competência do Conama para tratar do assunto e aí passa
343a tramitar. No caso tramita nessa Câmara mesmo. Obrigada.

344

345

346 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Ok? Mais
347 alguma manifestação em relação a essa Resolução que está em pauta?

348

349

350 **A SRª. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – Eu
351 gostaria de acrescentar ainda. Só retomando Márcio, foram três reuniões de
352 Grupo de Trabalho, na segunda houve o pedido de parecer na Procuraria do
353 Ibama, a Procuradoria do Ibama entendeu que há competência legal para o
354 Conama se manifestar, embora a Procuradoria do Ibama tenha se manifestado,
355 ela entende que isso ainda é uma matéria objeto da Câmara de Assuntos
356 Jurídicos aqui do Conama, que vai se reunir depois dessa reunião aqui dos
357 senhores. Então, que o ponto central é que tem uma lei que é a 8.793, me
358 parece que é essa, que é quem daria ao Conama a responsabilidade pós-
359 consumo nesse caso específico. Agora, nós compreendemos que essa é uma
360 matéria ainda polêmica sobre esse aspecto, e realmente o pedido para essa
361 Câmara Técnica é que avalia o mérito da questão, resolvendo todas as
362 questões de ordem técnica, para que o outro debate possa acontecer a seguir.

363

364

365 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Exatamente isso que nós
366 achamos, nós tivemos acesso ao parecer do Ibama, foi feito um parecer
367 jurídico por parte de advogados ligados ao setor automotivo. Nós sabemos que
368 é uma questão geralmente jurídica, não é tão simples como parece, é uma
369 questão só para chamar atenção. O fabricante tem o seu poder, pode até
370 fornecer várias coisas, mas dentro da rede dele, mas fora da rede dele a coisa
371 complica bastante. É nesse sentido que nós achamos que pode fragilizar e
372 acho está bem no parecer que nós estamos fazendo aqui.

373

374

375 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Por favor,
376 podemos entrar na questão específica do pedido de vistas. E aí eu acho que o
377 Doutor Wanderley pode fazer a apresentação do relatório de seu pedido de
378 vistas e depois os encaminhamentos decorrentes deles.

379

380

381 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – O primeiro ponto... A
382 primeira parte já manifestei, eu vou diretamente aos pontos que nós achamos
383 que deve ser modificado na Resolução. É o § 2º, nós tínhamos acrescentado uma
384 parte no § 2º todo: o fabricante ou importador... Bom, inicialmente me deixa...
385 Vamos voltar aqui para as pessoas não se perderem, o § 2º, do Art. 1º, o caput
386 define das obrigações da fabricante sobre portadores de motores ou veículos,
387 cujas configurações homologadas pelo Ibama para atendimento ao Programa
388 de Controle da Poluição do Ar de Veículos Automotores, PROCONVE, ou ao
389 Programa de Controle de Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares,
390 PROMOT, referente às tecnologias de controle das emissões de poluentes, de
391 acordo com os parágrafos a seguir. No § 2º nós acrescentamos aqui aquilo que
392 nós achamos que realmente vai além das competências do Conama, quer
393 dizer, o fabricante e o importador ficam responsáveis por garantir
394 disponibilidade. E aí nós vamos voltar nesse texto porque nós conversamos
395 com o Ibama e modificamos esse texto. Diretamente ou por terceiros os

396 insumos não incorporados aos motores e veículos, mas essenciais para o
397 desempenho de tecnologias de controle de emissões adotadas. Exceção feita
398 àqueles objetos de regulamentação específica por órgão competente. Por que
399 isso? Porque essa complementação que se deve a consideração de
400 competência de outros órgãos, em princípios de insumos de interesse, como
401 combustíveis e lubrificantes, está § 4º, que vocês colocaram combustível, mas
402 lubrificante não está aqui, pela Agência Nacional do Petróleo, AMP, ou mesmo
403 o uso de energia elétrica para veículos que é regulamentada pela Agência
404 Nacional de Energia Elétrica. A tendência é que carros Elétricos passem a ser
405 mais utilizados no país por questões ambientais e outras mais. Então, nós
406 achamos que isso aqui acrescentaria a proposta de texto, do ponto de vista
407 técnico e a nossa proposta seria essa primeira... Essa primeira emenda é uma
408 emenda modificativa do § 2º. Vamos seguir para outra sugestão. E aí eu volto a
409 discutir a questão, a discussão que nós tivemos com o Ibama. A outra sugestão
410 é modificação do § 3º, do art. 1º também, que nós acrescentamos o seguinte, a
411 responsabilidade sobre a disponibilidade dos insumos citados no § 2º,
412 cortamos outros agentes econômicos, está adstrita ao prazo de garantia dos
413 motores e a sua manutenção deverá ser feita nas redes concessionárias
414 autorizadas, fabricantes de veículos ou motores. Quisemos ater o todo o
415 fornecimento o compromisso dos fabricantes de fornecer esses insumos dentro
416 de sua rede, e dentro do prazo de validade das garantias dos motores, que
417 eles têm um prazo de validade. Aí a obrigação é dada pelo Código de Defesa
418 do Consumidor, não tem como. Então, nós estamos lidando, na nossa visão,
419 da legalidade da mais forte à proposta de Resolução. Isso foi o texto inicial que
420 a CNI apresentou, nós conversamos com o Ibama, o Ibama tem a sua visão
421 realmente bastante diferenciada e fizemos um acordo. Então, eu quis
422 inicialmente mostrar porque nós fizemos isso, mas achamos que seria mais
423 adequado e fizemos um acordo com eles de fazer as modificações na nossa
424 proposta. Eu gostaria de apresentar aos senhores Conselheiros aqui. Então,
425 nós modificamos o § 2º, mantivemos a emenda modificativa, a parte final do
426 texto em vermelho, e suprimimos por garantir que não tem como fabricante
427 garantir disponibilidade porque ele não fabrica produto, mas pela
428 disponibilidade diretamente ou por terceiros. Então, esse termo garantir
429 juridicamente ele é muito forte, nós achamos que poderia melhorar bastante a
430 aplicabilidade da Resolução retirando o termo garantir. Então, o texto ficaria, o
431 fabricante ou importador fica responsável pela disponibilidade diretamente ou
432 por terceiros, dos insumos não incorporados aos vetores e veículos mais
433 essenciais para o desempenho das tecnologias de controle de emissões por
434 eles adotadas, cessão feita aqui pelos objetos de regulamentação específica,
435 por órgão competente. Essa foi uma modificação menor. A modificação maior
436 foi no § 3º.

437

438

439 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só um
440 pouquinho Wanderley, eu acho que nós estamos correndo o risco de gerar uma
441 certa confusão. Eu vou solicitar o seguinte, se nós pudemos botar a Minuta de
442 Resolução na tela e já ir modificando para nós podermos apreciar melhor.
443 Deixa mais claro.

444

445

446 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só uma dúvida. Nós
447 votamos o texto base da última Resolução ou não?

448

449

450 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não.

451

452

453 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Acho que nós temos que
454 votar o texto base.

455

456

457 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Podemos
458 colocar em votação já o texto base e se não há nenhuma manifestação em
459 relação à apreciação do texto base. Quando nós falamos texto base, estamos
460 falando no conceito geral da Resolução, na sua proposição. Havendo
461 concordância em relação a isso, nós passamos a discutir questões de redação
462 que é o que nós já estamos fazendo aqui. Em relação ao texto base, alguém
463 quer fazer alguma observação ou podemos botar em regime de votação?
464 Vamos colocar então em votação. Eu vou pedir uma votação formal para que
465 fique registrado, por favor, a lista de Conselheiros para que eu possa chamar o
466 voto nominal. Essa formalidade é necessária. Vamos lá. Representante do
467 Ministério da Saúde, Daniela.

468

469

470 **SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – De acordo.

471

472

473 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Aldo Carvalho,
474 Governo da Bahia.

475

476

477 **SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia)** – De
478 acordo.

479

480

481 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Alfredo Roca,
482 do Governo de São Paulo.

483

484

485 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São
486 Paulo)** – De acordo.

487

488

489 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Luiz Soraggi,
490 Anamma Sul.

491

492

493 **SR. LUÍS EDUARDO SORAGGI (Anamma/S)** – Voto pela aprovação do texto
494 base.

495

496

497**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Wanderley,
498CNI.

499

500

501**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Voto pela não aprovação
502do texto, mas me pautando naquilo que inicialmente eu coloquei.

503

504

505**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Doutor Evandro
506CNC.

507

508

509**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – De acordo.

510

511

512**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Doutor
513Francisco Soares, FURPA.

514

515

516**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu me abstenho da
517votação.

518

519

520**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Doutor Carlos
521Bocuhy, PROAM.

522

523

524**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Abstenção.

525

526

527**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu, como
528Ibama. Voto a favor do texto base. Nós temos aprovação com duas abstenções
529e um voto contrário. Somos nove, portanto temos seis votos favoráveis. Ok.
530Então, vamos á discussão das emendas. Inicialmente § 2º então, do art. 1º, a
531proposta trazida pela CNI, após discussão com o Ibama é então, que o
532fabricante ou importador... A original é que está em cima, é isso? A proposta
533original então é: o fabricante ou importador fica responsável por garantir a
534disponibilidade diretamente ou por terceiros, dos insumos não incorporados
535aos motores e veículos, mas essenciais para o desempenho das tecnologias
536de controle de emissão por eles adotadas. Esse é o texto original, da forma
537como veio à Câmara Técnica. Proposta alternativa resultante do pedido de
538vistas da CNI e após discussão com o Ibama, na busca de um texto de
539consenso, eu vou ler agora, é isso? Já está ali? Então seria assim, o fabricante
540ou importador fica responsável por garantir a disponibilidade diretamente, ou
541por terceiros, dos insumos não incorporados aos motores e veículos, mas
542essenciais para o desempenho das tecnologias de controle de emissão por
543eles adotadas. Exceção feita àqueles objetos de regulamentação específica,
544por órgão competente.

545

546

547**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Com a discussão com o
548**ibama** nós retiramos o grande, colocamos pela disponibilidade. Aí nós
549**taxamos**, a proposta é taxada e modificada.

550

551

552**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Por favor,
553**corrijam ali**.

554

555

556**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Pela disponibilidade,
557**diretamente** ou por terceiros.

558

559

560**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Muito bem,
561**Daniela**.

562

563

564**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Só uma questão de texto,
565**Wanderley**, eu achei que ficou estranho o fabricante ou importador ficar
566**responsável** pela disponibilidade. Eu achei que não deu, assim, uma clareza se
567**ele vai ficar responsabilizado** por disponibilizar os insumos. Porque pela
568**disponibilidade dos insumos**, não sei se não ficou vago demais. Talvez
569**encontrar uma outra...** É questão de redação mesmo. Eu achei que ficou...

570

571

572**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Se é uma coisa que tem garantia ou não, dá no
573**mesmo**.

574

575

576**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não. Garantia é uma coisa
577**complexa** por que...

578

579

580**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Garantia, ele vai ter que sempre ter.

581

582

583**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Sempre ter, e eu não
584**fabrigo**. Então pode acontecer em algum do Brasil, nós temos que pensar no
585**Brasil**, por algum motivo de mercado o produto está faltando porque
586**simplesmente acabou**, vendeu, acabou e a nova remessa não chegou. Então,
587**para evitar chegar esse incômodo**, nós preferimos tirar a questão da...

588

589

590**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Se tirar o garantir e deixar
591**disponibilizar?** Responsável por disponibilizar os insumos não incorporados.
592**Pela discussão o texto é que não ficou...** Não encaixou bem.

593

594

595**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Tudo bem. Pode ser.

596

597

598 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Então, a
599 proposta de redação é otimizada aí pela Daniela. Alfredo pediu a palavra
600 também.

601

602

603 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
604 **Paulo)** – Na verdade, é para esclarecer uma dúvida que como eu não participei
605 da discussão disso também não entendo, assim, da matéria. Primeiro, eu sei
606 que veículo precisa do combustível, precisa de óleo lubrificante, é uma coisa
607 análoga. Como é que fica essa história ali porque para ele funcionar direito tem
608 que ter isso e não vem do fabricante do veículo. Agora, segundo, o que são os
609 objetos de regulamentação específica? Para dar mais um esclarecimento.

610

611

612 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – No esclarecimento,
613 professor, está relacionado a quais objetos de regulamentação da ANP, que é
614 combustíveis e lubrificantes e energia elétrica, pode ser energia elétrica, hoje
615 no Brasil não é usual, mas pode ser energia elétrica de carros elétricos. Então,
616 tem relação porque são instrumentos que são utilizados nos veículos, apenas
617 isso. É uma questão redacional, claramente é um tema muito jurídico, a
618 Câmara Jurídica vai poder debater mais, mas a nossa intenção era deixar
619 justamente onde estaria, nesse caso, da Resolução do espírito dela a
620 competência do fabricante ou importador.

621

622

623 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – É importante
624 nós termos em mente nessa questão, inclusive que tem a ver com o tema do
625 mercúrio que foi trazido aqui, é que a regulamentação de combustível no Brasil
626 é feita pela área do Petróleo, pela ANP, pela Agência Nacional de Petróleo.
627 Então, não cabe ao Conama opinar sobre composição de combustível, nós
628 opinamos na outra ponta que é o que sai da descarga do veículo, que
629 naturalmente está relacionada com a qualidade do combustível, mas nós
630 diretamente não legislamos sobre combustível. Só para esclarecer e por isso
631 essa preocupação em colocar a competência, não ferir a competência de
632 outros órgãos.

633

634

635 **A SRª. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – me
636 permita Mário, é uma questão também de redação para deixar claro, porque
637 quando eu leio ali, levemente olhando essa redação, fica muito difícil de
638 entender. Exceção feita àqueles insumos, repetir insumos, objeto de
639 regulamentação específica por órgão competente. Pode ajudar? Esse por
640 órgão competente, nós podemos explicar um pouco melhor o que é isso? Um
641 pouco porque, quem é? ANP? Quem mais?

642

643

644 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Na varredura seria a ANP
645 principalmente, mas poderia ser ANEEL também se o carro for elétrico.

646

647

648 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A preocupação
649 aqui, Adriana, é nós não amarrarmos demais porque nós não sabemos que
650 tecnologias virão no futuro para garantir a questão de emissões. Então, aí
651 temos que deixar um pouco aberto para que as soluções tecnológicas surjam
652 da indústria.

653

654

655 **A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – Entendi.
656 Porque quando nós olhamos Resolução Conama, órgão competente, nós
657 geralmente pensamos órgão competente ambiental. No caso não é. Dá para
658 dizer alguma coisa assim? O órgão competente que trata de tal coisa.
659 Entende? Eu quero especificar que não é o tradicional do órgão competente
660 que normalmente para nós é o ambiental.

661

662

663 **A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Mas nós já temos legislação com
664 órgão competente que remete para a agricultura, com órgão competente que
665 remete para a saúde, na colocando isso dessa forma. A Política Nacional de
666 Resíduos Sólidos coloca isso muito claro. Eu acho que se colocar demais aí é
667 desnecessário nesse caso, que nós podemos...

668

669

670 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Ok? Alguma...
671 Podemos colocar em... Ou vocês acham mais prudente nós avaliarmos as
672 outras modificações e votá-las em conjunto? É possível que haja algum
673 rebatimento sobre esse parágrafo, ou não? Não? Podemos aprovar esse
674 parágrafo então?

675

676

677 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Acho que pode porque
678 depois, por exemplo, o § 4º que nós vamos estar suprimindo aquela parte de
679 combustível já está sendo previsto aqui. Então, quando nós chegarmos no § 4º
680 colocamos, nós fazemos essa remissão, mas eu acho pode já passar para a
681 análise.

682

683

684 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Alguém não
685 concorda com essa redação? Se não, consideramos a redação aprovada e
686 vamos então ao § 3º. § 3º eu vou encaminhar aqui. § 3º, a redação original é: a
687 disponibilidade dos insumos citados o § 2º por outros agentes econômicos que
688 não os fabricante ou importadores de veículos e motores, não isentam os
689 mesmo fabricantes ou importadores à responsabilidade definida no § 2º. Que
690 agora ficou sendo de disponibilizar.

691

692

693 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Exato. Então, como nós na
694 modificação no § 2º retiramos o termo garantir, que é um termo muito forte, que
695 é impossível de se garantir, nós modificamos bastante a emenda, mas de

696 encontro ao que o Ibama queria. Então, ficou assim, você pode escrever a
697 proposta? Então, você pode riscar essa parte de a responsabilidade sobre a, e
698 colocar e a não disponibilidade, porque o sentido era outro quando nós
699 conversando nós vimos que era outro, a não disponibilidade. Pode pagar
700 mesmo, não precisa nem riscar. A não disponibilidade dos insumos citados no
701 § 2º, essa parte está a destruir tal prazo de garantia, retira, e sua manutenção
702 também. Pode retirar. Porque senão conflitaria basicamente o § 2º. § 2º, por
703 outros agentes econômicos, aí você vai ter que copiar. Outros agentes
704 econômicos. Aí é o texto original. Só essa parte, achamos que não precisamos
705 citar fabricantes e importadores porque ele está... Exato. Fica assim, por outros
706 agentes econômicos, não isenta os fabricantes ou importadores da
707 responsabilidade definida no § 2º. E aí simplifica. Nós tentamos buscar uma
708 redação onde nós sabemos que temos governança.

709

710

711 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Abaixo de § 2º
712 pode tirar tudo. Então, agora vamos ler as duas. A primeira é: a disponibilidade
713 dos insumos citados no § 2º por outros agentes econômicos, que não os
714 fabricantes ou importadores de veículos e motores, não isenta os mesmos
715 fabricantes ou importadores da responsabilidade definida no § 2º. A alternativa
716 é: a não disponibilidade dos insumos citados no § 2º por outros agentes
717 econômicos, não isenta os fabricantes ou importadores da responsabilidade
718 definida no § 2º.

719

720

721 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

722

723

724 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só para
725 registrar, essa última manifestação foi do Doutor Paulo Macedo, responsável
726 pelo PROCONVE do Ibama. Só para registrar na gravação. Muito bem, alguma
727 observação em relação a essa nova proposta? Doutor Alfredo.

728

729

730 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
731 **Paulo)** – Eu acho que ficou meio estranho, a não disponibilidade dos insumos
732 por outros agentes. Eu acho que é a não disponibilização ou a falta de
733 disponibilização dos insumos por outros agentes, não isenta. Que ficou
734 esquisito. Não ficou?

735

736

737 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Bota aí
738 disponibilidade então.

739

740

741 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – O sentido é dizer que para
742 outros agentes econômicos os fabricantes ainda têm responsabilidade no
743 fornecimento dos insumos. Se querem mudar a redação, fiquem à vontade.

744

745

746 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não, não. Tudo
747 bem. Só estou tentando clareza. Eu acho que tem § 2º demais aí também. Nós
748 poderíamos dizer talvez a não disponibilidade dos insumos por outros agentes
749 econômicos, não isentam os fabricante ou importadores da definida no § 2º.

750

751

752 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Até porque nós estamos
753 remetendo tudo ao § 2º. Pode ser.

754

755

756 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Vamos lá. A
757 não disponibilização dos insumos por outros agentes econômicos, não isenta
758 os fabricante ou importadores da responsabilidade definida no § 2º. Alguma
759 observação mais em relação a esse parágrafo? Alguém é contrário à
760 aprovação dessa substituição do texto original, do parágrafo, por esta nova
761 redação? Não? Então, está aprovada a nova redação para o § 3º. Eu pergunto
762 se há mais alguma emenda de texto ou alguma proposta de alteração do texto
763 original, senão colocaremos em votação a Resolução.

764

765

766 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Márcio, temos o § 4º que
767 seria a supressão a exceção feita aos combustíveis, que eu já remeti isso ao §
768 2º. Eu vou ler para vocês. Para fins dessa Resolução entende-se por insumos
769 todo e qualquer produto cuja finalidade específica seja de prover o adequado
770 funcionamento das tecnologias de controle adotadas pelas configurações
771 homologadas, sendo utilizados diretamente no tratamento das emissões. Eu já
772 fiz a exceção ao § 2º. Então, não precisaria repetir, se quiserem repetir, mas aí
773 eu teria que adicionar ou outros, porque isso não é só combustível. A ideia é
774 tirar. O texto base e taxa essa parte feita aos combustíveis porque eu já remeti
775 isso no § 2º.

776

777

778 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Aí é uma
779 questão de técnica e redação. Eu tenho a impressão que esse § 4º está
780 definindo um termo que nós estamos usando que é insumo. Ele não deveria
781 ser um artigo, ao invés de ser um parágrafo? Porque, na verdade é uma
782 definição de um termo que nós vamos usar na redação. Ele não tem relação
783 com o caput diretamente do artigo e sim com toda a redação que fala em
784 insumo. Então, a minha proposta seria transformar o § 4º, com essa supressão
785 sugerida pela CNI, num artigo seria o art. 2º e numeraria os outros. Então, o §
786 5º viraria § 4º. O § 4º viveria art. 2º e aí se renumeraria os artigos na
787 sequência. Temos acordo em relação a isso? Só uma questão de tornar mais
788 claro e retirar, porque ele não se remete propriamente ao caput, se remete à
789 Resolução como um todo. Ok? É preciso renumerar o antigo art. 3º, que é o
790 art. 4º, 4º para 5º e 5º para 6º. Ok? Alguma observação mais em relação à
791 Resolução? Se não vamos colocá-la em regime de votação. Nenhuma
792 manifestação? Então, como se trata da aprovação da Resolução na Câmara
793 Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, eu vou fazer a votação
794 formal, chamando os Conselheiros, os membros da Câmara Técnica. Então,
795 por favor, Doutora Daniela, representante do Ministério da Saúde.

796

797

798 **A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – De acordo.

799

800

801 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Doutor Aldo,
802 Governo da Bahia.

803

804

805 **O SR. ALDO CARVALHO DA SILVA (Governo do Estado da Bahia)** – Pela
806 aprovação.

807

808

809 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Doutor Alfredo
810 Roca, Governo de São Paulo.

811

812

813 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
814 **Paulo)** – Concordo com a aprovação da Resolução.

815

816

817 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Doutor Luiz
818 Soraggi, da Anamma Sul.

819

820

821 **O SR. LUÍS EDUARDO SORAGGI (ANAMMA)** – Concordo com a aprovação.

822

823

824 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Wanderley
825 Batista CNI.

826

827

828 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – De acordo.

829

830

831 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Doutor Evandro
832 Costa.

833

834

835 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – De acordo com a aprovação da Resolução.

836

837

838 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Francisco, da
839 FURPA.

840

841

842 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Nada a acrescentar,
843 nada a apontar. Concordo com a aprovação.

844

845

846 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só para
847 esclarecer, o Doutor Francisco concorda com a Resolução, é isso? Isso.
848 Aprova. Doutor Carlos Bocuhy.

849

850

851 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Abstenção.

852

853

854 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O Ibama
855 concorda com o texto submetido à Câmara. Então, portanto está aprovada com
856 oito votos favoráveis e uma abstenção. Muito bem vamos então, ao próximo
857 ponto de pauta. Antes de nós entrarmos propriamente no ponto de pauta, eu
858 gostaria que nós apressássemos uma série de documentos que foram
859 encaminhados pelo Conselheiro Doutor Carlos Bocuhy, do PROAM, em
860 relação ao texto que nós estamos discutindo, ou melhor dizendo, a Resolução
861 em si, não propriamente, não especificamente ao texto. Os senhores estão
862 lembrados, na nossa última reunião da Câmara Técnica o PROAM já havia
863 registrado dois documentos. Um deles que tinha uma forma de moção e outro
864 que tinha uma manifestação no sentido da necessidade de nós ouvirmos,
865 prolongarmos, de certa forma, a nossa discussão em relação às discussões
866 técnicas que nós tivemos no primeiro dia de reunião. Em relação ao segundo
867 documento, o meu entendimento é de que houve manifestação dos
868 Conselheiros no sentido de que não era oportuno naquela ocasião... Meu
869 entendimento naquela ocasião foi de que o segundo documento que falava em
870 nova oitiva aos órgãos técnicos, que estavam aqui no seminário, foi
871 contemplado no momento em que nós votamos pela continuação da discussão
872 e não retomada da discussão técnica. O outro documento, ele tinha um caráter
873 de moção e do ponto de vista regimental não há propriamente
874 encaminhamento de moção à Câmara Técnica, e sim ao Conselho. Portanto,
875 nós recebemos o documento, mas não fizemos uma avaliação formal do
876 documento. Esse documento, posteriormente no dia 27 de junho foi novamente
877 encaminhado à Câmara Técnica solicitando... Aí como manifestação do
878 PROAM, solicitando como uma manifestação formal do PROAM à Câmara
879 Técnica. Então, eu imagino que nós devamos nos posicionar em relação a ele
880 já que houve uma manifestação, acho necessário que a Câmara se pronuncie
881 em relação ao teor do documento. Mas antes de nós lermos o documento e
882 colocar para apreciação dos Conselheiros, eu gostaria de consultar ao Doutor
883 Bocuhy se esse entendimento em relação aos dois documentos a que eu estou
884 me referindo, está correto ou se você gostaria de fazer alguma outra
885 observação.

886

887

888 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – O objetivo do
889 PROAM nessa discussão é trazer o máximo de segurança possível do ponto
890 de vista de vulnerabilidade da nossa sociedade com relação ao uso de
891 micronutrientes do solo brasileiro, a partir de resíduos. Então, todos esses
892 documentos, eles têm uma única finalidade, é aprofundar a discussão ao
893 máximo, escutar a discussão técnica no sentido de dar uma abertura para a
894 oitiva daqueles especialistas que aqui estiveram, que agora não é mais
895 oportuno porque, a verdade, aquilo seria a pauta para aquela reunião

896 específica, onde estavam aqui aquelas pessoas ainda, que se apresentaram,
897 que o especialista da Produquímicas, se não me engano, que nós nos
898 referíamos a uma maior clarificação e também de um outro especialista. O que
899 nos traz agora esse momento específico no dia de hoje, é uma outra
900 solicitação, que é um ofício datado de 03 de agosto, que nós encaminhamos ao
901 Conama, solicitando que dois técnicos do CETEM, do Ministério de Ciência e
902 Tecnologia, o engenheiro Luiz Gonzaga Santos Sobral e a bióloga Débora
903 Monteiro de Oliveira, possam explicar sobre possibilidade técnica de remoção
904 prévia de substâncias poluentes. Eu creio que essa é a nossa discussão, acho
905 que o representante do Governo de São Paulo concorda que nossa
906 preocupação é essa garantia. Nesse sentido que nós pretendemos e
907 protocolamos tantos documentos, no sentido de aprofundar o tema para que
908 essa Câmara não delibere com alguma insegurança do ponto de vista técnico
909 para proporcionar a vulnerabilidade da população brasileira. Nós estamos
910 falando de disposição de micronutrientes no solo de todo território nacional.
911 Então, eu diria que no momento o que nos interessa e eu acho que os outros
912 momentos estão registrados, mas ficaram superados por uma decisão da
913 Câmara Técnica, eu reiteraria essa necessidade hoje de uma oitiva desses
914 dois técnicos que nós trouxemos do Rio de Janeiro para essa reunião,
915 arriscando que essa Câmara Técnica votasse contrária à apresentação desses
916 técnicos que são pessoas de relevância internacional. Mas eu creio que a
917 Câmara Técnica terá o bom senso optar por ouvi-los e assim contemplaria
918 essa nossa preocupação do ponto de vista tecnológico.

919

920

921 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Ok. De qualquer
922 forma eu entendo que a manifestação formal apresentada pela PROAM na
923 reunião passada e longo das semanas que a sucederam, necessitaria, eu até
924 consulto a Adriana, mas no meu entendimento houve um documento
925 protocolado aqui, com uma manifestação contrária, de certa forma, à própria
926 Resolução. Então, eu acho que é importante que a Câmara se manifeste em
927 relação a esse documento, independente do outro documento e da outra
928 proposta, porque eu acho estranho que nós fiquemos, simplesmente
929 recebamos o documento e não tomamos nenhuma providência em relação a
930 ela. Eu acho que isso não atende, inclusive ao objetivo da PROAM quando
931 protocolou o documento.

932

933

934 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu gostaria de
935 saber exatamente a que documento o senhor se refere.

936

937

938 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu me refiro a
939 uma manifestação contrária à poluição do solo brasileiro, por uma produção
940 agrícola saudável.

941

942

943 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – O senhor se refere
944 à moção do Coletivo de Entidades Ambientistas do Estado de São Paulo,
945 encaminhada pelo PROAM.

946

947

948 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – É que é o
949 seguinte, eu vou repetir o que eu disse no início. Isso foi inicialmente
950 apresentado... Na reunião passada esse documento foi apresentado à Câmara
951 Técnica como uma moção que eu tinha entendido na ocasião que era para
952 simples conhecimento. Posteriormente a direção do Conama informou ao
953 PROAM que não havia moção à Câmara Técnica, a moção deveria ser
954 encaminhada ao Plenário. E aí a PROAM transformou-se, por isso que eu pedi
955 correção se eu não estou interpretando mal, a PROAM transformou essa
956 moção em uma manifestação e protocolou isso na Câmara Técnica. Eu
957 entendo que se houve uma manifestação ela precisa de uma resposta.

958

959

960 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Posso esclarecer
961 então? É hábito de dezenas de anos no Estado de São Paulo o movimento
962 ambientalista promover moções que são moções de caráter colegiado. Então,
963 foi nesse sentido que nós encaminhamos uma moção do Coletivo de Entidades
964 Ambientistas ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e não uma moção
965 para ser apreciada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente. O nosso
966 objetivo não foi em nenhum momento encaminhar uma moção para apreciação
967 do Conselho, nós sabemos da questão regimental. Mas nós temos um
968 procedimento interno de elaboração de moções. Diante da notícia que o
969 Conama consideraria uma moção ou alguma coisa assim, a ser apreciada pela
970 Plenária, e esse não era nosso objetivo, era uma manifestação, nós nos
971 referimos à questão de forma mais apropriada que seria então, uma
972 manifestação a ser encaminhada à Câmara Técnica. E eu acho que foi isso
973 que foi acatado pela Secretaria-Executiva e considerada uma moção. Não é
974 isso, Adriana, do ponto de vista regimental?

975

976

977 **SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – Quase
978 isso. Na verdade, a moção foi esclarecido que não cabe moção. A
979 manifestação eu estou concordando com o encaminhamento sugerido pelo
980 presidente, por quê? É uma manifestação dirigida à Câmara, embora pelo
981 decorrer das circunstâncias ela pareça que está superada, mas eu acho
982 importante haver uma manifestação formal da Câmara, porque houve essa...
983 Foi protocolado o documento, então é importante que a Câmara se manifeste.

984

985

986 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Então, eu gostaria
987 também de pedir que a Câmara se manifestasse com relação ao segundo
988 documento que é o documento referente à solicitação do aprofundamento dos
989 técnicos que aqui estavam no dia.

990

991

992 **SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – É que os
993 técnicos que estavam no dia...

994

995

996 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu entendo que
997 aquela manifestação já houve, mas também não vejo nenhum problema de nós
998 reiterarmos a manifestação que já houve naquele dia. Não temos problemas.
999 Porque naquele mesmo dia foi feito, foi submetido a esta Câmara a proposta
1000 de oitiva dos técnicos que aqui estavam e foi entendido que não se deveria dar
1001 esse encaminhamento. Eu imagino sim, mas se...

1002

1003

1004 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Não. Se não
1005 consta da ata eu não quero repetir.

1006

1007

1008 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Mas se há
1009 alguma dúvida em relação a isso eu consulto novamente...

1010

1011

1012 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Se consta a
1013 manifestação da Câmara naquele dia, eu acho que não há necessidade.

1014

1015

1016 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Na verdade nós
1017 não temos ainda a transcrição, eu não poderia garantir que conste lá, imagino
1018 que conste porque até... Eu até consulto os demais membros da Câmara se
1019 têm o mesmo entendimento que eu.

1020

1021

1022 **A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – Só um
1023 esclarecimento prévio, Márcio. Consta da transcrição porque nós fazemos o
1024 resultado que não aparece nada disso, mas na transcrição aparece toda a
1025 discussão. O que nós podemos fazer é eu pedir para o Adriano separar a
1026 transcrição nessa parte, que já foi vista por nós e encaminhar aqui para mesa e
1027 para o Bocuhy.

1028

1029

1030 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – A minha
1031 preocupação é se a Câmara Técnica já se manifestou, se consta em ata, não
1032 há necessidade de fazer isso novamente. Agora, com relação à moção do
1033 Coletivo de Entidades, eu não tenho nenhuma objeção que ela seja discutida
1034 pela Câmara.

1035

1036

1037 **A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – Que nós
1038 estamos chamando de manifestação. Então, é uma manifestação do Coletivo
1039 de Entidade de São Paulo, dirigida à Câmara, quanto a não aprovação da
1040 Resolução como um todo. Isso nos parece importante que haja uma
1041 manifestação formal.

1042

1043

1044 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu vou até para
1045 assim, deixar mais tranquila essa discussão, eu vou ler exatamente como foi

1046encaminhado pelo PROAM, para que nós avaliemos se há necessidade de
1047manifestação ou não. Eu acho que isso é uma discussão... Como o
1048endereço é a Câmara Técnica de Controle e Qualidade e Gestão de
1049Resíduos, eu acho interessante que os Conselheiros, os representantes da
1050Câmara tomem ciência e se manifestem em relação ao teor do documento.
1051Então, eu vou ler exatamente da forma como está colocada. São Paulo, 25 de
1052junho de 2012. Antes eu só queria um esclarecimento, em relação à segunda
1053questão, vamos aguardar então que venha a transcrição para nós verificarmos
1054se está contemplada essa questão. Como eu disse, São Paulo, 25 de junho de
10552012, Ofício PROAM 01 25/06/12. Referência: reitera a manifestação contrária
1056à poluição do solo brasileiro e por uma produção agrícola saudável. A Câmara
1057Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, o Instituto
1058Brasileiros de Proteção Ambiental, PROAM, Associação Civil, sem fins
1059econômicos, inscrita no CNPJ número tal, sediada na avenida tal, neste ato
1060representado pelo seu Presidente Carlos Alberto Haider Bocuhy, portador
1061carteira de identidade, sediado... Etc. vem a apresentar aos membros dessa
1062Câmara Técnica a seguinte moção de autoria de Coletivo de Entidades
1063Ambientalistas do Estado de São Paulo, inscrita por mais de uma centena de
1064entidades, cuja versão inicial foi protocolada no início dos trabalhos do Grupo
1065de Trabalho Micronutrientes, do Conama. Manifestação contrária à poluição do
1066solo brasileiro e por uma produção agrícola saudável. Considerando que o
1067Brasil é signatário de tratados e acordos internacionais, que visam a prática de
1068ações de políticas públicas, voltadas à sustentabilidade ambiental e social.
1069Considerando que a Constituição Federal garante a todos os brasileiros direito
1070ao meio ambiente equilibrado e saudável, qualidade da vida. Considerando que
1071esses paradigmas impõem ao Brasil a obrigação de preservar, recuperar e
1072melhorar a qualidade ambiental, e entre metas envolvidas está incluída a
1073manutenção de solos agrícolas saudáveis. Considerando ainda que as
1074sociedades humanas não poderão sobreviver se os solos, águas, o ser
1075humano e os demais organismos da biosfera estiverem contaminados por
1076substâncias químicas tóxicas. Considerando a necessidade de prevenção da
1077contaminação do solo, visando a manutenção de sua funcionalidade, sendo
1078que a existência de áreas contaminadas pode configurar sério risco à saúde
1079pública e ao meio ambiente, além de representar custos impraticáveis e gerar
1080situações que poderão ser irreversíveis e ameaçadoras para o nosso futuro
1081comum. Considerando que prevenir a contaminação do subsolo e das águas
1082do subterrâneo é imprescindível porque esses são bens públicos e reservas
1083estratégicas para o abastecimento público e o desenvolvimento ambiental
1084sustentável, ambientalmente sustentável. Considerando que mesmo diante de
1085todos esses aspectos que nos remetem à ponderação, ao bom senso e à
1086responsabilidade, estamos diante de iniciativas surpreendentes e muito
1087perigosas, conduzidas no âmbito do Conselho Nacional de Meio Ambiente,
1088Conama, onde tramita na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão
1089de Resíduos, uma proposta de Resolução que promove o uso de resíduos
1090industriais indicados como matéria-prima para a fabricação de produtos
1091fornecedores de micronutrientes utilizados como insumos agrícolas. E aí
1092fornece o link do processo Conama. Considerando que no âmbito da referida
1093Câmara Técnica tem-se a pretensão normativa de buscar a regularização de
1094destinação de resíduos industriais para a fabricação de insumos agrícolas,
1095micronutrientes e fertilizantes e poderá se orientar pelo estabelecimento de

1096limites aceitáveis de adição de poluentes tóxicos nos solos agrícolas, que não
1097são do interesse das plantas e representam em enorme prejuízo para a saúde
1098ambiental e humana. Considerando ainda que o maior interesse dessa norma
1099vincula-se estritamente às empresas que se beneficiariam de tais diretrizes e
1100envolvem tanto geradores de resíduos como os próprios fabricantes de
1101insumos agrícolas. Considerando que os órgãos públicos ambientais não têm
1102obstruído a progressão desses interesses e nem os proprietários de terra, nem
1103prometedores dos cultivos estão cientes dos riscos e custos que podem advir
1104de tal iniciativa. Considerando que o Conama, abrigando a pretensão em
1105questão, poderá abrir uma porta para lançamento e acúmulo no solo agrícola
1106brasileiro de grande variedade de resíduos industriais, como poluentes
1107inorgânicos e orgânicos. Considerando que não há lógica reversa aceitável
1108como princípio de reutilização de materiais, quando estão envolvidos os riscos
1109ambientais e a saúde humana, pois o mero argumento de reutilização nunca
1110poderá justificar que resíduos industriais e os seus riscos associados,
1111ameaçem o solo agrícola brasileiro, mascarados como se fossem meros
1112insumos agrícolas, quando na verdade estamos tratando de poluentes
1113inorgânicos tais como Cadmio, Chumbo, Cromo, Arsênio, Mercúrio, entre
1114outros. Considerando que não há dados científicos suficientes para avaliar a
1115avaliações seguras sobre os efeitos e risco associados para o meio ambiente e
1116para a saúde pública, e nem mesmo a demonstração de que os órgãos
1117públicos terão as mínimas condições de controlar e fiscalizar as pretensões
1118envolvidas na normativa em curso. Considerando que a iniciativa é sombria e
1119ignora o princípio da precaução, além do que jamais se poderia admitir a
1120possibilidade da aceitação dos riscos sem que a sociedade os conheça de fato,
1121sem embasamento científico consistente, expondo-se assim de forma arbitrária
1122e incerta do meio ambiente e da vida. Considerando a possibilidade de
1123concepção de uma norma que admita uma piora lenta e inexorável da
1124qualidade ambiental, através da disposição gradativa dos poluentes orgânicos
1125e inorgânicos nos solos, e que tal crime não pode ser aceito, colidindo
1126frontalmente com a Política Nacional de Meio Ambiente e a Lei de Crimes
1127Ambientais. Considerando que a proposta é frágil ao não considerar o solo
1128quanto as suas características, atributos e fragilidades, ressaltando-se ainda
1129que o solo ainda é uma das maiores riquezas do País e que, portanto a adição
1130de qualquer elemento deve ser profundamente embasada, levando em conta
1131todos os efeitos em todos os componentes, entre outros nas plantas, nos seres
1132humanos, na biota do solo, na água subterrânea, nos ecossistemas adjacentes.
1133Considerando-se também os efeitos de bioacumulação. Considerando ainda a
1134necessidade de conhecimento pronuncio da diversidade dos tipos de solos
1135existentes no Brasil, sendo que tal fato não pode ser ignorado, sendo
1136imprescindível considerar a dimensão continental, variando em tipos de clima,
1137material parental e histórico de uso. Considerando ainda a enorme importância
1138do tema visto que envolve os solos agrícolas dos quais dependemos, o meio
1139ambiente, a saúde pública, a saúde do trabalhador e a segurança alimentar.
1140Finalmente considerando o conjunto de aspectos acima, as entidades e
1141instituições signatárias da presente moção, vem de público alertar e manifestar-
1142se no seguinte sentido: 1) que não seja regulamentada, autorizada ou tolerada
1143por qualquer via legal ou administrativa, a utilização ou aproveitamento de
1144resíduos industriais, fornecedores de micronutrientes para fabricação de
1145insumos agrícolas, contendo elementos poluentes orgânicos e inorgânicos,

1146 como, por exemplo, Cadmo, Chumbo, Arsênio Mercúrio e Cromo,
1147 potencialmente tóxicos e indesejáveis à agricultura, que reconhecidamente não
1148 são de interesse para a nutrição das plantas e que causam graves
1149 consequências ao meio ambiente na saúde humana; 2) Que sejam adotadas
1150 medidas administrativas imediatas e eficazes para cessação das atividades
1151 ilegais, de produção e fabricação de insumos agrícolas, a partir da utilização de
1152 resíduos industriais de toda e qualquer empresa no território nacional; 3) Que
1153 não se deve regulamentar a matéria objeto do GT em hipótese alguma, por
1154 meio de estabelecimento de limites aceitáveis de substâncias que não são
1155 interesse para as plantas, dos mesmo metais antes citados, e resíduos
1156 industriais para que esses possam ser utilizados para formulação dos
1157 micronutrientes; 4) Que eventuais possibilidades de uso de resíduos industriais
1158 para formular insumos agrícolas devem ser condicionados por princípio e
1159 remoção dessas substâncias poluentes, que não são de interesse para as
1160 plantas. Novamente os metais anteriormente citados. No entanto, tal premissa
1161 não valida o sustento por si só à viabilidade de regulamentação da matéria em
1162 tela se considerando o amplo e complexo contexto no qual ela se insere,
1163 incluindo a não comprovação da viabilidade de controle e de fiscalização das
1164 atividades pretendidas. Que não se justifica cientificamente o acréscimo de
1165 substâncias tóxicas que são necessárias para a planta e ao solo. A
1166 Constituição Federal e a Política Nacional de Meio Ambiente não admitem
1167 normativas que promovam a piora da qualidade ambiental, o que inclui a
1168 qualidade ambiental dos solos. Que temos poucas informações sobre os
1169 efeitos crônicos à saúde decorrentes de exposições a baixas concentrações de
1170 contaminantes ambientais; que não existem limites seguros para a exposição
1171 humana às substâncias carcinogênicas, a carcinogenicidade, a
1172 mutagenicidade, a teratogenicidade em seres humanos constituem aspecto
1173 preponderantes para a incorporação ou não de substâncias tóxicas ao solo.
1174 Assina o Coletivo de Entidades Ambientais do Estado de São Paulo, não estão
1175 aqui identificados nominalmente, mas só coletivo. O Doutor Carlos Alberto
1176 Bocuhy, presidente da PROAM. Bom, eu submeto então, o texto à apreciação
1177 dos Conselheiros em relação primeiro a que encaminhamento, no sentido de que
1178 encaminhamento se sugere dar a essa manifestação o formal do PROAM à
1179 Câmara Técnica. Doutor Alfredo, depois Doutora Daniela.

1180

1181

1182 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1183 **Paulo)** – Bom, eu gostaria de aproveitar o gancho dessa manifestação e
1184 resgatar um pouco o histórico, até na qualidade não de representante do
1185 Governo de São Paulo, mas de coordenador do GT. Quando houve a primeira
1186 rodada do GT e o assunto foi trazido para a Câmara Técnica, porque isso já
1187 ocorreu, essa manifestação na época das ONGs, Ministério Público e acho que
1188 à época a Saúde também assinava junto, já existia. Então, ficou já naquela
1189 época essa discussão. Vamos fazer uma Resolução que proíba utilização e
1190 puna quem está utilizando irregularmente ou vamos tentar superar essas
1191 dificuldades para que nós não estejamos praticando algo insustentável e
1192 poluindo o solo. Então, nessa linha, depois de toda a discussão da Câmara,
1193 ficou que a Câmara ela restabelecia o GT, dava mais seis meses para esse GT
1194 discutir. Então, o que nós buscamos? Buscamos um exercício de ver se nós
1195 conseguiríamos superar tudo isso, numa Resolução que ao final todo mundo

1196concordasse. Então, isso já ocorreu, Márcio, então, nós estamos revendo isso.
1197Só que vamos ver o que nós evoluímos do que nós tínhamos na Resolução
1198anterior. O outro grupo que representava órgãos ambientais, setor produtivo,
1199alguns órgãos de agricultura, decidiu que poderia haver uma Resolução a partir
1200de algumas premissas. Primeiro definir que os resíduos elegíveis, tudo isso
1201está nessa minuta que nós estamos aqui para votar. Segundo, por que definir
1202os resíduos elegíveis? Para garantir que somente viessem aqueles resíduos
1203que teriam pouca possibilidade de ter algumas das substâncias que não
1204interessava. Segundo, não ter resíduos perigosos. Terceiro, não ter resíduos
1205importados. Quarto não ter substâncias orgânicas. Isso já tinha sido uma
1206decisão da Câmara Técnica anterior. Por quê? Porque a substância orgânica
1207tóxica, ela não existe no solo, não tem valor de referência de qualidade para
1208ela. Então, todos os argumentos que eu vou mostrar a seguir, dos órgãos
1209ambientais para manter a Resolução caem por terra, que é o que tem a ver
1210com a outra questão que é a concentração de substâncias inorgânicas, alguns
1211metais. Então, as substâncias inorgânicas, elas ocorrem naturalmente no solo,
1212elas estão nas matérias-primas tradicionais usadas para fabricar fertilizante,
1213independentemente de estar usando resíduo ou não. Então, elas a princípio,
1214nós entendemos que não estaria fazendo algo diferente do que hoje é feito,
1215muito embora buscou-se a possibilidade de ver uma tecnologia que removesse
1216essa substância. Então, veja isso foi em ponto importante, que engata no
1217segundo documento que nós vemos apreciar, por quê? Ao longo das
1218discussões nós conseguimos uma lista de resíduo elegível, completa ou não,
1219mas nós apreciamos tudo que foi fornecido pelo setor produtivo e temos uma
1220posição a discutir. Todas as questões relacionadas à dificuldade do órgão
1221ambiental de fiscalizar, nós tentamos superar fazendo uma Resolução que
1222deixasse o mínimo possível a cargo do órgão ambiental e até reforçando
1223algumas coisas que se considerava óbvias, mas nós achamos que o que
1224abunda não ofende e ficou pendente a questão realmente de ver se tinha
1225tecnologia disponível ou não. Durante o mandato d GT nós discutimos, não
1226apareceu. Na última reunião, as duas pessoas que vieram, eu fiz uma pergunta
1227categórica para os dois, existe hoje uma tecnologia viável para remover esses
1228metais, a concentração não detectável em matriz sólida? A resposta dos dois
1229foi que não. Então, no meu entendimento, até fazendo um gancho com a
1230segunda possibilidade, eu acho que se tem mais gente que vai falar coisas
1231novas nós devemos ouvir, os dois que estavam aqui eu não sei se
1232conseguiram falar algo novo. Então, eu acho que pautado por isso, o que eu
1233estou querendo dizer que isso foi justamente a tarefa desse GT no segundo
1234mandato. Tentar ver se superava tudo que está aí para vocês dizerem nós
1235concordamos com uma Resolução. Ficou uma coisa pendente que foi a
1236questão da possibilidade de tratar ou não, muito embora ela está lá. Agora, tem
1237a questão de aceitar algumas concentrações de inorgânicos que os órgãos
1238ambientais entendem que não estariam fazendo nada. Agora, se começar a
1239falar de colocar orgânico, nós já vamos na direção desta moção, nós
1240começamos a falar que nós vamos estar poluindo o solo e fazendo uma prática
1241agrícola sustentável. Eu coloco isso, gente, porque isso são motes que a
1242Câmara precisa amadurecer aqui, me desculpe, isso eu falo em nome do
1243coordenador do GT, porque não é possível, e eu reporto á diretora aqui
1244presente, discutir uma Resolução quando um grupo é radicalmente contra e
1245quando esse grupo radicalmente contra se retira, o outro quer colocar coisas

1246que não se só vão impedir o processo, que daí nós vamos ter que voltar ao
1247começo e então, nós temos que nos pautar muito bem pelo que está
1248acontecendo aqui. Eu estou alertando toda a Câmara. O pessoal, o nosso
1249trabalho nesse segundo mandato do GT foi ver se superava todas essas
1250questões apontados para ver se todo mundo assinava a mesma Resolução. A
1251única pendência foi que nós não conseguimos indicar uma tecnologia viável
1252para o tratamento dos inorgânicos e os órgãos ambientais entendem que para
1253inorgânicos seria possível estabelecer um valor relativamente seguro. Então,
1254era isso que eu tinha para colocar.

1255

1256

1257**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Obrigado
1258Alfredo. Doutora Daniela, por favor.

1259

1260

1261**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Eu acho o seguinte, não há
1262discordância, Márcio, com o que está colocado nessa manifestação. Eu vou
1263chamar de manifestação para não atrapalhar com processos administrativos,
1264do que é moção e, enfim. O que está colocado aí está descrito em pareceres,
1265inclusive em parecer da Saúde, como posição da Saúde. O Rocca já falou
1266grande parte do que eu ia colocar, mas eu acho talvez nós estejamos
1267precisando organizar um pouco os processos relativos a esta Minuta de
1268Resolução porque talvez se nós tivéssemos organizado os considerandos da
1269mesma maneira como tem organizado esses para essa Resolução, talvez nós
1270evitássemos de estarmos rediscutindo toda a reunião de Câmara Técnica os
1271mesmo temas. Porque o Rocca colocou, está superada a questão de orgânico,
1272se tiver orgânico não tem Resolução. Então, isso não está mais em pauta. Nós
1273precisamos organizar essas ideias. Resíduos perigosos não estão em pauta.
1274Então, tem determinadas coisas que concordo exatamente como está escrito o
1275texto, isso está no parecer da saúde e eu queria um pouco quebrar até pela
1276indisposição que tivemos na última reunião, um clima de um lado contra e um
1277lado a favor. Eu tinha entendido que até isso já estava superado. Eu estou
1278entendendo que estamos nessa Câmara Técnica no caminho de tentar fazer
1279com que a nossa missão, a nossa competência nessa Câmara Técnica de
1280estabelecer padrão, de estabelecer valores daquilo que é seguro. Então assim,
1281orgânico não está em pauta, o que é carcinogênico não está em pauta porque
1282há segurança, que é o que está dito aí no nosso parecer da saúde. Então, eu
1283concordo com o que está dito. Eu acho que assim, é uma manifestação que já
1284foi feita e é uma manifestação de que grande parte do que está escrito aí não
1285há discordância. Então, eu não me sinto nem a vontade porque eu não estou
1286nem entendendo bem se nós temos que votar alguma coisa, porque eu acho
1287eu acho que é uma manifestação, está sendo colocada, é legítima, é uma
1288manifestação de pessoas que podem se manifestar e mandar uma carta para o
1289Conama. Eu acho que se nós não pudermos fazer isso também, eu acho que
1290nós começamos a ter um processo que até eu estou ficando confusa. Então,
1291talvez, se nós organizássemos esses pensamentos que o Rocca toda vez faz
1292esse resgate do que é que nós estamos aqui discutindo, eu acho que nos
1293ajudaria e nos orientaria. O que eu acho é que nós temos é entender, por um
1294lado, por que nós chegamos á conclusão de que nós iríamos normatizar esse
1295tema? Concordamos na normatização excluindo isso tudo que eu acabei de

1296citar, isso tudo que o Rocca colocou. Porque se nós voltarmos atrás nessas
1297decisões, o Ministério da Saúde volta atrás na decisão de regulamentar
1298também, claro. Então assim, resíduo perigoso está superado, os orgânicos
1299estão superados, esse é o meu entendimento. E daquilo que pode ser
1300aceitável, que seja dentro dos limites aqui pactuados com segurança. Eu acho
1301que está nos pautando muito aqui é a palavra insegurança, nós estamos com
1302insegurança em vários pontos. De quanto nós vamos poder aceitar, de
1303quanto... Agora temos hoje algumas orientações como, por exemplo, a
1304Resolução Conama 420 que já nos diz quanto é possível de termos no solo de
1305determinadas substâncias que estamos aqui discutindo. Então, que eu acho
1306que nós temos que tomar uma decisão é, estou entendendo que estamos no
1307caminho de regulamentar para o mais seguro, para o mais restritivo e não para
1308regulamentar para que tenhamos aí nada permissivo dentro daquilo que nós já
1309pactuamos. Porque assim, me preocupa no ponto, Márcio, que assim, se não
1310tivéssemos assento nessa Câmara Técnica isso era possível de acontecer?
1311Porque no final do ano passado tivemos esse embate e tivemos essa decisão,
1312se um outro Ministério está aqui sentado e não a capacidade de defender o que
1313a saúde entende que é importante, porque é para todos nós, o que nós
1314estamos construindo é para a população brasileira inteira. Não para um
1315pequeno grupo. Isso me preocupa porque, quer dizer, é possível de voltar atrás
1316das decisões tomadas, porque o grupo se reuniu durante muitos anos e depois
1317ainda teve a extensão do prazo por mais... E tomamos decisões, não só no
1318grupo, mas na Câmara Técnica também. Então, eu acho que determinados
1319temas e o que eu acho dessa manifestação, aquilo que já está decidido não
1320podemos voltar atrás, o que é carcinogênico, nós não podemos aqui aprovar de
1321colocar no solo. Isso eu acho que não está em pauta. Então, eu acho que o
1322que está nos faltando é isso. Considerando que não vamos utilizar a
1323regulamentação para orgânicos, considerando que não vamos utilizar isso para
1324resíduo, que é a fala, quer dizer, nós podemos pegar a fala do Rocca na
1325reunião passada e nessa que é a mesma, quando ele faz o resgate ele diz, isso
1326foi tomado decisão nesse sentido. Eu acho que isso nos orienta a dizer, então,
1327vamos daqui para frente. O que é esse para frente? Quais são as nossas
1328inseguranças? Porque sempre vai ter em qualquer processo? Gente, sempre
1329vai ter porque nós estamos falando aqui de risco, nós estamos falando de
1330probabilidade. Então, tempo todos nós vamos ter inseguranças em
1331determinados processo. Agora, também precisamos superar desafios, vamos
1332sempre ficar com aquela dúvida se a fiscalização vai ser efetiva, se vamos ter
1333pernas para fazer isso, mas isso é para todo o processo porque senão nós não
1334avancamos em Resolução Conama nenhuma, porque a estrutura dos órgãos
1335ambientais é a mesma para qualquer tipo de Resolução. Então, eu acho que
1336têm determinadas coisas que nós precisamos superar coletivamente nesse
1337grupo para possamos avançar, que a sensação que eu tenho é que nós
1338ficamos o tempo todo votando em coisas que nós já evoluímos, que nós já
1339conseguimos debater, enfim, de uma maneira ou de outra. Então, eu acho que
1340nós precisamos é seguir. Já tomamos a decisão que vamos regulamentar
1341porque precisamos fazer o aproveitamento desses resíduos para que não
1342tenha uma outra destinação, mas de uma maneira segura. Então, era isso que
1343eu queria manifestar.

1344

1345

1346 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu só quero
1347 dizer que eu estou dando esse encaminhamento ao documento justamente
1348 porque ele me remete a um retrocesso. Nós temos aqui, eu estou o tempo todo
1349 pautando nessa nossa reunião, no sentido de nós avançarmos em relação a
1350 esses oito anos de discussão, seis anos, sei lá, já perdi as contas, de
1351 discussão desse tema aqui. E eu entendo, tenho entendido que nós
1352 avançamos bastante, e tenho procurado evitar retrocessos de um lado ou do
1353 outro das duas posições mais antagônicas que nós temos aqui. E é nesse
1354 sentido que eu me preocupo, quer dizer, se nós estamos aqui agora depois de
1355 não sei quantos reuniões discutindo o mesmo documento que foi apresentado
1356 lá no início do Grupo de Trabalho, então, eu quero saber se nós realmente e
1357 concordando com o que a... Porque o documento não é isso não. Me desculpe,
1358 o documento traz aqui elementos novos, elementos novos não, mas ele remete
1359 a elementos que já estavam superados como a própria questão da
1360 regulamentação ou não, que nós já batemos o martelo aqui, pelo menos eu
1361 estou entendendo que sim. Então, se há uma representação formal da Câmara
1362 Técnica, se um representante da Câmara Técnica está ainda questionando a
1363 capacidade na medida em que reapresenta o documento, está questionando a
1364 nossa capacidade da regulamentar essa matéria, ou mesmo a nossa intenção
1365 em regulamentar, porque o texto é duro, o texto diz que nós estamos aqui para
1366 favorecer a indústria, não sei mais o quer. Então, se há esse entendimento nós
1367 estamos aqui diante de um retrocesso. Então, eu queria esse esclarecimento
1368 para que nós fato não corramos o risco, por um lado ou pelo outro, eu concordo
1369 com a sua com a sua preocupação, mas que nós não corramos o risco de
1370 retrocesso. Eu quero saber se nós podemos continuar avançando porque se
1371 nós não pudermos continuar avançando nós não vamos avançar. Eu não estou
1372 disposto a nós prolongarmos esse trabalho, para chegar lá na frente ou em
1373 uma Câmara Jurídica ou na própria Plenária do Conama e ter um novo
1374 retrocesso. A minha intenção aqui é de que nós de fato cumpramos o nosso
1375 papel como Câmara Técnica, que já foi cumprido no Grupo de Trabalho. Vejam
1376 bem, o Conama tem uma sistemática de tramitação que é justamente um
1377 aparar de arestas contínuo. Então, aparamos arestas no Grupo de Trabalho, foi
1378 decisão dessa Câmara Técnica de que o Grupo de Trabalho estava superado,
1379 de que nós já tínhamos elementos suficientes ou arestas aparadas em
1380 tamanho suficiente, para que a bola rolasse relativamente redonda como a aqui
1381 a Câmara Técnica. Bom, tomada essa decisão, a bola entra em campo e nós
1382 temos uma primeira manifestação no sentido de renascer uma polêmica que é
1383 do início do Grupo de Trabalho, veja bem. Então, eu queria um esclarecimento
1384 em relação a isso. Eu gostaria de consultar a todos os representantes aqui na
1385 Câmara Técnica se o entendimento que a Daniela está trazendo é consenso de
1386 todos. E se é então eu diria que nós temos que nos manifestar formalmente de
1387 que esse documento está atemporal, digamos assim, a apresentação dele aqui
1388 é que nós devemos continuar avançando. Se não, se esse documento ainda
1389 tem sentido de ser reapresentado depois de seis anos de discussão, então
1390 acho que nós temos que parar e discutir o documento e nos manifestar
1391 formalmente sobre o documento. Essa é minha proposta de encaminhamento.
1392 O Doutor Bocuhy pediu a palavra.

1393

1394

1395 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, em primeiro
1396 lugar, Márcio, eu gostaria de agradecer o fato de você ter colocado o
1397 documento em discussão porque, da outra vez, ele não foi discutido. Nós não
1398 tivemos a oportunidade de discutir esse documento, ele foi apenas colocado da
1399 forma regimental, é moção tem que ser apreciado pela plenária, portanto, o
1400 Grupo de Trabalho não se manifesta, não debate, e não considera. Eu achei
1401 que na época o encaminhamento ele foi extremamente descortês com relação
1402 à manifestação de uma centena de entidades. Eu entendo que a época que o
1403 documento foi apresentado, havia uma preocupação do próprio Conama de
1404 que os Grupos de Trabalho eles são constituídos a partir de convites aos
1405 setores que pretendam participar. Era uma situação diferente de hoje. E aí
1406 setores mais ligados à defesa de interesses difusos, as entidades não
1407 governamentais, elas não têm muito recurso para deslocar pessoas para fazer
1408 essa discussão, não têm muito recurso para trazer gente de universidades.
1409 Então, o que acontecia com os grupos do Conama, isso melhorou agora, mas
1410 que nós tínhamos um inchaço do setor econômico interessado naquela
1411 Resolução específica e poucas vozes do lado da sociedade civil, do pessoal
1412 que faz uma defesa mais firme com relação a direitos difusos, direitos coletivos
1413 e etc.. Então, esse contexto que foi o contexto da apreciação da moção, e foi
1414 para chamar atenção sobre essa preponderância dos setores econômicos
1415 dentro da discussão. Agora, é inevitável que hoje, dentro do nosso Estado
1416 Democrático, da forma como a democracia brasileira se consolidou, você ainda
1417 tenha uma forte preponderância do setor econômico nas discussões que dizem
1418 respeito às situações como saúde pública. É só você notar que todas essas
1419 situações em que você discute impacto às comunidades, o órgão ambiental e o
1420 próprio Governo Federal eles colocam uma linha de corte interessante do ponto
1421 de vista da proteção da saúde, mas também colocam, muitas vezes eles se
1422 colocam numa posição de atendimento ao conflito, como gestor de conflitos. É
1423 como o Márcio se coloca agora, nós temos que nivelar essa informação, levar
1424 esse grupo ao entendimento comum. Em algumas situações, como o caso a
1425 poluição de solo sem segurança de usos de resíduos industriais e aí nós nos
1426 remetemos um pouquinho à viabilidade de gestão, que é um problema que nos
1427 dá muito insegurança ainda, vou dizer para vocês que depois de toda essa
1428 discussão eu mudei de ideia a respeito do SISNAMA, eu acho que o SISNAMA
1429 tem que crescer, tem que dar conta do seu recado. Houve uma consulta às
1430 agências ambientais dos Estados, pouquíssimas se manifestaram e nós
1431 sabemos pouquíssimas têm condições de dar conta de uma fiscalização com
1432 essa especificidade e essa profundidade que nós necessitamos aqui. Então, eu
1433 acho que a moção ela é atual, ela é firme, ela é dura, mas ela diz exatamente
1434 qual é a nossa preocupação. E eu reitero os termos da moção e reitero de
1435 forma cautelar. Essa Comissão, essa Câmara Técnica não pode deliberar em
1436 nenhum momento por alguma coisa que diga respeito àquilo que vai para o
1437 prato de todos os brasileiros com insegurança. Por isso que eu insisti junto à
1438 diretoria do Conama para que nós fizéssemos uma discussão mais
1439 aprofundada sobre a questão técnica. Se nós trabalhamos melhor a questão
1440 tecnológica... As duas questões da sustentabilidade são limites e tecnologia, ou
1441 eu vou para o limite, trabalho no limite no sentido de dizer não pode, eu vou
1442 firmar uma posição nesse sentido, e aí eu tenho que ver se o órgão ambiental
1443 consegue colocar esse limite. Essa linha de corte. E outro é nós apontarmos as
1444 tecnologias e tentar chegar mais próximo de alguma coisa que nos garanta.

1445Então, por isso Márcio, eu acho que não será superada a questão da
1446viabilidade de gestão entre nós. Eu não estou convencido que haja viabilidade
1447de gestão para essa Resolução. Agora, o meu papel aqui enquanto sociedade
1448civil, representante do segmento, é encaminhada a discussão ao máximo para
1449a questão tecnológica então que nos permita uma salvaguarda. Ao final do
1450processo que nós vamos fazer não é talvez votar na Resolução. Eu vou ter que
1451consultar o grupo que eu represento aqui para que nós tomemos essa posição,
1452assim como vocês pertencem a uma instituição, eu pertencço a uma não tão
1453formal, mas também tem as suas lideranças, enfim, têm as suas posições,
1454inclusive com gente muito capacitada, muito competente hoje, depois de tantos
1455anos de ambientalismo. Então, eu gostaria de dizer que essa moção
1456representa um alerta, que ela trabalha naquilo que é mais precioso para nós
1457que é a consciência, é a essência do processo. Nós não estamos aqui tentando
1458colocar a situação quando é vista do aspecto burocrático, que nessa caixinha
1459nós damos conta desse aspecto da Resolução, na outra caixinha nós damos
1460conta de outro processo. Nós estamos falando aqui basicamente de uma
1461política para o solo brasileiro, do solo saudável. E eu só gostaria de dizer, viu
1462Márcio? Que essa discussão em São Paulo ela não é de oito anos, para nós
1463em São Paulo ela vem de 1994/1995 e ela se acirrou em 98, acho que o Rocca
1464acompanhou todo esse processo desde o início, e do outro lado estávamos nós
1465e o Ministério. Então, para nós quando essa questão foi colocada para o
1466Conama, nós tínhamos um embate em São Paulo para que isso não
1467acontecesse lá e nas tentativas em São Paulo, as decisões de diretoria da
1468CETESB, a CETESB acabou recuando e não normatizando para São Paulo e
1469isso acabou vindo para o Conama, para o Conselho Nacional, de modo que
1470aquilo que nós não superamos em São Paulo, nós estamos discutindo aqui
1471agora. Eu reitero então os termos da moção, como questão cautelar, a moção
1472aponta sim a interferência do grande peso do setor econômico para a
1473normatização e o trânsito que isso tem junto aos órgãos ambientais, eu não
1474estou falando aqui de improbidade, não estou falando de corrupção, eu estou
1475passo de questão política, peso político de decisão, peso do setor de
1476agricultura, peso do Ministério da Agricultura, que é muito mais ouvido, em
1477muitas situações do que o órgão ambiental. Prova disso foi a questão do
1478Código Florestal Brasileiro.

1479

1480

1481**A SRª. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – Eu
1482gostaria de fazer um mero registro formal, Bocuhy, à Câmara, lembrando, para
1483ficar bem registrado isso na transcrição. Não se trata no caso de uma moção,
1484porque não cabe, trata-se de uma manifestação de um ente que compõe a
1485Câmara, um membro da Câmara, que representa um setor. Então, é uma
1486manifestação sobre a qual a Câmara está discutindo o teor dela. Ok?

1487

1488

1489**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Quando eu
1490coloquei esse tema em pauta, a minha ideia é de que nós chegássemos a um
1491consenso em relação ao encaminhamento a ser dado à manifestação. Porque
1492houve uma manifestação formal e eu entendo que nós devamos também nos
1493manifestar em relação a ela. Estamos fazendo uma manifestação verbal, mas

1494eu consulto sobre que encaminhamento nós devemos dar ao documento em si.
1495Daniela.

1496

1497

1498**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Márcio é uma questão de ordem. Eu
1499volto a repetir o que eu coloquei, eu não sei se eu fui suficientemente clara. Eu
1500acho que isso é uma manifestação da sociedade civil organizada e é legítima.
1501A minha preocupação é, cada um que se manifestar e for enviado um
1502manifesto a esta Câmara Técnica nós vamos adotar este procedimento?
1503Porque o que me preocupa? Eu vou trazer... Eu gosto de trazer sempre para a
1504minha realidade, para as minhas responsabilidades porque nós não ficamos
1505falando do outro. Eu tenho responsabilidade sobre definir os padrões da
1506qualidade da água para consumo mundo. Eu recebo uma manifestação por
1507semana pedindo para mudar este ou aquele parâmetro, nós respondemos a
1508todos, mas eu não volto isso para a minha Câmara Técnica que definiu essa
1509Resolução, essa Portaria, porque senão isso vira uma loucura. Eu acho que a
1510manifestação de qualquer ente ela é legítima, a manifestação é legítima, agora
1511me preocupa é... Porque isso tudo que está colocado aqui, está colocado no
1512parecer deles que está disponível na página do Conama, assim como o nosso
1513parecer, assim como o parecer de cada uma das entidades que se manifestou.
1514Na verdade, eles estão reiterando, o que me preocupa? Eu ter que me reiterar
1515novamente para dizer, só para lembrar aquilo que eu penso, que eu acho, a
1516minha posição porque a posição deles vai ser defendida por eles aqui. O que
1517está sendo colocado aqui é uma manifestação da sociedade civil organizada,
1518ponto. Eu não acho que essa Câmara Técnica tem que se manifestar, a não
1519ser que viessem sinceramente fatos novos, mas aquilo que foi colocado nós
1520concordamos com os considerandos que estão ali colocados, certo? E eu acho
1521que nós já tínhamos um encaminhamento para essas questões na Câmara
1522Técnica. Então assim, me preocupa primeiro de questão de ordem é a questão
1523administrativa, entendeu Adriana? Porque eu acho que nós temos que ter uma
1524mesma forma de agir com outras manifestações que vierem a acontecer. Não
1525sei nas outras Câmaras Técnicas e como é que isso acontece com outras
1526manifestações, mas, enfim, é só para nós darmos o mesmo tipo de tratamento
1527porque isso estava disponível, já era conhecido...

1528

1529

1530**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não vamos
1531misturar as coisas. Eu vou esclarecer porque eu estou colocando isso em
1532pauta e faço questão de colocar, para mim é uma questão fundamental do
1533encaminhamento dessa Câmara. Vejam bem, quando nós recebemos
1534manifestações enquanto órgão regulador, é outra história. Eu não estou
1535recebendo manifestação como órgão regulador, eu estou recebendo
1536manifestação como Câmara Técnica, que é um fórum de participação, de
1537representação dessa participação, nessa Câmara Técnica estão Conselheiros
1538que têm a representação específica, um Conselheiro foi quem protocolou o
1539documento que já havia sido discutido aqui. Então, eu sou obrigado a
1540questionar porque foi novamente protocolado um documento que já foi
1541teoricamente superado. Eu sou obrigado a fazer isso, é diferente de receber
1542uma manifestação da sociedade civil para o Ibama ou para mim como técnico,
1543é diferente, é completamente diferente, eu recebi formalmente, encaminhado à

1544Câmara Técnica, que eu coordeno, encaminhado por um representante
1545legítimo do segmento, que reapresentou uma carta que havia sido apresentada
1546há em tempo atrás. Quando nós questionamos aqui que alguns representantes
1547da Câmara Técnica tentam renascer discussões superadas no Grupo de
1548Trabalho, nós questionamos isso e superamos esse impasse discutindo. Então,
1549eu entendi que nós tínhamos aqui um impasse que precisava ser superado. Se
1550o entendimento dos senhores é de que não há esse impasse, de que
1551simplesmente isso foi apresentado... Isso que eu queria que ficasse claro,
1552preciso que fique claro, para nós não retrocedermos, é exatamente essa a
1553minha preocupação. Eu torno a fazer a pergunta, nós temos condições de
1554continuar avançando, considerando que boa parte das questões que estão
1555colocadas no documento, estão definitivamente superadas pela discussão,
1556embora nem todas, e algumas vão persistir pós Resolução, eu concordo com
1557você em relação a isso, nós não temos segurança absoluta e não teremos,
1558não trabalhamos com isso nem na saúde e nem no meio ambiente, nem na
1559ciência. Então, a pergunta que eu faço é, se o entendimento é era só para
1560manifestar mesmo, está manifestado, está registrado, mas isso não significa
1561nenhuma proposta de retrocesso em relação ao que nós alcançamos beleza.
1562Registramos e avançamos. Se a intenção do protocolo foi retroagir a uma
1563discussão aparentemente superada que é a necessidade de regulamentação
1564ou não e outras questões que estão aqui postas na carta e, inclusive em
1565relação à intenção dessa regulamentação, que eu acho que foi muito bem
1566colocado pela Doutora Zilda na reunião passada, sobre como pensam os
1567órgãos ambientais em relação a isso e aí não há nenhuma defesa de segmento
1568ou de interesse, de coisa nenhuma, e sim o interesse em que nós tenhamos
1569efetivamente controle e tenhamos efetivamente o papel regulador do Estado
1570atuando nessa questão, que hoje nós não temos. Isso acho que foi muito bem
1571colocado pela Doutora Zilda na reunião passada, não precisamos também
1572renascer era essa discussão aqui. Esse é o questionamento que eu faço.
1573Então, eu quero só, assim, que nós tenhamos segurança para que nós
1574possamos continuar avançando e que não tenhamos aqui nenhum risco de
1575retrocesso, seja por uma posição ou por outra. Ok?

1576

1577

1578**O SR. LUÍS EDUARDO SORAGGI (ANAMMA)** – Eu sugiro encaminhar a
1579proposta para votação.

1580

1581

1582**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu que
1583pergunta, qual é o encaminhamento? A partir do momento que foi protocolada
1584uma manifestação, eu pergunto ao Conselheiro que encaminhou. Qual a
1585atenção com esse protocolo? É simplesmente fazer o registro de que o
1586documento continua vivo e não gostaria... Não vê necessidade de nenhum
1587encaminhamento subsequente, se é assim nós fazemos o registro no Conama
1588e continuamos nossa discussão. Se há intenção de que haja alguma outra
1589manifestação nós...

1590

1591

1592**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só mais então um
1593esclarecimento. Eu vou dizer de novo aquilo que é o meu papel aqui. Primeiro,

1594eu estou aqui para contribuir o máximo possível para que se sair uma
1595Resolução daqui que ela saía toda a segurança possível para a sociedade.
1596Esse é o ponto. A segunda questão é a viabilidade de gestão que nós já
1597apontamos desde o início. Na questão de viabilidade de gestão, a coisa não
1598está superada, Doutor Márcio. Então, nós vamos continuar defendendo uma
1599posição de que essa normatização ela representa um risco para a sociedade,
1600na medida em que você não tem, do nosso ponto de vista, condições de fazer
1601a gestão desse processo hoje, teria que fazer uma outra discussão sobre o
1602sistema de meio ambiente e a sua capacidade para lidar com isso. Então, o
1603impasse é a moção traz coisas que já foram contempladas e ela traz algumas
1604coisas que ainda não foram contempladas. A Câmara pode decidir se acata ou
1605não as nossas preocupações, mas acatando ou não a posição do PROAM vai
1606continuar sendo a mesma e dessas entidades todas, vai continuar defendendo
1607a posição de que tem que ter viabilidade de gestão para Resoluções. Eu acho
1608que o que acaba acontecendo nesse processo, que acontece em alguns outros
1609também, é que situações como essa demandariam audiências públicas.
1610Audiências públicas nacionais. E aí essa falta de consulta da sociedade,
1611Adriana, nos traz, nos remete, por exemplo, a trazer aqui um documento
1612assinado por em centenas de entidades preocupados com essas questões
1613específicas. Então, de certa forma nós estamos... É até interessante essa
1614nossa participação nessa Câmara Técnica porque nós estamos trazendo a
1615intranquilidade de uma centena de entidades de todo o Estado de São Paulo.
1616Quer dizer, é um termômetro do que se vê lá fora e do se que penas lá fora,
1617quer dizer, mais cuidado ainda deve ter essa Comissão com relação às suas
1618decisões. Isso é transparência, controle social. Acho que além de manifestação
1619o que está sendo colocado aqui é o seguinte, a sociedade está olhando para
1620isso que está acontecendo aqui.

1621

1622

1623**A SRª. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – Eu
1624gostaria de fazer um possível encaminhamento, auxiliando aqui um pouco. Eu
1625acho que do ponto de vista nosso, a questão é assim, a manifestação foi
1626colocada, a Câmara discutiu, e a Câmara resolve continuar a discussão da
1627Resolução compreendendo as preocupações apresentadas pela entidade.
1628Ponto. Porque a própria entidade já tem uma posição que avança em outro
1629documento, que ele também terá que ser visto e que a entidade pede que
1630outros técnicos se manifestem. Então, eu acho que nós resumiríamos a
1631questão assegurando a transparência, foi um documento que entrou para a
1632Câmara, a Câmara olhou, discutiu e avança a discussão nos termos já
1633decididos na reunião anterior.

1634

1635

1636**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu particularmente
1637como componente concordo em fazer...

1638

1639

1640**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bem, nós apoiamos o
1641documento apresentado pelo PROAM, como também a questão levantada,
1642ratificada pelo Coletivo de São Paulo. Nós ainda não estamos seguros,
1643amadurecidos dessa regulamentação. Então, nós achamos preocupante que

1644possamos deixar brechas para muitas incertezas e tantas dúvidas. Então, eu
1645acho que é um caso muito complexo e merece um estudo mais aprofundado.

1646

1647

1648**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Ok. Obrigado. Doutor
1649Roberto Monteiro.

1650

1651

1652**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Só para uma sugestão
1653de condução, o seguinte. Isso de certa forma é uma declaração, uma
1654manifestação, o procedimento que eu acho que deve ser levado em conta é o
1655seguinte, a Câmara Técnica recepciona essa manifestação, será levada em
1656consideração no decorrer dos trabalhos e aprofundada naquilo que não ainda
1657esteja contemplado devidamente. Porque a maior parte, a grande parte de
1658todas as preocupações colocadas no documento de manifestação já foram
1659superadas. Aquelas que não estão serão aprofundadas e consideradas para
1660serem incorporadas na Resolução.

1661

1662

1663**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu acho que
1664essa é uma proposta que reforça a proposta da Doutora Adriana, vai no
1665caminho do consenso, já houve manifestação do proponente do documento de
1666que tem acordo em relação a esse encaminhamento. Então, eu acho que
1667efetivamente podemos avançar.

1668

1669

1670**O SR. ROBERTO (MP/SP)** – Roberto, Assistência Técnica o Ministério Público
1671de São Paulo. Exatamente por conta da necessidade de detalhar um dos
1672temas que está muito bem colocado, não só nessa moção, como no
1673posicionamento todo. Então, a questão seguinte, como na reunião passada
1674houve exposições e ao final dessas disposições surgiram novas indicações de
1675atores a serem consultados, novos elementos e algumas questões ficaram
1676assim não muito claras, por exemplo, o Alfredo colocou que fez a pergunta ao
1677representante da DAO Química que fez a exposição e ele, pela forma como ele
1678recebeu a pergunta, na hora que respondeu, não ficou talvez claro que o
1679processo que ele trouxe aqui dependia de simplesmente transformar o sólido
1680em líquido para poder promover a remoção. Foi o que ele falou, na transcrição
1681tem isso também. Então, veja que nós não nos contentamos com a coisa, nós
1682não entendemos que a síntese dessas apresentações seja essa frase, no
1683sentido “olha, eu perguntei ao representante e tal”. Então, a ideia é não só além
1684daquela apresentação, eu estou falando desse ponto específico, e quando nós
1685falamos daquele texto, daquela manifestação fala assim, há objeções a uma
1686regulamentação em que estejam contidos os poluentes, isso não quer dizer
1687que você é contra regulamentar, mas você está fazendo alusão exatamente à
1688discussão tecnológica que abre perspectiva para remoção ou segregação. E é
1689por isso que não só na reunião anterior nós procuramos insistir, em sugerir o
1690aprofundamento a partir do que foi posto aqui, foram solicitadas informações
1691novas à Produquímica, foram solicitadas... A indicação que foi feita pelo Doutor
1692Alexandre, pessoas a serem consultadas foi feita por nós. Tivemos a sorte de
1693localizar e conseguir conversar com os profissionais e pesquisadores do

1694CETEM, assim como a Produquímica se dispôs a nos fornecer alguns dados
1695também adicionais, porque esse tema, que diz respeito à segregação do que
1696interessa ou a remoção do que não interessa, merece aprofundamento porque
1697pode ser sim uma alternativa ao modelo que está uma discussão e que nós
1698questionamos. É só isso que eu queria esclarecer. Eu acho que essa discussão
1699não se resume à frase que você coloca, eu sei que ele veio fazer uma
1700exposição para questão de líquidos daí, mas ele falou assim, o material pode
1701ser transformado num licor, depois ele vai ser submetido a resinas. É a única
1702ação das resinas, não é a única tecnologia, têm outras, mas não se pode é
1703criar... O que nós estamos querendo demonstrar aqui é que há elementos, há
1704tecnologias, há soluções que poderão dar um outro encaminhamento para essa
1705Resolução, via segregação do que interessa ou remoção do que interessa
1706desses materiais que têm interesse de uso. E nós não queremos que essa
1707variável desapareça sem que nós possamos aprofundar. É isso.

1708

1709

1710 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só salientando
1711que conforme deliberamos na reunião anterior, não há nenhuma objeção a
1712isso. Nós não esgotamos a discussão técnica, vamos continuar discutindo
1713tecnicamente. A única coisa que se decidiu na reunião passada é que não tem
1714mais Grupo de Trabalho, só isso. Então, vamos deixar bem claro que em
1715nenhum momento se fechou porta para nenhum tipo de apresentação técnica,
1716só não mais no regime de Grupo de Trabalho.

1717

1718

1719 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1720**Paulo)** – Eu queria fazer uma sugestão, no sentido realmente de avançar, mas
1721aí eu ia fazer um apelo às ONGs, a vocês, agora um apelo não só como Grupo
1722de Trabalho, mas também como representante na Câmara. Porque assim, a
1723questão é a seguinte, se nós aceitamos que o orgânico está superado, porque
1724se isso voltar daí toda a ala ambiental vai se juntar a eles e provavelmente não
1725tem Resolução, eu deixo isso aqui bem claro, a questão é quanto de inorgânico
1726nós vamos querer nesse resíduo, não detectável se for possível
1727tecnologicamente isso, ou uma concentração segura. E agora aqui eu vou dizer
1728que eu acho que quem tem o mandato para dizer o quanto é seguro são os
1729órgãos ambientais porque eles que cuidam da qualidade ambiental a princípio.
1730Nós nos valem da saúde para nos ajudar, mas daí seria aquele limite mais
1731restritivo que os órgãos ambientais propuseram, usando o modelo que São
1732Paulo propôs e a valoração mais a favor da segurança dos parâmetros. Se
1733todo mundo concordar com isso nós vamos avançar e começar a enxergar a
1734Resolução, e nesse ponto de quanto pode ter de inorgânico e nós temos tempo
1735para discutir até o fim disso, não sei.

1736

1737

1738 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Antes de nós
1739avancarmos em outras discussões, eu só queria encerrar então formalmente
1740essa questão do manifesto. Então, eu vou tentar resumir aqui qual é a posição
1741da Câmara, se houver discordância em relação a isso, por favor, se
1742manifestem. Se não, vamos considerar o assunto resumido da seguinte forma.
1743A Câmara recebeu o manifesto, discutiu o manifesto, e entendeu que deve

1744continuar avançando em relação às discussões que estão sendo travadas
1745nessa Câmara Técnica, onde algumas das questões estão superadas e outras
1746permanecem como no sentido de alerta, para que nós as tenhamos em mente,
1747na medida em que avançamos nas discussões. Mais ou menos por aí? Se
1748alguém quiser resumir de outra forma fique à vontade, mas eu gostaria de
1749registrar isso em relação ao manifesto para que não fique também... E aí, eu
1750não gostaria que o manifesto ficasse sem a posição da Câmara em relação a
1751ele. A posição da Câmara é essa então, ok?

1752

1753

1754**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só consignando
1755que avançar não significa ainda exatamente considerar uma viabilidade do
1756processo, Nós estamos ainda no processo de discussão. Avançar é avançar, é
1757aprofundar...

1758

1759

1760**A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – Deixa-
1761me tentar de construir, porque isso vai ter que constar no resultado dessa
1762reunião. A Câmara Técnica recebeu a manifestação, discutiu o da PROAM,
1763discutiu os seus termos e decidiu continuar avançando com a discussão
1764técnica da Resolução com a ressalva feita pela entidade PROAM quanto a
1765viabilidade da Resolução. Ponto?

1766

1767

1768**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Em outras
1769palavras, aqui entre nós agora, não mais para constar no resultado, mas nós
1770entendermos, nós ainda não temos consenso em relação à regulamentação ou
1771não. Dependendo de como ficar a regulamentação ainda teremos que
1772Conselheiros que podem se manifestar contrários a ela. E isso?

1773

1774

1775**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Com relação à
1776posição do PROAM que é a posição de uma centena de entidades.

1777

1778

1779**A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – Mas é
1780porque aqui é a PROAM.

1781

1782

1783**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Ok? Podemos
1784avançar então? Vamos avaliar então o próximo documento encaminhado pela
1785PROAM.

1786

1787

1788**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São
1789Paulo)** – Só uma questão de avançar bem claro. Significa é que nós vamos
1790avançar na discussão de Resolução e ao fim vai ter uma outra votação com
1791base no que ela ficou esgotadas todas as discussões. É isso?

1792

1793

1794 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu estou
1795 entendendo que há representantes na Câmara Técnica que ainda não estão
1796 convencidos de que caiba regulamentar essa matéria. E que somente ao final
1797 da proposta de Resolução vão poder se manifestar favoráveis ou não à
1798 Resolução. É uma situação *sui generis*, mas é isso. Está bom? Então, vamos
1799 segundo documento protocolado agora nos dias oito e nove, pelo PROAM, que
1800 diz o seguinte, é o ofício PROAM 01 de 1º de agosto de 2012, em referência à
1801 14ª Reunião da Câmara Técnica de Controle da Qualidade e Gestão de
1802 Resíduos, Conama/Ministério do Meio Ambiente, oito e nove de agosto de
1803 2012. À diretoria do Conama. A presidência da Câmara Técnica de Controle da
1804 Qualidade e Gestão de Resíduos. Tendo em vista os elementos apresentados
1805 à manifestação do parecer do PROAM, Planeta Verde conforme consta no
1806 processo tal... Evidenciando, o processo é o processo da própria Resolução.
1807 Evidenciando que ainda persistem lacunas relevantes de instrução a serem
1808 esclarecidas no que se refere à discussão da matéria em tela, as quais
1809 merecem aprofundamento tais como as possibilidades de segregação entre os
1810 elementos de interesses e os contaminantes indesejáveis em resíduos de
1811 industriais elegíveis para fins de sua utilização para fabricação de
1812 micronutrientes, bem como a remoção previa das substâncias poluentes que
1813 não do interesse das plantas, e aí são citados os metais já referidos
1814 anteriormente, dos resíduos industriais a serem utilizados para formular
1815 micronutrientes e eficácia dos respectivos processos. Considerando que na 3ª
1816 Reunião da citada Câmara Técnica, realizada em 26 de junho de 2012, no
1817 âmbito da discussão empreendida, o Doutor Alexandre Pessoa, consultor do
1818 Ministério da Saúde informou que há processos biometalúrgicos já praticados
1819 pelo CETEM, Centro de Tecnologia Mineral do Ministério das Ciências e
1820 Tecnologia e Inovação, capazes de maior eficácia na remoção de
1821 contaminantes de resíduos, mesmo se tratando de grandes quantidades de
1822 material a ser processado para este fim. E embora tenha sido feita proposta de
1823 encaminhamento pelo PROAM Planeta Verde, no sentido de aprofundar a
1824 referida informação, bem como outras mencionadas na referida reunião, não
1825 houveram condições para se justificar plenamente a relevância de se garantir
1826 que tais esclarecimentos técnicos sobre esses aspectos cheguem ao devido
1827 conhecimento dos Conselheiros da Câmara Técnica em questão, nem de
1828 consolidar essa possibilidade de encaminhamento, visto que sua própria
1829 defesa restou prejudicada. Considerando que em consulta realizada ao
1830 CETEM, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em julho do corrente, os
1831 pesquisadores do Departamento de Serviços de Metalurgia e processos
1832 biológicos, o engenheiro Luiz Gonzaga Santos Sobral e a Bióloga Débora
1833 Monteiro de Oliveira, prestaram relevantes informações sobre o tema, ocasião
1834 em que foram discutidos aspectos das tecnologias desenvolvidas pela referida
1835 instituição utilizando processos químicos e biotecnológicos, bem como das
1836 técnicas de biometalurgia, voltadas para segregação e remoção de metais de
1837 diversos tipos de materiais, inclusive resíduos sólidos. Considerando que no
1838 referido contato com os pesquisadores do CETEM, ficou evidenciado ser
1839 tecnicamente possível a segregação de elementos de interesse, bem como a
1840 remoção de elementos contaminantes que não apresentam interesse para a
1841 fabricação de micronutrientes, mesmo se tratando de material sólido, no caso
1842 dos resíduos industriais em foco na presente demanda, e mesmo considerando
1843 grandes quantidades de material, tendo em vista a insignificância que o

1844conhecimento científico, as alternativas tecnológicas disponíveis e os listados
1845processos inovadores de tratamento podem representar e o fato de ser
1846imprescindível que seja facultada a possibilidade de se poder demonstrar
1847quanto a utilização de resíduos industriais para fabricação de micronutrientes,
1848nas possibilidades técnicas que tais elementos científicos oferecem para a
1849segregação de elementos de interesse. Bem como a remoção de elementos
1850contaminantes que não apresentam interesse. Considerando, por fim, que os
1851pesquisadores consultados se dispuseram a efetuar conjuntamente uma
1852exposição técnica de no máximo uma hora aos Conselheiros da Câmara
1853Técnica em 08 de agosto de 2012 e que já foi verificada a disponibilidade de
1854agenda de ambos para fazer a referida apresentação na próxima reunião da
1855Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, vimos por
1856meio deste, utilizando a nossa prerrogativa participativa como Conselheiros do
1857Conama e da Câmara Técnica em questão, buscando contribuir para os
1858saneamento das lacunas de instrução, bem como para garantir que sejam
1859disponibilizadas informações cruciais sobre o tema aos tomadores de decisão,
1860requerer a realização da referida apresentação aos dignos Conselheiros da
1861Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos e que haja
1862também possibilidade de discutir posteriormente o seu conteúdo pelos
1863participantes. Eu não sei se preciso colocar em votação isso, mas peço a
1864manifestação dos Conselheiros, caso algum seja contrário a esta manifestação,
1865a essa apresentação dos argumentos técnicos aqui.

1866

1867

1868**A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – Eu tenho
1869só uma pergunta anterior, Bocuhy. Esse é um ofício de 1º de agosto.
1870Posteriormente houve um de 03 de agosto, pelo que eu percebi, eles são
1871basicamente iguais, modifica só alguma coisa de redação. O primeiro foi feito à
1872diretoria e à presidência da Câmara Técnica, o segundo à própria Câmara
1873Técnica, mas eles pedem a mesma coisa. Eu queria entender se nós podemos
1874considerar os dois como iguais, já que o pedido é o mesmo.

1875

1876

1877**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Podemos
1878considerar que é um só, que é do dia 03, é o último que foi feita a revisão. Nós
1879fizemos isso para garantir que isso fosse colocado no site, mas o Regimento
1880mudou e aí nós mandamos o segundo ofício.

1881

1882

1883**A SR^a. ADRIANA RODRIGUES BESSA COSTA (TRANSPORTES)** – Então do
1884dia 03 não foi lido, mas ele pede a mesma coisa. Você quer que ele seja lido?

1885

1886

1887**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Do dia 03 é o
1888mesmo, não tem nenhuma alteração, por favor, desconsidere o do dia 1º,
1889consideramos o dia 03.

1890

1891

1892 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A palavra está
1893 aberta aos representantes da Câmara Técnica para manifestação em relação à
1894 solicitação da PROAM.

1895

1896

1897 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Apoiamos totalmente
1898 o documento apresentado pelo PROAM, em função de várias considerações
1899 anteriores já também colocadas.

1900

1901

1902 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu só queria dizer
1903 aos membros da Câmara Técnica, que nós tomamos a liberdade arriscada de
1904 convidar os técnicos, os dois técnicos do Rio de Janeiro, que estão aqui
1905 conosco e estão prontos para fazer a apresentação se houver concordância.

1906

1907

1908 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Alguma
1909 manifestação mais? Bom, agora temos que deliberar em relação ao horário. Eu
1910 entendo que foi acatada a solicitação de que houvesse uma apresentação
1911 técnica de uma hora dos pesquisadores consultados pelo PROAM e trazidos
1912 aqui a convite o PROAM para fazer essa apresentação. São agora 10 para o
1913 meio dia. Então, eu consulto aos senhores sobre o melhor procedimento,
1914 fazemos o intervalo agora e iniciamos à tarde, aí consulto aí inclusive os
1915 pesquisadores para ver se há disponibilidade ou interesse em fazer essa
1916 apresentação após o almoço ou antes. Mas está aberto para sugestões. Eu
1917 apoio que seja agora.

1918

1919

1920 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
1921 **Paulo)** – Eu não sei, porque além de uma hora de apresentação nós vamos ter
1922 que discutir alguma coisa sobre a apresentação, daí vai ficar todo mundo com
1923 fome e esvazia a discussão. Tem os dois lados. Eu acho que se eles estiverem
1924 disponíveis para fazer depois do almoço, comam pouco, não bebam e nós
1925 fazemos depois do almoço (*Risos!*).

1926

1927

1928 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Para mim é
1929 indiferente, o que nós decidirmos aqui está ok. Nós podemos, naturalmente a
1930 discussão teria que ocorrer após o almoço, se nós fizemos a apresentação de
1931 um hora agora, nós pararíamos a uma hora da tarde e faríamos a discussão
1932 após o almoço. Ou então paramos agora, fazemos após o almoço a
1933 apresentação e a discussão. Preferem assim? Um e meia. Eu não vejo
1934 problema, podemos voltar um e meia. Está bom? Então, eu agradeço a
1935 participação de todos nessa primeira manhã de trabalhos e retomamos às
1936 13h30, após o almoço com as recomendações do Doutor Alfredo em mente.
1937 Obrigado.

1938

1939

1940 (*Intervalo para o almoço*)

1941

1942

1943 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Bom, senhores
1944 são 13h35, de acordo com o nosso combinado já temos quorum dos nove
1945 conselheiros presentes, pela manhã estamos com sete e temos, portanto,
1946 quorum para começar a reunião. Eu passaria de imediato a palavra para o Dr.
1947 Bocuhy, eu não sei se quer apresentar os nossos palestrantes mais uma vez,
1948 mas aí passa para a apresentação.

1949

1950

1951 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – A solicitação é
1952 para que os pesquisadores do departamento de serviço metalurgia e processos
1953 biológicos do CTEM Centro de Tecnologia Mineral do MCTI do Rio de Janeiro
1954 engenheiro Luiz Gonzaga Santos Sobral, que é PhD, pesquisador titular do
1955 CTTM do Ministério da Ciência e Tecnologia e em seguida a bióloga Débora
1956 Monteiro de Oliveira, mestranda, é doutorando e pesquisadora junto ao CTEM.
1957 Eu não se seria uma dinâmica de duas apresentações conjuntas.

1958

1959

1960 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu acho que
1961 observado o tempo requereu aí. Ok?

1962

1963

1964 **SR. LUIZ GONZAGA SANTOS SOBRAL (MCTI)** - Boa tarde a todos. Como
1965 o nosso colega anunciou, meu nome é Luiz Sobral, trabalho no centro de
1966 tecnologia mineral do Ministério de Ciência tecnologia e Inovação. A ideia de
1967 estar aqui é dar algumas informações em relação ao manuseio e manipulação
1968 de resíduos. Toda sorte de resíduo. Quando nós colocamos ali mineração
1969 urbana é exatamente são metais que estão na natureza e que foram originários
1970 de processos hidrometalúrgicos de fontes não renováveis, que são os minérios.
1971 Quando nós falamos de mineração urbana, muitas das vezes esses metais
1972 estão já na natureza na forma de rejeitos, como sucata eletrônica, da indústria
1973 eletroeletrônica e, inclusive do metal mecânica já nas suas formas metálicas,
1974 ou seja, o que tem que se fazer para recuperá-los ou reinseri-los na matriz
1975 industrial gasta-se muito menos energia para fazê-lo do que você ir ao minério
1976 e chegar até o metal. São inúmeras operações e processos unitários. Quando
1977 nós falamos que a saída para reciclagem de valores metálicos de fontes não-
1978 renováveis é uma grande realidade. Voltado aqui para o caso em particular que
1979 é o uso desses metais ou chamados micro nutrientes para inseri-los na
1980 agricultura, nós temos que levar em consideração que cada resíduo desses
1981 dependendo da sua procedência ou do processo que o gerou sempre é
1982 necessário ou são necessárias algumas operações e processos metálicos para
1983 chegar aos insumos básicos tão necessários para a agricultura. Quando nós
1984 falamos nesses rejeitos na natureza e a preocupação da nossa colega do
1985 Ministério da Saúde com relação a alguns metais pesados ditos recalcitrantes
1986 realmente procede em muito. Eu diria o seguinte, mas se nós levarmos em
1987 conselho que esses rejeitos hoje em dia estão sendo disponibilizados no meio
1988 ambiente de maneira desregradas sem nenhum cuidado, vou dar um exemplo
1989 típico do Rio de Janeiro, nós temos galvanoplastias espalhadas por toda a
1990 cidade, porque não dizer por todo o Estado do Rio de Janeiro. E são centenas
1991 de galvanoplastias que jogam, disponibilizam efluente com gramas por litro,

1992sem nem mesmo um tratamento primário. O que seria isso? Um ajuste de PH,
1993preparar-se-ia um lodo que é o resultado de hidróxido desses metais e esses
1994lodos são disponibilizados no meio ambiente sem nenhum cuidado. Lodos
1995esses que vão ser remobilizados por uma chuva ácida, por exemplo, que é tão
1996comum nas cidades industrializadas e que vão disponibilizar esses metais no
1997meio ambiente, que é um impacto muito maior, e vão chegar aos corpos
1998d'águas que vão abastecer, por exemplo, a atividade agrícolas que vão ser
1999absorvidos pelos cultivos e vão retornar para nós em grande concentração,
2000de uma forma magnificada, ou seja, eles vão bioabsorver isso e vão voltar para
2001nós. Esse problema nós não estamos livre porque não existe esse controle, os
2002órgãos ambientais não têm digamos assim, não são hábeis o suficiente para
2003chegar e controlar essas pequenas galvanoplastias que jogam esses efluentes
2004*in natura* no meio ambiente. Isso é um prosseguimento, vamos para a indústria
2005a própria a mineração também tem alguns impactos muito menos que a
2006mineração hoje está muito mais interessada no meio ambiente e também e não
2007perder aquele bem que é não-renovável. Tem valor agregado. A mineração eu
2008colocaria um pouco de lado dessa história, mas a indústria química
2009propriamente dita essa sim realmente polui e disponibiliza, não vou dizer isso
2010como regra geral porque não é uma realidade algumas também têm essa
2011preocupação e nós procuramos nos aproximar dessas pequenas
2012galvanoplastias, dizer assim, você está perdendo o metal que você usa e a
2013meu ver o grande desafio hoje da indústria química ou de qualquer segmento
2014industrial são as emissões 0, ou seja, é não jogar nada fora porque se você
2015joga fora, você está perdendo, só para ter uma ideia, um exemplo típico que ela
2016colocou ali, a nossa colega do MS é o cromo. Nós sabemos o que cromo 6 é
2017cancerígeno, mas se devidamente tratado, tem um valor agregado enorme. Se
2018você trata esse efluente você produz, o tratamento e extremamente é
2019extremamente simples 6 a 3, precipita como hidróxido, calcina tem óxido de
2020cromo 3. Alguns dos senhores aqui estão usando lentes com anti-reflexo, o que
2021é isso? Óxido de cromo 3. Eu comprei na Alemanha um frasco de 100 gramas
2022por 300 dólares. A minha família é toda de ótica, que trabalha com isso. Você
2023sabe o que é isso? Então, tratar efluente é custo efetivo, só depende de como
2024você veicula essas informações para esses setores. E muitas das vezes são
2025carentes de informações. Nós fazemos isso muito frequentemente, mostra para
2026eles, não é chegar tachando, eu acho o que órgão ambiental tem um papel de
2027orientar no primeiro momento. Se juntar a ele, vou saber quem tem tecnologia
2028botar na sua mão para que você processe e ganhe com isso. Em contrapartida
2029não polui o meio ambiente, ele está tratando de um efluente do qual ele tira um
2030grande proveito com a devida tecnologia, ele faz isso muito rápido e ganha com
2031isso. Se não voltar ao processo produtivo ele transforma isso em algo vendável
2032extremamente caro. Isso é um exemplo único que eu estou dando, que é o
2033caso do cromo, existe tantos outros que poderia listar uma enormidade deles.
2034Eu listei aqui alguns exemplos de resíduos que podem ser transformados em
2035insumos para a agricultura. Quando eu digo que insumos quando eu digo que
2036eu tenho um resíduo e vou disponibilizá-lo no meio ambiente como fonte de
2037micronutriente, eu estou completamente equivocado. Não é isso, a ideia não é
2038essa, é diante de uma caracterização tecnológica qualquer que seja o resíduo
2039é preciso ter uma caracterização, quero saber quais são as características
2040físico-químicas desse resíduo e eu vou jogar ou o profissional competente vai
2041jogar com essas características e saber como lidar e com esse resíduo e tirar

2042partido disso. Se não utilizá-lo na indústria de agricultura, por exemplo, ele
2043pode voltar como insumos para galvanoplastia, por exemplo, o efluente que
2044contém cobre, eu posso produzir a parte de cobre. Pode ser usado onde?
2045Galvanoplastia, banhos de cobre. Eu não quero sulfato de cobre, eu quero
2046cloreto de cobre. Oxidocloreto de cobre, fungicida para agricultura. Se eu não
2047quero agricultura eu posso transformar isso cianeto cuproso, que é um dos sais
2048que é utilizado na Casa da Moeda para produzir os banhos de cobre para as
2049moedas de um e cinco centavos e para as moedas de 10 e 25 centavos para
2050poder fazer a liga cobre estanho. Tudo isso eu posso alocar esse meu produto
2051que eu tirei de um resíduo em qualquer segmento. Eu estou dizendo cobre. Se
2052eu quiser para o zinco, eu posso obter óxido de zinco, sulfato de zinco. Se eu
2053faço para níquel, da mesma forma, eu posso obter sulfato de níquel, cloreto de
2054níquel, qualquer que seja o que eu realmente entender como vendável para o
2055setor industrial qualquer que seja ele. Não se fala em resíduo para agricultura e
2056sim o que advém desse resíduo. E saber como lidar com isso. Eu fiquei
2057sabendo hoje, no início da discussão assim que foi comentado não posso tirar
2058extrato do resíduo. Não é essa a ideia, a ideia é extrair esses metais desses
2059rejeitos e jogar com as características físico-químicas desses metais e fazer o
2060que eu quero com isso. Basta saber como lidar com esses resíduos. Lá no Rio
2061de Janeiro tem as chamadas bolsas de rejeito. Eu tenho um rejeito que eu
2062disponibilizo para essa bolsa e essa bolsa identifica os setores ou publica isso
2063para que os setores industriais pertinentes ou apropriados vão dizer assim esse
2064rejeito me serve como matéria-prima e vai buscar esse rejeito. É uma troca.
2065Isso é muito importante. Agora eu vou citar alguns exemplos aqui, vejo, quando
2066nós falamos em metais na natureza, a coisa de uns 20 anos atrás, por
2067exemplo, os equipamentos eletrônicos, como televisores e outros tipos de
2068equipamentos eletrônicos tratavam de coisa de 15 a 20 elementos. Hoje passa
2069de 60 elementos na tabela periódica. Estivemos trabalhando com o pessoal da
2070Unicor, na Bélgica, em que eles recuperam todos esses metais de sucata
2071eletrônica da indústria eletroeletrônica e daí por adiante. Porque são bens não-
2072renováveis. Se não utilizo aqui ou acolá eles têm que ser recuperados porque
2073são bens não-renováveis. Os bens minerais são finitos, vão se esgotando a
2074cada dia que passa e quanto mais se aprofunda na natureza mais complexo
2075são os processos que deverão ser utilizados para extraí-los. Hoje em dia 70%
2076no mínimo do cobre no mundo vem de calcopirita, o sulfeto mais refratado do
2077mundo e a principal fonte do cobre. Deus sabe o esforço que se faz
2078principalmente dos biólogos para usar microorganismos apropriados para
2079digerir esse sulfeto e disponibilizar o cobre na natureza. Um esforço sobre
2080maneira. Os processos que se praticam hoje são extremamente poluidores
2081altamente consumidores de energia com a lixiviação sob pressão, processo de
2082osculação. São processos extremamente caros e poluentes. Um processo piro
2083tem que levar em consideração que em ele emana lá em cima, quais são os
2084gases, os particulados que causam uma série de enfermidades. Veja que é um
2085número muito grande hoje mais recentemente são os elementos das terras
2086raras. O mundo inteiro está buscando isso e está na mão da China
2087basicamente com hegemonia, com o controle da venda desses elementos. E
2088aí vem um carro aí. Carro, todas as ações partes desses carros mais modernos
2089estão em terras raras. Já se falava anteriormente nos Estados Unidos, nós
2090vamos mandar isso para África, carro velho. Não mais. Isso são verdadeira
2091minas de terra raras que já estão nas suas formas metálicas do jeito que nós

2092queremos os ímãs de alta *performance*. Veja bem todas as partes do o carro
2093estão terras extremamente caros com tecnologia sofisticadíssima e o Governo
2094nosso, o Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação está empurrando o Centro
2095de Tecnologia Mineral vá para isso de forma agressiva, vamos buscar isso.
2096Que minério nós temos, nós temos bastenezitas, monazitas, temos tudo. É
2097uma questão de mãos à obra, vamos enfrentar essa crise. Esse é um exemplo.
2098Aqui tem um pequeno esquema mostrando onde estão esses metais na
2099natureza, nas chamadas minerações urbanas, estoque industrial, metais em
2100uso, nós temos aparas de processo da fabricação, a indústria metal mecânica,
2101aparas de trabalhos mecânicos para produzir diversas peças laminadas,
2102janelas, alumínio, bronze, latão no Rio de Janeiro isso passa de 80 mil
2103toneladas por ano de rejeitos que vão para o lixo, para que isso? Será que nós
2104estamos com tanta abundância de metais? Aí você pega essas aparas aqui,
2105por exemplo, de latão, que é uma liga basicamente de cobre e zinco e
2106transforma isso em bens para a agricultura cobre e zinco. Cobre eu faço,
2107oxicloreto de cobre, que é um fungicida para a agricultura e o zinco ou
2108micronutriente. Aí tem outros elementos junto com ele que nós lidamos com
2109isso tranquilamente. Porque sabe das propriedades físico-químicas desses
2110elementos como separá-los. Nós temos aqui fabricação, produção, resíduos de
2111mineração, das pilhas de lixiviação química ou biolixiviação que ainda contém
2112metais que podem ser tratados, aqui estoques naturais, lixões. Isso aqui é uma
2113grande fonte, é uma mineração urbana que hoje a população pobre, carente,
2114miserável vai buscar aqui o seu próprio. O Brasil hoje se configura na principal
2115digamos reciclador de alumínio, não porque o governo incentivou, é
2116necessidade de buscar isso. Esse alumínio entra diretamente na matriz
2117produtiva e só fundir, é alumínio de volta, mas nós vamos dar outros exemplos
2118aqui de fontes de alumínio que você recicla e pode utilizar, inclusive na própria
2119agricultura, no cultivo de flores que interfere nas cores das flores, uma colega
2120nosso de 93 anos deu palestra de a química da beleza das flores. Coisa mais
2121fantástica. Falando da presença desses elementos na mudança de cores de
2122flores. Fantástico isso. E aí vai. Esses são os estoques metais, a localização.
2123Onde se encontram na natureza? Isso seria a mineração urbana. Aquilo que
2124você pouco tem que fazer para chegar aos valores. Aí nós experimentamos os
2125distintos processos para chegar a esses metais, por exemplo, um processo de
2126eletrolixiviação das sucatas eletrônicas, você já tem aqui numa estrutura dessa,
2127num catodo tridimensional já os metais de interesse, você põe numa liga
2128depois sai para processar os metais de interesse. Isso é um processo, um
2129deles, são diversos outros. Nós saímos experimentando toda a sorte para ver a
2130quão custo efetivo é esse ou aquele processo. Eu quero saber do Estado
2131vocês, mas o problema do Rio de Janeiro é o tratamento da água. O
2132tratamento d'água que vem tem como ponto de partida bauxita, que é fonte de
2133alumínio, faz uma lixiviação, tem-se uma solução que contém sulfato de
2134alumino e sulfato de ferro, os dois são agentes floculantes, vão para o
2135tratamento d'água. Onde que esses dois sais entram no tratamento d'água?
2136Agente de floculação. Em contato com a água bruta, há uma hidrólise e os dois
2137se hidrolisam e formam os hidróxidos e jogam todos os sólidos de suspensão
2138da água bruta para bicho. A água sai purificada, desinfecta-se, a água sai
2139potável. Só que nesse processo você tem um resíduo sólido que são os
2140hidróxidos desses metais e se joga fora há décadas. Resíduo esse que tem
2141mais alumínio do que a própria bauxita. Por que se faz isso? Não é ignorância.

2142Têm outros interesses por trás e nós sabemos quais são, mas como
2143pesquisadores, nós temos essa preocupação que são bens não-renováveis, aí
2144você me diria são hidróxidos que são facilmente digeridos por uma chuva ácida
2145e vão tipolizar esses metais para onde? Para o meio ambiente. E aí se perde. E
2146é uma quantidade que a planta que fabrica isso, que produz a partir da bauxita
2147o sulfato de alumínio e o sulfato de ferro está há cinco quilômetros. Era tão
2148somente trazer aquele hidróxido para cá, ressolubilizar e voltar para cá. O
2149tratamento d'água sustentável, existe a preocupação pelo meio ambiente?
2150Nenhuma. Eu sei que a preocupação da nossa colega do Ministério da Saúde
2151enquanto esses elemento pesados que estão aí. Não podemos perder de vista
2152que existe grande parte desses metais pesados fazem parte de alguns
2153mecanismos enzimáticos no nosso próprio organismo a favor. As pessoas que
2154lidam com biomedicina sabem que um ser humano precisa desses metais
2155pesados, guardados com os devidos cuidados. Existe medicamentos que têm
2156selênio, nós sabemos que selênio é extremamente prejudicial ao ser humano.
2157Depende da concentração. Tudo isso nós não podemos perder de vista agora
2158se eu quiser isentar o meu sal que vai ser usado na agricultura, temos
2159condições de fazer isso. Basta um pouco de entendimento de química para
2160fazer isso não precisa grandes conhecimentos, porque são metais. Porque
2161quando nós falamos em fertilizante de onde vieram esses fertilizantes, não foi
2162da natureza. São processos químicos. Produtos sulfato ferroso que produz
2163todos os outros sais de potássio, fósforo, nitrogênio, são sais que foram
2164produzidos. Será que esses processos estão certame corretos para isentar
2165esses sais de impureza? Quem está rastreando isso? Quem normatiza isso e
2166são sais extremamente solúveis. Nós tivemos uma palestra no CTEM um
2167colega do próprio CTEM disse assim, mas os fornecedores de fertilizantes
2168estão mais é querendo que você use tonelada e a chuva leve. Não é isso.
2169Claro que não. Porque isso acontece mesmo. A chuva leva esses nutrientes
2170fácil e vai contaminar quem? Lençol freático. Isso é muito ruim. Ninguém quer
2171isso. Não é possível em sã consciência, isso é uma degeneração. Em sã
2172consciência não se admite isso. E hoje em dia já se fala em pós de rochas
2173ornamentais que são ricos em potássio. Aí você me diria, mas se fosse
2174totalmente refratário. Os microorganismos, a flora local vai se encarregar de
2175disponibilizar esses elementos na medida da necessidade para aquele cultivar
2176em particular. Vai depender do solo, do Ph do solo, uma série de coisas
2177influencia. Estava conversando com a nossa colega ali agora que tem uma
2178planta da biolixiviação de um polimetálico na Finlândia que não uso
2179microorganismo nenhum, não coloca fertilizante algum. Ele lixívia sulfetos
2180refratários. Como? Leva tempo até se criar uma biomassa. A flora local começa
2181a se multiplicar e disponibiliza os metais de interesses. Por que ele não oclua?
2182Porque ele tem uma pilha de dois quilômetros e meio de extensão. 800 metros
2183de largura, oito de altura, um tronco de pirâmide, de onde drenam de 600 a
21841200 metros cúbicos/hora de solução. Você sabe o que é isso? Ninguém me
2185disse, nós estávamos lá na operação. Com isso de neve em cima da pilha, os
2186microorganismos não atuam. Vai acontecer quer queiramos ou não. Se é
2187insolúvel, quem disser que está precipitando um resíduo e pode disponibilizar
2188que ele estável está completamente equivocado sem que antes faça um
2189trabalho biológico, a biodisponibilização desses metais para o meio ambiente.
2190Isso acontece, não tem como. Fala-se, por exemplo, em escorodita para
2191arsênio. Passa pelos testes de solubilidade e estabilidade, bota na natureza.

2192 Os microorganismos vão dar um jeito de tirar dali. Tem que ter esses cuidados
2193 quando se fala nesse tipo de coisa, porque esse aqui é um deles. Que se joga
2194 há décadas isso fora. Eu não sei não nos outros Estados, mas o Rio de Janeiro
2195 se faz isso, mas se tiverem condições de opinar ou de interferir nesses
2196 processos localmente falando, façam, porque isso aqui é totalmente reciclável.
2197 Isenta o setor local de estar usando um bem não-renovável, a bauxita. Por isso
2198 que nós não podemos perder de vista. Aparas de latão. Veja a complexidade
2199 desse elemento. Cobre, zinco, cádmio, chumbo, ferro, tudo estão presente
2200 nessa liga. Tremendamente utilizada, mas são processos extremamente
2201 simples, a química rudimentar do ginásio, do primeiro grau. Você tira esses
2202 elementos devidamente cuidados, você tem os metais de volta. E se joga fora
2203 isso, a indústria metalífera não sabe nem com o que estão trabalhando
2204 coitados, porque falta informação. Acontece na galvanoplastia, se você
2205 aproxima de um operador daquele, que banho é esse? Não sei, me mandaram
2206 usar essas condições aqui. E tanto faz ele jogar aqui ou que a lá na pia ou no
2207 ralo para ele não faz a mínima diferença, porque ele não tem o alcance, porque
2208 não tem a informação. Dado um pequeno treinamento, ele vai captar e nós
2209 temos hoje técnicos de nível médio, tem um ano e pouco de formação com a
2210 tremenda percepção. Quem olha para aquele menino diz que ele é um formado
2211 em engenharia química, porque o garoto tem uma percepção. Depende do
2212 grau de informação, disponibilidade e informação o que mais existe. Todos sem
2213 exceção pode buscar qualquer tipo de informação, mas profunda ou não, isso é
2214 uma outra história, mas pelo menos estão aí as informações, veja que são
2215 coisas extremamente simples e rudimentares e é possível. Ali só se jogou com
2216 propriedade físico-química desses metais, nada mais que isso. Outros
2217 catalisadores automotivos, que tanto se falou aqui hoje. Está aqui, processo
2218 simples já gerou pelo menos umas duas teses de alunos meus para recuperar
2219 esses metais, paládio, platina e ródio, três elementos caríssimos, metais do
2220 grupo da platina. Aqui se faz isso aqui e aí que eu comentei porque quando nós
2221 falamos de catalisador, nós estamos falando de SOX e NOX. Isso aqui não
2222 porque isso aqui permanece extremamente estáveis, existem projetos na
2223 Inglaterra de varreduras de estradas para recuperação desses metais, que a
2224 velocidade que esses gases passam pela estrutura alveolar dos catalisadores é
2225 tão grande que esses metais que fazem o papel da catálise, da transformação
2226 dos NOX e dos SOX e compostos menos agressivos ao meio ambiente. Então
2227 vejam que já existem pessoas interessadas no lixo para recuperar esses
2228 metais. Mas junto deles estão outros elementos que estão com uma estrutura
2229 alveolar, é porque não está tão nítido aqui, mas é uma estrutura alveolar, os
2230 gases passam por aí. Tem uma ação ela junta, é uma coalescência, junta as
2231 microgotículas imperceptíveis de mercúrio que estão no lugar natural e prende
2232 algo aqui, mas algo sai pelo sistema de exaustão do teu carro. Veja que é
2233 também um processo extremamente simples de se fazer. Eu gostaria que isso
2234 aqui fosse disponibilizado para todos indistintamente, para que se disseminem
2235 essas informações. Reciclagem de metais de pó aciaria. Zinco, cádmio,
2236 chumbo, ferro, a mesma história. Nós vamos jogar isso fora? Quanto se perdeu
2237 nessa história? Até mesmo em particular, de emanações de partículas. E são
2238 pessoas que estão ali muita das vezes não têm o devido equipamento, aparato
2239 da segurança e esses metais, o sistema respiratório vai ancorar onde? No
2240 sistema respiratório que é um meio de cultura e vai metabolizar esses metais.
2241 E você vai incorporar no seu organismo. Muitos deles são excretados, se você

2242for num lodo de tratamento de esgoto, é uma tremenda mina de metais, não
2243acredita, pega uma amostra, faça uma digestão em água raso você vai ver o
2244volume, é uma tabela periódica, veio de onde? Do ser humano. Muitos deles
2245não, são acumulados no sistema nervoso central, como mercúrio, arsênio,
2246selênio, cádmio, chumbo, veja bem, talvez o menos problemático por quê? A
2247grande maioria dos sais de chumbo é insolúvel. A grande maioria. Eu estou
2248dizendo cultivar pouco tem chumbo na sua estrutura nos alimentos. Por quê?
2249São basicamente quase todos são insolúveis, mas não o livra, não o livra de
2250uma combinação orgânica. Lembra, se vocês lembram que até há pouco tempo
2251o Brasil usava um complexo de chumbo, que é o chumbo tetraetila nos nossos
2252combustíveis, na gasolina e que saía onde? Nos gases de exaustão.
2253Contaminava uma enormidade do meio ambiente. Vapores de chumbo
2254orgânico. E isso sim é problemático. Felizmente nós estamos livres disso, mas
2255está aqui também da mesma forma seguindo processos químicos,
2256convencionais e você chega aos sais que tanto te interessem para distintas
2257aplicações como já mencionamos aqui. Veja bem, estão aqui quando nós
2258mencionamos que nós temos que enfatizar isso, quando se menciona o uso de
2259resíduos na agricultura, guardado os devidos cuidados. Nós precisamos
2260processá-los e chegar aos sais de interesse. E veja bem, na grande maioria
2261desses elementos não é usado como micronutriente que a quantidade é muito
2262pequena. Por isso está se falando micronutriente. A grande vantagem é reciclá-
2263los, é voltar ao processo produtivo, uma galvanoplastia, uma produção de
2264novas ligas, que eu posso combinar metais para fazer a liga que me convém
2265em um processo qualquer que seja ele. Nós não temos interesse, o setor
2266industrial hoje não tem mais interesse algum em perdê-los. É pelo lado
2267ambiental? Talvez, pelo lado do custo disso, do valor agregado desses metais
2268e são bens que advém de fontes não-renováveis, de bens finitos, que é a
2269mineração. A própria mineração é encarada como atividade degradadora
2270vamos deixar a atividade da extração de outro, que é uma coisa diferente,
2271muito mais, você utiliza mercúrio, os garimpos e daí por diante, isso é uma
2272outra história, mas realmente o que você quer é realmente reciclar mesmo. É a
2273grande ideia, a grande sacada dos dias atuais. Quem não pratica isso está na
2274contramão e está perdendo dinheiro, porque são bens não-renováveis, isso nós
2275não podemos perder de vista. Isso que nós acabamos de comentar da
2276galvanoplastia e para piorar esses segmentos, eles não segregam os distintos
2277efluente, o banho de cobre tem um efluente, o banho de níquel tem outro, um
2278banho de zinco tem outro, um é cianeto, o outro é ácido. A galvanoplastia tem
2279uma mescla de tipos de banho. Ela começa com banhos de zinco cianídrico,
2280banhos de cobre cianídrico, depois ele entra com cobre ácido, níquel ácido
2281depois cromo ácido para chegar ao acabamento superficial apropriado de
2282substratos não-estáveis como ácido carbônico, por exemplo. E sai segregando
2283tudo, efluente de cromo 6 junto com zinco 2^+ , esse aqui é um grande problema
2284porque enquanto o cromo 6, que é cancerígeno, não se alto era cromo 6 com
2285Ph. Pode dizer de 0 a 14, ele é sempre cromo 6, se você disponibilizou, a não
2286ser que você tenha um agente redutor que p passe para cromo 3, que é menos
2287problemático e tem esse valor agregado que nós comentamos, que é óxido de
2288cromo três. Mas ele é extremamente problemático e persistente no meio
2289ambiente, ele vai desde ácido cromo 6, dicromato cromo 6, cromato cromo 6.
2290Isso é um problema seriíssimo, é um elemento extremamente pertinente no
2291meio ambiente. Nós temos cobre, o níquel, o ferro, todo mundo junto. Chega-se

2292ao que se quer, cromo, níquel, zinco, todo mundo separado. Tem algumas
2293operações e processos unitários até que você chega aos sais puros. Sais
2294esses que vão ser utilizados. Esse aqui daqui eu posso produzir o que eu
2295quiser. Posso produzir sulfato de cobre, oxiclreto de cobre, cianeto de cobre
2296cianeto cuproso, qualquer sal que eu quero com uma única operação. Um
2297único processo unitário eu faço isso. E daí por diante os outros, mas só que
2298isso dessa forma, eles não têm o devido conhecimento porque se eles
2299segregassem esses efluentes, era só uma questão de precipitar esses metais
2300ressolubilizá-lo de uma forma concentrada e voltar aos banhos. Não se
2301perderia nada. Mas aí somam-se, digamos assim, direciona todos os efluentes
2302e, inclusive o cianeto, vai todo mundo junto que produz gás cianídrico, que é
2303letal, nós sabemos disso. Não estão nem aí. Você vai numa galvanoplastia
2304você se arrepia de ver as coisas que se praticam. Isso aqui, mais um caso,
2305reciclagem de alumínio de tetraplaca, uma operação extremamente simples,
2306aconteceu para um cliente querendo, eu falei, não tem nem como te cobrar isso
2307porque é tão rudimentar, tão simples, está aqui, faz isso, vai embora, seja feliz.
2308Mas isso aqui é uma coisa simples, você recupera o papel, o plástico, a
2309alumino, recupera tudo. E hoje o que não se tem de embalagem como
2310alumínio? Quase tudo. São diversas embalagens contendo alumínio. Como
2311considerações finais para nós só, reciclagem de metais, fontes secundárias é
2312proveniente de bens não-renováveis, é de suma importância para a utilização
2313sustentável desses metais. Por isso alguns pontos devem ser considerados.
2314Em particular isso aqui acenar para uma utilização final dos valores extraídos
2315quer como metal, como nós comentamos, de volta como matéria-prima na
2316indústria mecânica ou como produtos químicos, tais como sulfato de cobre,
2317cianeto cuproso, sulfato de níquel, sulfato de zinco e etc., para serem utilizados
2318em galvanoplastia e/ou agricultura. Vejo que é tão simples como se fala,
2319quando nós estamos aqui deliberando essa Câmara Técnica que está
2320deliberando sobre o uso de resíduos após tratamento, nós temos que
2321considerar alguma coisa muito factível. Guardados os devidos cuidados, só que
2322ano que tem ver um aporte hoje, inclusive a Dilma instituiu, nós não podemos
2323se você entrar na página do CTEM hoje você vai buscar qualquer tipo de
2324informação. Acabamos de publicar um livro sobre processo biohidrometalúrgico
2325uma abordagem prática. Dentro dos próximos dias vai estar o PDF do livro
2326todos nós publicamos mil exemplares. Mandamos para toda parte o mundo
2327porque a nossa ideia é disseminar o conhecimento sem valor econômico. Não
2328buscamos valores com isso. Tirar vantagem financeira, disponibilizamos para
2329todos, você mesmo teve um exemplar. Só que agora com advento dessa nova
2330lei que a Dilma instituiu, somos obrigados a disponibilizar toda e qualquer
2331informação. A não ser aquelas que estão ligadas à empresa, por exemplo, se a
2332empresa disser isso é confidencial, nós temos que manter confidencial, mas a
2333rigor todo o projeto de pesquisa e desenvolvimento tem que ser disponibilizado.
2334Todo e qualquer pessoa pode ter acesso. Hoje em dia, já na página da CTEM
2335tem diversos livros disponíveis, só baixar. Veja que essas informações estão
2336disponíveis a qualquer instante. A nossa ideia é realmente disseminar
2337informações. E que todos possam usufruir de informações dessa natureza e
2338fazer uso disso, inclusive na agricultura, que é o caso em questão aqui. Era
2339basicamente isso que eu gostaria de falar em breves palavras, porque isso aqui
2340poderia se estender indefinidamente, dado ao número de resíduos de rejeitos

2341que nós lidamos no nosso dia-a-dia, mas de qualquer maneira estou à
2342disposição para qualquer esclarecimento adicional. Ok

2343

2344

2345**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Obrigado Dr.
2346Luiz Gonzaga, coloco então a palavra à disposição dos membros da Câmara
2347Técnica para algum questionamento, algum esclarecimento em relação à
2348apresentação.

2349

2350

2351**O SR. ROBERTO (MP/SP)** – Eu queria perguntar com base nessa exposição
2352que você fez e considerando o tipo de resíduo que está sendo cogitado na
2353nossa discussão aqui, óxido de zinco, cinza de zamaque, lama da
2354galvanização, escória de cobre, esse tipo de material se ele realmente permite
2355essa segregação que você coloca realmente no sentido de isso é mais
2356interessante se falar em segregar esse zinco, por exemplo, de interesse ou
2357outro ou cobre de interesse desse tipo de resíduo que estão aqui listados
2358nessa minuta ou se é mais interessante se falar em termos de remoção dos
2359metais indesejáveis que são os contaminantes que nós vimos perseguindo aí
2360nessa discussão.

2361

2362

2363**O SR. LUIZ GONZAGA SANTOS SOBRAL (MCTI)** - Pergunta extremamente
2364pertinente, mas geralmente os metais de interesse estão em maiores
2365concentrações ou teores, no caso de sólido. O que se faz? Realmente você tira
2366o que é de interesse para a fabricação direta como os sais que nós
2367encaminhamos aqui e aí o que permanece? Seriam os chamados
2368recalcitrantes. Eles permaneceriam de uma forma insolúvel guardados os
2369devidos cuidados nos termos de processamento, você os manteria lá e tiraria
2370aquilo que esse metais todos que nós colocamos, como cobre, zinco, níquel e
2371outros micronutriente são extremamente solúveis e fácil de serem tirados e
2372separados, eles têm características distintas. Por exemplo, no caso que eu dei
2373agora de cobre, níquel, cobalto e zinco juntos eles separam um a um por
2374precipitação com sulfetos em faixas de Ph distinto, só e somente só e mandam
2375os sulfetos para as fundidoras e vai aos metais de interesse. Só isso. O ideal é
2376tirar esses metais de fácil acesso e os recalcitrantes que estão em menores
2377concentrações ou teores, em caso de sólidos deixá-los ali, alguns têm
2378aplicações. Hoje em dia estão se incorporando arsênio em painéis
2379fotovoltaicas. Que arsênio não serve para nada, só para matar rato, que já uma
2380em agressão você está jogando isso na natureza, esse arsênio vai ralo abaixo.
2381Tudo o que nós não queremos, mas hoje já se, mas você não pede se livrar
2382disso isso, ele está presente, por exemplo, na mineração do ouro, e sempre
2383arsênio pirita, sempre. Normalmente estão associados a arsênio pirita, eu
2384quero é o outro, que é o metal de interesse. Ninguém pode prescindir do outro.
2385A própria tecnologia, as novas tecnologias precisam do outro. Todos esses
2386equipamentos têm outro. Não é à toa que as pessoas buscam sucata eletrônica
2387não é para os metais de base, nós temos interesse nos metais de base, mas é
2388para tirar os metais preciosos. Ouro, prata os metais do grupo da platina. A
2389ideia, lógico nessa brincadeira se você for dosar o teor desses metais na
2390sucata eletrônica têm 30% de cobre. O que faz a Unicolor na Bélgica? Funde

2391 tudo, tem um bulho de cobre, refina o cobre, os metais preciosos saem na
2392 lama. Só isso que eles fazem e recuperam todos os outros metais voláteis nas
2393 emanções, tratam isso e recuperam todos os metais. Estão dados os devidos
2394 cuidados, você tira o metal de interesse que está em maior (...) destinação para
2395 esses metais. Volto a dizer, arsênio hoje, não é em grande quantidade, mas já
2396 está sendo incorporada e já pensa até nos problemas desses painéis
2397 fotovoltaicas quando da sua obsolescência, que eles também contêm arsênio,
2398 arsênio e outros elementos também, selênio também já se utiliza há muito
2399 tempo na indústria eletrônica. Os osciladores. Basicamente isso. Mesmo que
2400 esses elementos mais recalcitrantes eles também vão sair na forma solúvel e
2401 para tanto vão sofrer a sua segregação apropriada e também tem lá as suas
2402 propriedades físico-químicas e que podem ser tratados em separados e tê-los
2403 também de forma segura, incorporar em alguma coisa, inertizar e daí por
2404 diante. Mas com certeza tem lá a sua finalidade e a sua utilização.

2405

2406

2407 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu, por acaso, sou
2408 engenheiro químico, eu conheço um pouco dessa questão. Já visitei várias
2409 galvanicas até para o seu conhecimento, a indústria galvanica pertence ao
2410 ramo de indústria de proteção de superfície, eles não pertencem ao ramo da
2411 indústria química, embora... Bom, a minha pergunta é no seguinte sentido, eu
2412 acho que o que aconteceu na reunião passada que teve o setor da sociedade
2413 civil pessoa trouxe uma apresentação, os processos de metalúrgico e
2414 biometalúrgico que você colocou aqui, eles estão disponíveis para serem
2415 utilizados em escala comercial, eles têm viabilidade econômica, técnica nós
2416 sabemos que nós podemos produzir produto PA praticamente de tudo. A
2417 questão é outra, a questão é de escala e sempre tendo em mente o
2418 comparativo, eu preciso produzir um material micronutriente oriundo de resíduo
2419 que tenha minimamente pelo menos o mesmo custo daquele extraído de
2420 rochas naturais. Esse é o dilema, hoje em dia, eu acho que nós temos que
2421 colocar na mesa, não é só a questão técnica, a questão econômica, a técnica
2422 está voltada a questão ambiental, a questão econômica, a questão social, que
2423 eu acho que é o que nós temos que a partir de agora começar a falar em
2424 sustentabilidade. E a pergunta que eu teria a vocês é que se vocês vão ao
2425 trabalho de vocês, conseguiram tecnologia que seja acessível, do ponto de
2426 vista comercial para tratamento de todos esses resíduos que nós vimos aqui
2427 na Resolução e outros potenciais que nós possamos utilizar para produção de
2428 micronutrientes. Essa é a minha pergunta.

2429

2430

2431 **O SR. LUIZ GONZAGA SANTOS SOBRAL (MCTI)** - Uma pergunta pertinente
2432 também. Eu diria o seguinte, isso é uma das coisas extremamente complicadas
2433 quando você lida, por exemplo, a mineração. A mineração qualquer tipo de
2434 pesquisa você parte do estudo fundamental, escala de bancada, semi-piloto,
2435 piloto, pilha de demonstração, está aí a pilha de produção. Porque isso? Cada
2436 etapa dessa leva em consideração uma característica particular. Por exemplo,
2437 vamos dar o caso da mineração, você citou aí, nós fazemos os testes de
2438 processo do biolixiviação em escala de laboratório. O que você faz? Você pega
2439 o minério, cominui ele finamente dividida, o que significa isso? Você aumenta a
2440 área superficial desse minério, você disponibiliza as espécies de minerais de

2441interesse, que seria os sulfetos, você aumentou a área superficial, você
2442aumenta o quê? A velocidade de reação. Você preconiza nesse seu teste de
2443laboratório? A adaptabilidade dos microorganismos ao substrato mineral em
2444primeiro lugar. Que consumo de ácido que é o máximo ali. Máximo consumo de
2445ácido e o máximo de extração daquele metal de interesse. Tudo que você tem
2446ali é massa, primeira abordagem. Depois você vai para coluna de um metro,
2447um metro e meio de semi-piloto. Você vai fazer o quê? Como a solução
2448percorre esse leito mineral, se não vai haver empacotamento do leito e como é
2449o fornecimento, a oferta de oxigênio para esse leito. Com isso você tira desse
2450experimento em escala semi-piloto. Quando você vai para uma escala piloto, o
2451diâmetro da coluna já começa a ser mais extenso. Aí o que significa isso?
2452Significa que você está com oito metros de comprimento, como se tirasse uma
2453alíquota de uma pilha e trouxesse para o laboratório e ali você está
2454experimentando o quê? Já vai percolação, empacotamento de leito, que tem o
2455peso do minério, na medida em que você vai extraíndo o metal, ele vai
2456compactando, será que eu vou comprometer a percolação? Será que eu vou
2457ter fluxo artificial, não só vertical? Tudo isso eu faço na escala piloto. Quando
2458eu passo para a pilha de demonstração, eu vou determinar quais são as
2459dimensões mínimas daquela pilha, a mínima que eu preciso ter para que eu
2460tenha garantida a geração de calor por conta da oxidação do sulfeto. Ali eu
2461tenho sulfeto suficiente para gerar calor, porque o processo de oxidação de
2462sulfetos minerais é uma reação exotérmica e eu preciso de calor para abrir
2463principalmente qual o perito. Quando eu vou para uma pilha de demonstração é
2464isso aí, e depois que você faz esse tipo de experimento você vai para a pilha
2465industrial aí a produção. Com relação aos resíduos, não é diferente. Você vai
2466para as condições digamos assim otimizadas de laboratórios e você quer saber
2467ali extrai da melhor maneira possível que eu tenho pequena quantidade
2468agitação apropriada, tudo que eu preciso fazer está ali em pequena escala. Dali
2469eu passo para uma escala semi-piloto, vou aferir o que, se eu vou precisar de
2470calor, como que vai ser o processo de filtração, se vai ser fácil, se vai ser
2471aparação sólido e líquido, vou fazer testes com grandes volumes para fazer de
2472precipitação seletivas e aí eu passo para uma escala maior dali eu já posso
2473partir para uma escala de produção, tanques de metros cúbicos de volume e
2474daí por diante. Preciso de separação sólida e líquida? Sempre. Preciso de
2475lavagens apropriadas? Sim também. Aí tem o balanço energético, tem o
2476volume de água que você vai utilizar para cada processo desse, tudo isso
2477como você bem colocou são parâmetros que você precisa levar em
2478consideração com o processo produtivo, todas essas tecnologias sim estão
2479disponíveis.

2480

2481

2482**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Estão disponíveis em
2483escala comercial?

2484

2485

2486**O SR. LUIZ GONZAGA SANTOS SOBRAL (MCTI)** – O que o CTEM faz? Se
2487você está ligada a uma indústria, ela tem uma necessidade, nós entregamos
2488para eles, é aqui que você tem que fazer, vá produzir. É só isso. Nós
2489passamos, inclusive mineração, que é um segmento muito mais robusto. Nós
2490entregamos os dados para uma companhia de Engenharia faça a ampliação de

2491escala. Só isso. Que aqui estão todos os parâmetros, todos os números que
2492você precisa. Inclusive de consumo de reagente, leva em consideração o que
2493você está falando, aspecto econômico, quais são os reagente que você vai
2494usar, que pureza esse reagente tem que ter, o que você tem que fazer para
2495livrar o seu precipitado de interesse de impurezas que estão embebendo
2496aquele precipitado, tudo isso que ser levados em consideração. Inclusive nós
2497incentivamos, inclusive a mineração que mande um dos seus funcionários
2498quando do desenvolvimento da tecnologia porque isso? Para que ele absorva
2499simultaneamente a tecnologia, não tenha problema de descontinuidade na
2500transferência de tecnologia. Nós incentivamos isso, nós queremos que o cliente
2501e ir mais longe porque quando é o caso da mineração nós temos uma
2502instrumentação apropriada que enxerga no computador dele. O cara enxerga lá
2503da Bahia o que nós estamos fazendo aqui. Não só no computador como um
2504supervisório de todas as operações e, ele inclusive é participe da operação, ele
2505só não mexe, porque ele não tem a senha. Nós já fizemos a correção da
2506Colômbia fizemos isso recebemos um SMS, deu um problema na coluna. De lá
2507do computador corrigimos sem estar presente, no outro país e o cliente pode
2508fazer isso. E aí além do mais, uma câmera para mostrar que tem alguém
2509trabalhando lá. O cliente passa mesmo que de forma remota a participar da
2510operação. É basicamente isso.

2511

2512

2513**O SR. JOSÉ DA CUNHA** - Eu acho que a sua apresentação veio bem de
2514encontro com vários pontos de vista que nós também defendemos,
2515principalmente do ponto de vista da poupança dos recursos naturais visando o
2516reaproveitamento desses resíduos. Agora a rota que o senhor apresentou é
2517uma rota que nós tentamos evitar porque nós não necessitamos de chegar até
2518uma rota economicamente onde nós temos que recuperar um produto solúvel.
2519É simples, se essa rota for viável pra produzir um sulfato de zinco é burrice
2520quem gera o resíduo não gerar o sulfato de zinco porque ele tem o seu
2521econômico. A indústria precisa usar sulfato de zinco para fazer micronutrientes
2522de solo? Não precisa porque custaria muito mais caro. Eu vou fazer uma conta
2523simples que acho que todo mundo vai entender. Se o sulfato de zinco com 20%
2524de zinco custa 2.000 reais e o minério de zinco 25% de zinco custa, qual dos
2525dois servem para fazer micronutrientes do solo, qual que a indústria do
2526micronutriente do solo vai usar? O recurso mineral mais barato. Onde entraria o
2527resíduo? Um resíduo rico nesse nutriente e que não contenha nenhuma
2528substância que impeça o seu uso poderia ser usado diretamente, faz o mesmo
2529papel substituindo o recurso natural. Eu acho que sem dúvida nenhuma, eu
2530acho que se existe a rota econômica para se a produzir um sal, seria burrice
2531não utilizá-lo. Agora não significa que essa é a solução que tem atender a
2532demanda indústria de micronutrientes de solo porque ela não precisa utilizar o
2533sulfato.

2534

2535

2536**O SR. LUIZ GONZAGA SANTOS SOBRAL (MCTI)** – O problema todo é que
2537nós não podemos perder de vista que quando você tem uma mineração de
2538zinco o interesse é o zinco metálico. É chegar ao zinco metálico, que têm
2539outros valores. Isso é uma coisa. Agora se você tem um rejeito da própria
2540mineração de zinco e que não tenha elementos recalcitrantes que a nossa

2541 colega ali comentou, inclusive ela coloca etc. porque tem outros elementos.
2542 Guardado os devidos cuidados, se não existe com certeza pode ser utilizado.
2543 Ele pode entrar como micronutriente. Desde que não comprometa esse tipo de
2544 coisa e por outro lado e alguns minerais que estão ali junto com os de zinco,
2545 por exemplo, você tem a possibilidade, inclusive de tirar nutrientes, que o que
2546 faz com a Vivara, que eu comentei aqui. Não coloca nenhum nutriente, nenhum
2547 microorganismo biolixívia. Com o tempo ela vai lá, afere a flora local e a
2548 biomassa se multiplicou, ou seja, você simplesmente insuflou oxigênio que tem
2549 fontes de oxigênio e fonte de CO₂, que é a fonte de carbono que ela precisa.
2550 Inorgânicas de carbono Para que os microorganismos se multipliquem, para
2551 que ocorra a formação de biomassa. E essa biomassa é que vai disponibilizar o
2552 metal a partir do seu sulfeto. Veja bem, isso que você falou é correto, estamos
2553 lidando com problema de resíduos, agora se eu tenho o minério em pequena
2554 quantidade, tem uma empresa de São Paulo que tem um minério do cobre que
2555 não tem as impurezas como é o caso do minério da caraíba, um minério
2556 puríssimo, ele tem um concentrado que a caraíba de metais de Camaçari usa
2557 para diluir impurezas de outros concentrados. Nesses casos, esse minério
2558 poderia mesmo ser utilizado como micronutriente, mas esse senhor quer pegar
2559 esse material contendo sulfeto de cobre que é, inclusive birita, e nós
2560 transformamos isso em oxiclreto de cobre para ele, que trabalha na área de
2561 agricultura naquela região de São Paulo, ou seja, foi feito produzimos o
2562 oxiclreto, mande para onde quiser analisar.

2563

2564

2565 **O SR. JOSÉ DA CUNHA** - Outra questão que nós colocaríamos seria a
2566 questão de escala quando nós estamos falando do consumo desses metais
2567 micronutrientes, obviamente é na escala diferente da galvanoplastia, só para
2568 num número bem aproximado, só de zinco equivale a um consumo de 20 mil
2569 toneladas de zinco por ano. Nossa preocupação é garantir que haja suprimento
2570 também suficiente para atender a demanda, que a nossa agricultura tem com
2571 relação à utilização desse micronutriente. Além de ser viável do ponto de vista
2572 econômico e tudo mais, nós ainda temos que pensar na questão da escala
2573 porque tem que atender uma demanda muito elevada.

2574

2575

2576 **O SR. LUIZ GONZAGA SANTOS SOBRAL (MCTI)** - Nesse caso da utilização
2577 desse micronutriente, no caso o zinco, nós não podemos perder de vista que
2578 normalmente são sais solúveis. Por exemplo, alguns deles são sais solúveis no
2579 caso dele, sem dúvida, se você usa o próprio minério, quem vai se carregar de
2580 disponibilizar esse metal na medida da necessidade daquele cultivar em
2581 particular é a flora local que vai fazer isso. É isso que se quer de um fertilizante
2582 de um micronutriente. Que ele não seja disponibilizado em grande quantidade,
2583 como diz o colega, a chuva chega e leva. Não é isso que se quer. Exatamente
2584 essa disponibilização de forma consciente e gradativa na medida da
2585 necessidade. Porque, inclusive isso requer a própria análise do lençol freático
2586 de tempos em tempos para saber o que está acontecendo com isso, e aquilo
2587 ali é o nosso pulmão, realmente esse cuidado tem que se levar em
2588 consideração, mas volto a dizer, o interesse maior de quem está produzindo
2589 esse é reciclar o seu processo produtivo. É a chamada emissão 0, é o grande
2590 desafio.

2591

2592

2593**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
2594**Paulo)** – Eu só queria fazer comentário que essa discussão que está saindo
2595daqui já saiu no Grupo de Trabalho e foi um dia inteira de discussão dedicada a
2596essa questão. O que ocorre é justamente isso, tira-se do que interessa o
2597máximo do minério ou do zinco, o cobre e ainda sobra um tanto que o pessoal
2598acha que pode reaproveitar, mas tirar só aquilo começa a ficar
2599economicamente inviável e não justificaria economicamente o
2600reaproveitamento. É esse pé que nós estamos. Face esta realidade que nós
2601não sabemos quanto tempo vai demorar para mudar, e qual a realidade que
2602nós temos que mudar e tornar essas coisas economicamente viáveis e o setor
2603produtivo vai falar eu faço. O que sobra de novo para nós, eu vou insistir, dá
2604para fazer o que se pretende, de segurança que é o que sobrou do Grupo de
2605Trabalho. Eu acho importante, eu vejo, eu estou nisso há oito anos. A minha
2606paciência é de Jó, eu vejo que essas coisas que estão virando em ciclos. Só
2607que os ciclos não têm o mesmo raio. Vai diminuindo lentamente o raio, isso
2608convergindo mais. Eu vou estar aqui indefinidamente disponível a isso, mas eu
2609espero que todos tenham entendido aqui a nossa tarefa.

2610

2611

2612 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu acho que
2613 essa apresentação foi interessante, eu não sei se tem mais alguma pergunta
2614 ao palestrante para nós começarmos a discutir entre nós aqui algumas
2615 questões. Eu acho que ela é bastante interessante no sentido de reforçar
2616 algumas questões que estão, inclusive considerando da resolução, como é o
2617 caso justamente dessa questão de nós buscarmos substituição do uso, da
2618 justificativa para usar resíduo industrial como substituição de matéria-prima
2619 natural. Foi uma das questões que inclusive está pintada de amarelo na nossa
2620 discussão aí. Outras questões que eu acho que são importantes de nós termos
2621 em mente é exatamente nessa linha que o Alfredo está defendendo, o que eu
2622 acho que nós precisamos buscar aqui é exatamente qual é o nosso limite de
2623 segurança. Eu acho que esse é o nosso ponto chave de discussão. Porque nós
2624 temos segurança o mínimo de segurança em relação ao teor de metais
2625 indesejáveis no micronutriente, nós vamos estar garantidos em relação a essa
2626 questão e naturalmente se o interesse econômico houver no sentido de
2627 comoção maior de metais, ele vai virar a nosso favor, não virá contra nós. Na
2628 medida em que a tecnologia e que a própria necessidade de busca econômica
2629 desses metais na mineração urbana como foi colocado aqui avançar
2630 naturalmente vai haver um maior interesse em remoção maior disso. E
2631 conseqüentemente vai diminuir a pressão sobre a presença desses metais em
2632 outros resíduos. Eu gosto de salientar sempre também para nós que
2633 trabalhamos na área ambiental, nós temos plena consciência de que cada
2634 processo gera resíduos, é simples falar assim, retiramos aqui o óxido de zinco
2635 e aí vai sobrar os metais e aí depois nós damos destinos adequados aos
2636 metais. Agora qual é o destino adequado os metais se não houver interesse
2637 econômico e não aproveitamento deles? Via de regra tem que ir para o
2638 cemitério ou aterro industrial ou alguma coisa desse tipo. Algum outro tipo de
2639 disposição e muito dificilmente vai escapar da disposição do solo. Eu acho que
2640 é importante que nós tenhamos em mente o ciclo fechado disso. Não adianta
2641 nós ficarmos pensando única e exclusivamente no processo de tratamento sem
2642 imaginar que qualquer processo de tratamento gera resíduo e que esse resíduo
2643 terá que ter um destino também. Na medida em que esse destino for adequado
2644 não problema para nós da área ambiental. Na medida em que nós perdermos o
2645 controle sobre a destinação desse resíduo, vira um problema ambiental
2646 também. E sempre nós, da área ambiental, vamos perseguir isso que o Alfredo
2647 salienta, que eu acho que é importante nós termos muito claro isso. Qualquer
2648 tipo de contaminante ou de poluente nós quando vamos pensar na sua
2649 disposição, seja no ar, na água ou no solo, vamos pensar no fator limite de
2650 emissão. Não tem como escapar disso. Não tem como nós dizermos a emissão
2651 é desejável, todos nós desejamos do ponto de vista ambiental e econômico a
2652 emissão 0 é o nosso, *bendmarketing*, vamos dizer assim, mas enquanto isso
2653 não é viável do ponto de vista tecnológico ou econômico ou mesmo ambiental.
2654 Nós temos que trabalhar com resíduo, com teor de resíduo e temos que discutir
2655 que limite é esse aceitável de resíduo. Eu acho que esse é o ponto que nós
2656 temos essa é a nossa tarefa e se vamos ter um valor limite e que valor limite
2657 será esse, que mesmo que haja tratamento, mesmo que haja tecnologia, vai
2658 precisar um valor limite para a tecnologia sempre tem o seu limite de remoção
2659 ou do ponto de vista técnico ou econômico. É aquela pergunta que todo mundo
2660 faz, é preciso tratar até onde? Até quando? Essa é a tarefa dos órgãos
2661 ambientais, é responder até quando é preciso tratar. Que precisa tratar eu acho

2662que não há, do ponto de vista de quem na área ambiental, não há menor
2663dúvida, há muitos anos nós trabalhamos com a ideia de que em qualquer
2664situação é necessário tratar, que não se admite diluição e etc. essas coisas
2665estão consagradas nos órgãos ambientais e consagradas na nossa legislação
2666de algum tempo também. Inclusive contabilidade aqui na Resolução. Agora...

2667

2668

2669**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria pedir a
2670palavra para o representante o Ministério Público, o Roberto (...).

2671

2672

2673**O SR. ROBERTO (MP/SP)** – Também para colaborar, a ideia é a seguinte, que
2674tenhamos claro e eu acho importante toda vez que tem uma apresentação
2675como esta que nós não terminemos o processo de discussão de uma forma
2676como se fosse assim um viaduto sem fim. O que vale nessas apresentações
2677são as colocações que são feitas evidentemente a contribuição técnico que se
2678dá e as interpretações que são feitas, por exemplo, o que eu considero é o
2679seguinte, a apresentação para mim tem um significado. Para os senhores pode
2680ter outro. O que seria importante é que as pessoas dissessem claramente aqui
2681qual é o significado que essa apresentação tem do ponto de vista da sua
2682consideração por quê? Porque se eu tenho um elemento claro de que há uma
2683tecnologia disponível para fazer uma segregação, uma remoção, alguém está
2684duvidando disso? Não. O questionamento que está sendo questionado aqui é
2685isso que nós queríamos entender, qual é e por que e com base nesse
2686questionamento se valorizaria mais a ideia de se estabelecer limites aceitáveis,
2687que para nós é um ponto de discussão nessa matéria, é uma bifurcação de
2688entendimentos que se tem aqui por que nós estamos investindo nessas
2689palestras e nessas discussões? Porque nós queremos defender a ideia de que
2690ao invés fazer uma modelagem estabelecendo limites aceitáveis, nós pela
2691segurança ambiental vamos trabalhar com a possibilidade técnica de remoção
2692ou segregação daquilo que se interessa. Como é isso que está em discussão?
2693Eu acho que isso é um ponto central. A questão é que as interpretações não
2694mudem o senso, o que eu gostaria de ouvir, da mesma forma que eu me
2695externei à linha da interpretação em que eu disse que olha, essa palestra nos
2696motivou o conhecimento dos pesquisadores o seu convite conhecer o seu
2697trabalho porque fica muito claro que tecnicamente dar para fazer. Os
2698questionamentos que façam com que essa abordagem não seja considerada,
2699ou seja, considerada inadequada nesse debate é que nós gostaríamos de
2700saber quais são especificamente. Eu coloco isso porque a questão é assim, se
2701nós estamos trabalhando numa condição de que se tem possibilidade técnica,
2702mas alguns representantes aqui entendem que não tem viabilidade econômica,
2703que se diga isso, que essa é a questão que nós queremos saber se a tese ou a
2704hipótese de discussão vamos dizer afastada por conta de uma questão de
2705viabilidade econômica. Ou qual é o motivo que se argumenta e se
2706fundamentam as interpretações? Me parece que está claríssimo, pelo menos, a
2707interpretação que me sensibiliza nesse debate que é a que nós perseguimos
2708mostrar é que dá para remover, dá para se agregar aquilo que você quiser dos
2709resíduos industriais sólidos esses que estão listados aqui mesmo em grandes
2710quantidades. Não houve objeção nesse sentido. Para mim isso está claro. Se

2711alguém não entende assim e os outros motivos seria interessante discutir
2712porque é isso com que o debate ande.

2713

2714

2715**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nós estamos
2716discutindo duas resoluções diferentes. Em todo caso, vamos lá. Alguém quer
2717se a manifestar?

2718

2719

2720**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
2721**Paulo)** – Eu posso uma fazer uma interpretação para tentar... Porque nesse
2722papel de coordenador eu fiquei pensando sempre juntar partes. O que eu vejo
2723aqui é o seguinte agora falando um pouco assim em uma visão de órgão
2724ambiental. Veja, os seres humanos estão aí sempre a fim de fazer um monte
2725de coisas para se desenvolver para ganhar dinheiro para etc., etc. Essas
2726coisas geram poluição e nós temos do órgão ambiental regulamentar para
2727evitar que isso cause poluição, mas nós não podemos impedir totalmente que
2728as coisas sejam feitas, mas além de tudo, nós trabalhamos em cima de uma
2729realidade factível porque na prática os problemas estão andando. Já vão aí
2730quando foi instituído esse Grupo de Trabalho foi em 2006, 2007, já vai aí sete
2731ou oito anos que esse Grupo de Trabalho, faz pelo 10 anos que nós discutimos
2732em São Paulo. Faz 17 anos que no Brasil continua se colocando resíduos
2733perigosos com um monte de outros constituintes tóxicos no solo sem nenhuma
2734regulamentação. Na ótica do órgão ambiental nós precisaríamos fazer uma
2735coisa, a mais radical que parece que ia funcionar é proibir só que na visão de
2736proibir tem duas questões, se o órgão ambiental não tem competência para
2737fazer valer uma resolução factível, ele vai ter competência para fazer valer uma
2738resolução que proíbe? Segundo, proibir simplesmente mata a questão e eu
2739tenho aprendido no Conama que muitas resoluções têm vários objetivos que
2740não é só aquele direto que ela está regulamentando. Ela vai criando condições
2741para que várias coisas que estão pendentes não resolvíveis comecem a ser
2742pensada. Na nossa visão nós não descartamos a possibilidade realmente de
2743chegar no ponto de vamos tratar. Só não estamos pondo isso aqui porque em
2744todos os fóruns possíveis de debate não apareceu lá algo concreto que nós
2745falamos dá para acatar, mas de qualquer maneira está lá, qual que é a nossa
2746ideia? Nós vamos por uma lista, agora isso eu conclamo a todos aqui. Se
2747alguém quiser Resolução, de novo prestem atenção eu vou estar
2748indefinidamente falando isso aqui porque eu estou nisso há 15 anos. Nós
2749vamos começar com uma lista restrita de resíduos elegíveis que atendam
2750limites muito a favor da segurança. Tudo valorado o mais a favor da segurança
2751não realisticamente a favor de segurança. E digamos quem não atende isso
2752tem que procurar o tratamento, no mínimo, quando aquele que ficou de fora ver
2753o que está dentro está economizando dinheiro, é uma motivação para buscar
2754trazer para prática essa viabilidade técnica e científica indicada para tratar
2755resíduos. Resumidamente é assim que eu como órgão ambiental, que tenho a
2756obrigação de gerir o problema real na prática que ocorre, pelo menos 15 anos,
2757tem a respeito tudo isso. Eu espero que tenha contribuído aqui para trazer luz e
2758o treco de volta para foco.

2759

2760

2761 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O que eu acho
2762 é que nós estamos partindo para uma discussão do tipo: devemos aceitar
2763 micronutrientes que tenham metais indesejáveis ou não? E não é essa a
2764 Resolução que nós estamos querendo fazer; não é essa a ideia da Resolução.
2765 A ideia de Resolução qual é? É viabilizar o uso de resíduos, é uma reciclagem,
2766 em que nós estamos vendo até que ponto eu posso fazer reciclagem de
2767 resíduo. Então basicamente é isso. Tenho um uso de alguns resíduos, que nós
2768 estamos elegendo; estamos elegendo teores de micronutriente mínimos que
2769 têm que ter; e estamos elegendo teores máximos de poluentes que possam ter.
2770 Essa é a questão: para que nós estamos fazendo isso? Porque esses resíduos,
2771 alguns desses resíduos, hoje, são destinados de maneira inadequada e nós
2772 queremos buscar uma destinação regulamentada desses resíduos;
2773 fundamentalmente é isso. Se nós criarmos um critério que exclua
2774 completamente o resíduo, então é mais fácil nós dizermos: “olha, está proibido
2775 o uso do resíduo tal e tal.” Aí teremos que eleger também alguns resíduos para
2776 o uso de micronutrientes. O que nós estamos fazendo é se nós fixarmos o teor,
2777 eu estou obrigando ao tratamento; a que nível vai esse tratamento? Até o nível
2778 em que for economicamente viável; se não for economicamente viável, não vai
2779 tratar; não vai tratar para aquela finalidade; vai pegar o resíduo dele e em vez
2780 encaminhar para micronutriente, ele vai encaminhar para um aterro sanitário. É
2781 isso. O que interessa para nós, órgãos gestores de meio ambiente? É que eu
2782 garanta a qualidade do resultado final produto, ou seja, se o micronutriente que
2783 eu estou aplicando no solo não causar; e é nessa linha que nós estamos
2784 trabalhando; em 100 anos não levar aquele área com aplicação normal de
2785 micronutrientes que se conhece. Em 100 anos, se essa área não chega a ser
2786 uma área em estado de alerta, quer seja monitoramento como área
2787 contaminada, como potencial área contaminada; esse é o critério de corte que
2788 nós estamos usando. Porque nós temos que discutir é se esse critério de corte
2789 nós é interessante ou não. Ou então nós vamos discutir se queremos usar
2790 resíduos para micronutrientes ou não, que é uma outra Resolução; é diferente;
2791 são duas Resoluções distintas. Então assim, se a ideia é: não vamos usar
2792 resíduos para fazer micronutriente, por razões ‘A’, ‘B’, ‘C’ ou ‘D’, é essa a
2793 questão que eu estou querendo trazer para a Mesa. Vamos tomar essa decisão
2794 aqui e nós encerramos os nossos trabalhos e não fazemos mais resoluções; ou
2795 fazemos uma resolução com um artigo só, proibido o uso de resíduos para
2796 micronutrientes, resíduos que contam metais indesejados e ponto. Aí se o
2797 “cara” remover o metal indesejado, ele pede usar para micronutriente; essa é
2798 uma linha. A outra linha é: nós não vamos simplesmente falar: “precisa ter
2799 tratamento.” Precisa, sempre precisa ter tratamento. A questão é: qual é o
2800 limite? Vou estabelecer ou não o limite de metais que eu tenho que ter. Eu
2801 posso dizer: “eu quero ‘zero’ de metais”; acho que é mais ou menos nessa
2802 linha que vocês estão caminhando. Eu quero ‘zero’ de metais indesejados para
2803 fabricar micronutriente. Bom, o resultado disso é que boa parte desses
2804 resíduos não poderão ser usados, não serão utilizados, e irão para os aterros
2805 sanitários. É uma decisão que nós temos aqui hoje condições de direcioná-las
2806 aqui no Conama. Buscamos uma regulamentação para o uso desses resíduos,
2807 estamos buscando. Que regulamentação é essa? Zero de resíduos de metais
2808 indesejados, zero de metais indesejados com determinado teor de metais
2809 indesejados. Essa é a decisão que temos que tomar. Se há tratamento ou não
2810 se não há, não é a preocupação maior nossa. Porque se houver tratamento,

2811 eles farão o tratamento para se adequar à Resolução; se não houver, não farão
2812 e não cumprirão e pronto. Eu entendo dessa forma.

2813

2814

2815 **O SR. ROBERTO (MP/SP)** – Veja só, a questão é que tem mais de uma
2816 hipótese que está em discussão. Bom, uma hipótese é a estabelecer os limites
2817 aceitáveis, via modelagem que está posta. A outra hipótese é segregar aquilo
2818 que interessa ao produtor do micronutriente, porque existe tecnologia isso. A
2819 outra coisa é remover aquilo que é indesejável e que não segue as plantas
2820 desse resíduo como condição para utilizá-lo. Essas duas últimas hipóteses elas
2821 não afastam a possibilidade de usar o resíduo, só cria uma condição, quer
2822 dizer, se você pode remover, para não dar a impressão de que significaria não
2823 usar resíduo. A discussão é entre não usar resíduo e usar resíduo com teor
2824 aceitável. Então, a questão que nós colocamos é essa: para ponderação de
2825 todos se há tecnologia disponível, porque que essa resolução não pode dizer
2826 uso de resíduos na condição de fazer um processo de segregação daquilo que
2827 lhe interessa, coisa que vai levar esse micronutriente a não conter metais
2828 indesejáveis, metais poluentes. Isso está claro. É importante deixar isso claro.

2829

2830

28310 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu estou
2832deixando claro. Eu estou repetindo o que eu falei, e o que eu falei foi que nós
2833temos aqui um impasse: ou nós trabalhamos com zero de metais, ou
2834trabalhamos com o teor mínimo de metais; essa é a questão. Ou estou
2835enganado na colocação dessa forma? É isso: é zero de metais ou um
2836determinado teor aceitável de metais. Isso é que está em discussão. É por isso
2837que eu digo a questão para mim é o órgão ambiental a questão do tratamento,
2838isso vale para qualquer outro meio que nós trabalhamos. Na água é assim
2839também; quando nós discutimos ‘água’, ninguém está discutindo qual é o
2840tratamento de água; nós estamos discutindo qual é o padrão que tem que ter o
2841rio para determinado uso. E aí eu o faço caminho inverso para isso. Eu não
2842gostaria que nós ficássemos aqui votando, e votássemos isso nesse momento,
2843até porque nós estamos aqui agora... Eu acho que a Conselheira da Saúde é
2844uma figura importante aqui, independente do número do *quórum* que nós
2845tenhamos, pelas questões que ela levantou, e por todas essas discussões que
2846nós tivemos aqui, acho que essa é uma questão importante. Eu acho que essa
2847apresentação ela contribui para a discussão que nós já estamos tendo aqui na
2848Câmara Técnica, com relação aos itens da Resolução; ela não invalida a nossa
2849discussão item a item. Quando chegar ao item lá: ‘teor e metais, nós vamos
2850discutir se é zero ou se é um valor limite. Eu estou entendendo assim, aí vocês
2851me corrijam se eu estiver errado. Então eu entendo que essa apresentação
2852contribui para uma discussão que nós teremos no futuro, quando nós
2853chegarmos nos pontos vermelhos e amarelos; sei lá que cor mais nós estamos
2854tratando essas questões. Ela vai servir para quando nós chegarmos lá. Agora,
2855de qualquer forma, nós temos uma Resolução que define critérios e
2856procedimentos para o uso de resíduos industriais indicados como matéria-
2857prima para fabricação de produtos fornecedores de micronutriente, utilizado
2858como insumo agrícola, adaptação do solo e dá outras providências. E eu acho
2859o que papel nossa da Câmara Técnica, com o acúmulo que já se teve no
2860Grupo de Trabalho e tudo mais; é essa linha que eu venho defendendo aqui;
2861eu acredito que nós já temos condições; se nós não temos, e pouca gente terá
2862para começarmos a discutir essa questão, e quando chegar no ponto crucial
2863que é: qual é o teor de metais aceitáveis? Ou é zero, ou é um, ou é meio, daí
2864nós vamos discutir isso quando negar a uma conclusão. A questão, vejam
2865assim: para nós que somos pragmáticos aqui do órgão ambiental, porque nós
2866temos “casca dura” já de trabalhar com isso, e sei que muitos dos senhores
2867também têm; a verdade é a seguinte: pouco significa para nós sabermos que o
2868homem pedir à Marte, isso não significa que o homem vá à Marte; isso é outra
2869história. Poder ir a Marte ele pode, nós podemos ir até Vênus, provavelmente.
2870A questão é: é viável? Há interesse que vá até Marte? Há interesse que vá até
2871Vênus? Existe necessidade de o homem ir até Vênus? São essas as questões.
2872Então são essas questões que nós temos que discutir aqui do ponto de vista
2873bem pragmático da Legislação Brasileira, e não esquecer de que nós estamos
2874no Brasil; não esquecer, naturalmente, dessas questões que o Planeta Verde
2875coloca aqui que são efetivamente a nossa preocupação, que é a capacidade
2876que nós temos de regular, de controlar e etc. É para isso que nós estamos
2877aqui, e eu me sinto aqui membro dessa Câmara Técnica, do Grupo
2878‘Reguladores’. Eu e o Alfredo aqui, hoje, eu acho que somos os únicos; o
2879Governo da Bahia também. Somo aqui que temos essa função pública de
2880regular os interesses da sociedade, tentar equilibrar os interesses da sociedade

2881 frente ao um bem comum, que é o meio ambiente. Então essa é a discussão e
2882 nós temos que fazer essa discussão. Mas o que eu acho importante é que nós
2883 tenhamos em mente o seguinte: o grande problema de fazer política ambiental
2884 neste País, e o Conama é um instrumento da política, não podemos esquecer
2885 que nós estamos aqui fazendo a Política Nacional de Meio Ambiente. O grande
2886 problema é que nós trabalhamos com praticamente só de um lado do meio
2887 ambiente, que é o lado que faz pressão sobre o uso dos recursos naturais. Nós
2888 não temos tradição no Brasil de trabalhar do lado que é o conhecimento do
2889 meio ambiente brasileiro. Nós temos um conhecimento muito pequeno para
2890 tomar as nossas decisões, e que é o que nos fragiliza e nos deixa com esse
2891 nível de insegurança que todos aqui levantam, e que é pertinente, de fato é.
2892 Agora nós também temos que ter em mente, e nós temos, que trabalhamos do
2893 lado de cá do balcão, ou melhor, em cima o balcão; nós temos plena
2894 consciência de que se eu não tenho os elementos adequados para uma
2895 tomada de decisão com toda a informação que eu tenho, muito tempo eu vou
2896 levar para isso. Então vamos imaginar o seguinte, que eu colocasse hoje para
2897 funcionar toda uma rede de monitoramento nacional de água, ar e solo neste
2898 País, para medir as condições de ar, água e solo. Em quanto tempo eu teria
2899 dados suficientes para gerar um modelo para fazer predição de contaminação
2900 do solo, da água e do ar? No mínimo uns 20 anos de observação; sem isso,
2901 dificilmente eu teria condições de fazer um modelo. Concordam comigo? Bom,
2902 podemos parar de funcionar o País por 20 anos para depois nós fazermos a
2903 Legislação Ambiental? Não. O grande erro que nós cometemos, e que
2904 cometíamos desde a década de 80, eu trabalho desde 1978 nessa área; o
2905 grande erro que erro nós comentamos foi postergar isso para o futuro sempre,
2906 dizer: “não, tudo bem, por enquanto nós não temos, então o empreendedor
2907 fornece as informações e depois nós vamos fazer a rede de monitoramento, e
2908 aí nós vamos poder fazer o modelo e etc.” Passaram-se 30 anos e não fizemos
2909 nada, e vamos continuar não fazendo. Eu acho que nós temos que nos
2910 preocupar com essa outra medida, que é o Brasil precisa conhecer o seu meio
2911 ambiente, se quiser ser um País desenvolvido; se não conhecer, não será.
2912 Agora, nós aqui temos que gerar uma legislação que proteja o que nós temos
2913 hoje de informação sobre o meio ambiente, e temos que gerar essa legislação
2914 com o nível de informação que nós temos, que não é ideal, mas é que nós
2915 temos. Esse é o desafio, nós vamos trabalhar em cima de uma “corda bamba”;
2916 nós vamos tatear no escuro? Vamos, mas nós temos um grande recurso: a
2917 reedição norma periódica, e enfim todas essas prerrogativas que nós temos
2918 como legislador aqui na questão das resoluções. É isso, e a nossa tarefa não é
2919 nem cômoda, nem é fácil, nem segura e nem é garantida. Mas eu acho que é
2920 isso. Eu encaminharia dessa forma, não sei se alguém discorda dessa forma
2921 de encaminhamento e quer propor alguma outra, mas a minha sugestão é que
2922 nós avancemos na Resolução, porque eu estou entendendo que nós temos
2923 acordo em relação a fazer a Resolução, e temos desacordos em relação a
2924 algumas nuances da Resolução desse tipo. Bom, quer dizer, vamos tolerar
2925 alguma presença de metais indesejáveis? Ou vamos ser intoleráveis em
2926 relação a presença de metais? Isso se resolve com um artigo lá da Resolução.
2927 Agora como bem disse a Doutora Zilda aqui no pronunciamento da reunião
2928 passada, e eu concordo com ela e acredito que o Alfredo também, essa é nossa
2929 angústia; é melhor termos qualquer normativa do que nenhuma

2931regulamentação. Então nós estamos trabalhando na área da tentar uma
2932regulamentação. É isso. Vamos seguir em frente.

2933

2934

2935**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Quando o pessoal
2936da Holanda queria lidar com a questão dos tóxicos, porque a prática de tóxico
2937era amplamente utilizados na Holanda, eles criaram uma resolução para
2938regulamentar a maconha; e o Estado passou fazer o controle da droga como
2939um elemento de regulação, e não deixar que a criminalidade ocorresse; trazer
2940para as mãos do Estado alguma coisa que não era aceitável, do ponto de vista
2941de sociedade, de humanidade, mas que parecia para a Holanda a melhor
2942forma de resolver o problema. Como consequência, eles geraram uma série de
2943outros fenômenos paralelos como o turismo, relacionados à droga e outros
2944elementos indesejáveis, que talvez seja um bom exemplo de que nós não
2945devemos apenas criar uma norma para tirar da criminalidade, para tirar de uma
2946situação de ilegalidade essa questão. A outra, eu acho que o nosso
2947representante a da CETESB foi muito claro, até agora não surgiu uma ideia
2948mais interessante sobre a proposta, porque, na verdade, quem tem vindo
2949propondo isso há muito tempo é o próprio setor econômico que pauta só a
2950questão pela viabilidade econômica. Eu acho que nesses oito, 10 anos, aí que
2951essa discussão vem ocorrendo, a questão da tecnologia avançou muito. Hoje o
2952próprio pessoal da Ciência e da Tecnologia nos dá uma demonstração da
2953capacidade de acesso à informação, quer dizer, hoje nós temos uma outra
2954realidade em termos de multiplicação de conhecimento e tecnologia, então
2955talvez não seja o caso de nós partirmos para uma atitude tão desesperada
2956como a Holanda partiu, mas nós partir para uma solução mais segura mesmo
2957para a sociedade, contando que esse avanço tecnológico ele existe e que
2958possa nos dar cobertura. Eu acho o que Art. 6º parece ser o grande ponto
2959nessa discussão de discordância, que é a proposta que é trazida pela
2960CETESB, em função, considerando aí essas limitações econômicas. E essa
2961nossa aula hoje que nós tivemos com o pessoal da área de Ciência e
2962Tecnologia, talvez nos dê uma dimensão de que nós precisaríamos dar uma
2963olhada nesse Art. 6º com muita cautela, porque essas alternativas de
2964segregação de elementos e remoção de contaminantes indesejáveis, a níveis
2965não detectáveis, como condição mínima para a utilização de resíduos, parece
2966ser uma proposta, eu diria, do ponto de vista da ciência, aceitável. Nós
2967abreviaríamos talvez muito tempo do que criar uma Resolução com uma certa
2968abertura, que para uma revisão levaria uns três, quatro anos; viu Roca?
2969Voltaríamos mais próximo do centro do círculo, mas estaríamos aqui de novo
2970certamente discutindo isso como nós vamos ter que discutir os padrões de
2971qualidade do solo brasileiro, porque nós sabemos que não dá conta do
2972problema da sinergia e essa coisa toda. Então eu faço uma proposta para que
2973nós nos debrucemos um pouco sobre a perspectiva da remoção dos limites
2974realmente de segurança máxima para a segurança pública. E também não
2975adianta essa Câmara Técnica ela se debruçar sobre algumas questões que
2976podem ser colocadas depois na própria área jurídica como cláusulas pétreas,
2977que são o direito ao ambiente saudável e etc. da Constituição brasileira. Quer
2978dizer, nós trabalhamos aqui e depois travamos na questão jurídica.

2979

2980

2981 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Se eu entendi a
2982 proposta, Doutor Bocuhy, é votar agora, ou discutir agora o Art. 6º, e partirmos
2983 da Resolução, partirmos para a discussão para o restante da Resolução, após
2984 apaziguada essa questão; é isso?

2985

2986

2987 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria evitar
2988 qualquer tipo de armadilha para mim mesmo aqui, além da questão do
2989 problema da eficiência de gestão, que é um problema que nós estamos
2990 levantando a bastante tempo e nós não temos essa comprovação, de modo
2991 que o que me parece mais no momento passível de uma discussão de
2992 profundidade técnica, realmente é o Art. 6º. Eu tenho essa convicção de que o
2993 Art. 6º é o ponto focal da discussão agora, agora.

2994

2995

2996 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
2997 **Paulo)** – Posso fazer um comentário agora? Eu concordo com o Bocuhy que o
2998 'X' da questão para conseguir é o Art. 6. Só que assim, para discutir o Art. 6,
2999 lembra que nós tínhamos feito mais ou menos uma Agenda em que nós íamos
3000 peneirar; dar uma peneirada na redação, e ter uma sessão específica para
3001 discutir o Art. 6, e teria uma outra ainda, caso o setor produtivo apresentasse
3002 alguma outra proposta de resíduo elegível que se encaixasse em tudo. Eu,
3003 mesmo assim na qualidade de coordenador do GT, não me sinto assim
3004 totalmente munido de conhecimento e argumento para discutir o Art. 6 aqui;
3005 nós poderíamos combinar de discutir o Art. 6, na próxima eu trago o meu time,
3006 e cada um traz o seu time. Então; eu não sei; o que vocês acham de nós
3007 polirmos essa redação. Porque eu vejo que quando a pessoa lê uma resolução,
3008 eu acho que de todo mundo que está aqui; eu não tenho dúvida que quem
3009 conhece mais ela a fundo sou eu; não estou querendo dar uma de metido não,
3010 mas é o que mais teve lendo e relendo cada artigo de cada nova sugestão,
3011 seminário e etc., fui eu. Eu acho que as pessoas não têm assim visão de como
3012 ela é no todo. Muitas coisas nós amadurecemos em função dos seminários e
3013 das discussões que já houve aqui. Por que nós não aproveitamos hoje o resto
3014 da manhã de hoje e amanhã para limpar ela inteira? Nós poderíamos agendar
3015 a discussão do Art. 6 na próxima reunião. Mas nós já tínhamos essa agenda,
3016 você lembra?

3017

3018

3019 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Deixa só eu
3020 recuperar aqui a memória, todos nós, eu acho. Na reunião passada, nós
3021 terminamos o seminário, discutimos se voltaria ou não ao Grupo de Trabalho a
3022 estratégias de continuidade da discussão. E aí se estabeleceu a seguinte
3023 estratégia: vamos discutir com toda a profundidade que for necessária, se
3024 precisar fazemos mais 500 seminários, não tem problema nenhum. Mas vamos
3025 discutir agora no âmbito da Câmara Técnica, e a sugestão de estratégia que foi
3026 adotado lá foi o contrário dessa que está sendo proposta. Era de deixarmos o
3027 ponto crucial, na diante do exposto armas o ponto crucial, que é exatamente o
3028 modelo e os critérios do modelo e etc., para o final, e nós então começaríamos
3029 com aquelas questões mais de redação; tudo aquilo que está pintado de
3030 amarelo; o combinado era isso. Vamos começar pelos amarelos, nós viemos

3031resolvendo os problemas em amarelo; entra nos vermelhos, e aí tem várias
3032questões, tem a questão de importação, tem os resíduos elegíveis. Para no
3033final então chegarmos à questão do modelo. Eu acho assim, que é uma
3034discussão de fundo, que eu acho que nós precisávamos fazer, e nós fizemos
3035aqui, é exatamente essa questão do objetivo da Resolução, nós temos claro
3036qual é o objetivo da Resolução e qual é a necessidade de que nós vemos
3037nessa Resolução. Entendido isso, bom, agora vemos discutir como que nós
3038fazemos essa regulamentação. É aquela velha história: qual é o problema que
3039eu quero resolver com isso? O problema que eu quero resolver é esse. Eu
3040tenho hoje uma prática de uso de resíduos para a fabricação de
3041micronutrientes de forma desregrada. Eu preciso criar uma regra para isso.
3042Então nós estamos tentando aqui criar uma regra para isso. A regra pode ser
3043um artigo só: “é proibido o uso de qualquer resíduo”; a regra pode ser: “é
3044possível, desde que seja zero de contaminantes”; e a regra pode ser: “teor
3045mínimo de contaminantes que está estabelecido aqui.” E aí vê a revisão e etc.,
3046o monitoramento, faz todas as outras considerações que achar que tem que
3047fazer. Nós temos acordo que é essa a nossa missão aqui, que são essas as
3048alternativas que nós temos, agora é uma questão de CETESB mesmo, de nós
3049decidirmos se começamos pelo “miolo do mingau”, ou se comemos o “mingau”
3050quente pelas beiradas; não tem problema.

3051

3052

3053**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu vou defender “o
3054miolo do mingau”. Porque me parece que para nós discutirmos essa Resolução
3055e essa também é a visão do Ministério Público, o Art. 6º ele passa a ser um
3056condicionante, um determinante para essa discussão. Então talvez nós
3057percamos muito tempo com outras questões, e depois chegamos ao ponto
3058focal, e acabamos aí decidindo, por exemplo, não fazer a Resolução, ou
3059determinar, ou decidir pela não aplicação de nenhum resíduo na agricultura.
3060Então talvez fosse mais interessante que nós atacássemos logo o maior ponto
3061de discórdia, porque essa estratégia de discutir as beiradas, aquilo que é
3062consenso primeiro, elas às vezes atendem a um acordo político para no final
3063dar uma (...) e acabar passando a Resolução, ou qualquer norma que seja.
3064Mas eu acho que nós poderíamos trabalhar de uma forma franca como nós
3065temos trabalhado agora; eu estou muito satisfeito hoje, viu Márcio, de ver como
3066nós estamos abrindo o jogo, os setores estão falando com muita clareza, com
3067muita lucidez; estou sentindo a preocupação por parte de vocês do órgão
3068ambiental de solucionar esses problemas de irregularidades existentes
3069também. Concordo com isso, se nós pudermos contribuir nesse sentido, nós
3070contribuiremos. Mas a grande questão me parece que é realmente o Art. 6º.

3071

3072

3073**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3074**Paulo)** – Bom, então eu só coloco, que se nós decidirmos então começar pelo
3075Art. 6º, nós acabamos os nossos trabalhos aqui hoje. Porque no Art. 6º está
3076implícito o modelo da CETESB. E eu não estou aqui com a pessoa mais
3077indicada para falar sobre ele aqui para a Câmara. Então, se ele é crucial, então
3078nós vamos deixar para a próxima.

3079

3080

3081 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Alfredo, vamos
3082 só combinar o seguinte: começar pelo Art. 6º, não significa que nós vamos
3083 acabá-lo hoje, mas nós podemos começar por ele e levar mais três seminários
3084 discutindo ele. Eu não gostaria, mas pode.

3085

3086

3087 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3088 **Paulo)** – Nós estamos discutindo mil coisas aqui; o Art. 6º fala do modelo que
3089 quem propôs foi a CETESB. Na qualidade de coordenador do Grupo de
3090 Trabalho, eu coloco aqui para a Câmara, que nós não temos aqui a melhor
3091 pessoa para falar sobre isso. Então, se isso interessa ou não, eu estou
3092 colocando; a Câmara vai discutir a coisa crucial prejudicada, porque não foi
3093 isso que tinha sido programado, não foi isso que tinha sido agendado. Porque
3094 para mim era só uma questão de saber que isso ia ser discutido hoje, para
3095 trazer a pessoa adequada. Então eu coloco isso como uma questão de Ordem.
3096 Nós podemos eternamente rever o foco da Resolução. Agora, se combinou que
3097 hoje nós íamos trabalhar em redação, nós do Governo do Estado de São Paulo
3098 fizemos a nossa lição: lemos de “cabo a rabo” e trouxemos as nossas
3099 colaborações. Porque eu entendi que isso ia ser discutido na próxima reunião.
3100 Agora os outros Conselheiros também estão aqui para opinar, não sou só eu e
3101 Bocuhy que temos que falar, eu acho que teríamos que ouvirmos os outros
3102 também.

3103

3104

3105 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Olha, só para te
3106 tranquilizar, a nossa preocupação não é criar um impasse de apresentação não
3107 de vocês. Mas assim, o que muda um pouco a dinâmica desse trabalho é a
3108 apresentação que houve hoje do Ministério de Ciência e Tecnologia. Eu acho
3109 que isso traz fatos novos com relação à possibilidade de remoção e tecnologia,
3110 quer dizer, a partir disso, nós começamos a ter mais luz sobre esse processo.
3111 Então por isso que nós sustentamos essa questão específica de trabalhar...

3112

3113

3114 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3115 **Paulo)** – Então vamos continuar discutindo sobre tecnologia de remoção,
3116 porque os especialistas de tecnologia de remoção que estão aqui. É por isso
3117 que eu coloco.

3118

3119

3120 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Alfredo, à teu
3121 pedido eu vou despolarizar a discussão. Wanderley, por favor.

3122

3123

3124 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom, já tem muito tempo
3125 que nós estamos discutindo esse tema. Eu sou um daqueles que acho que o
3126 tema tem que ser regulamentado, satisfazendo ou não os nossos anseios, mas
3127 eu acho que deve ser regulamentado. Eu acho que nós temos que ter muito
3128 cuidado, Bocuhy, no que nós estamos propondo. Na última reunião aqui
3129 trouxemos a Produquímica, que apresentou o trabalho que eles fazem; um
3130 trabalho real, não é escala piloto. Eles trabalham já alguns anos com a questão

3131de tratamento de resíduos; removem componentes que não é de interesse.
3132Nós não queremos nada que não seja de interesse econômico; o desejo nosso
3133é zero, é ter zero, mas se nós não conseguimos, vai até o limite, não da
3134tecnologia, mas da viabilidade técnica. Então, eu acho que é uma questão
3135importante na discussão final que nós tivemos na última reunião; qual a
3136estratégia nós tomaremos? Começamos por aquilo que é mais político dos três,
3137que foi aquilo que você citou: que é a listagem, a lista dos elegíveis; a questão
3138da importação e a questão da tabela; ou vamos burilar o texto e deixar essa
3139parte mais polêmica para o final, e aí nós atacamos uma por uma. E se vence
3140através, se não for possível de consenso, o consenso vai ser complicado nós
3141conseguirmos; que seja democraticamente, dentro da composição da Câmara,
3142através da manifestação dos Conselheiros. A minha posição é convergente
3143com o que Professor Alfredo colocou, e que seria começar pelos temas menos
3144polêmicos, porque eu tenho certeza de que quando nós chegarmos ao tema
3145mais polêmico, nós vamos debater pelo menos uma questão. Nós teríamos que
3146trazer a Produquímica provavelmente aqui para poder falar e conversar com os
3147técnicos aqui do Ministério de Ciência e Tecnologia, o CTEM, da viabilidade de
3148se fazer de fato na prática. Por que afinal não se faz? Eu gostaria de saber.
3149Aqui o nosso colega tem até mais informações. Mas aí nós viríamos munidos
3150para isso também, até porque a apresentação ela não foi combinada antes.
3151Então eu concordo com o Professor Alfredo vamos discutir cada coisa em seu
3152devido tempo. Especialmente nós estamos acompanhando isso há muito
3153tempo, o ideal aqui é pegar ponto a ponto, vamos pegar a Resolução toda,
3154vamos limpar os termos. E têm outras, sabe Bocuhy, que nós acordamos aqui
3155que no final da discussão vamos votar se nós queremos essa Resolução ou
3156não. Porque temos isso, isso foi colocado aqui hoje. Não foi? Foi colocada aqui
3157hoje. Então eu acho o seguinte... Colocamos isso. Ou não? Ou não vamos
3158mais fazer isso?

3159

3160

3161 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu estou
3162espantado com os avanços que nós estamos tendo desde que essa Câmara se
3163instituiu sob a nova composição e sob o novo regimento do Conama. Na
3164primeira reunião, nós tínhamos decidido que nós teríamos uma
3165regulamentação. Na segunda, nós discutimos que teríamos; que íamos discutir
3166o padrão, mas que teríamos um padrão. E agora nós voltamos para a estaca
3167zero menos um, que é voltar a deliberar pela Resolução. Eu entendi também
3168isso hoje pela manhã. Eu também entendi isso, e estou em paz com isso, se
3169nós precisarmos fazer isso, faremos; não tem problema nenhum. Eu já desisti
3170de tentar fazer que nem o nosso Supremo Tribunal está querendo fazer, que é
3171cumprir o cronograma preestabelecido do julgamento e tal; eu já vi que o nosso
3172cronograma não será seguido. Eu tinha a pretensão, coordenando os trabalhos
3173aqui, que nós déssemos uma célere evolução dessa discussão, até pelo tempo
3174de acúmulo que já houve dela, a quantidade de seminários e etc. Mas se nós
3175entendermos que precisa voltar para a estaca menos um, zero, cinco, quatro,
3176voltamos, não tem problema nenhum. Então, o que eu quero dizer é o seguinte;
3177eu acho que o que nós temos que discutir agora aqui é exatamente por onde
3178nós vamos começar a discussão. Eu só lembro o seguinte, pelo o que eu estou
3179entendendo, eu acho que nós temos uma ideia de regulamentação, e a dúvida
3180é: primeiro, se nós vamos regulamentar proibindo qualquer resíduo; segundo,

3181se nós vemos regulamentar aceitando resíduo, mas com zero de contaminante
3182indesejável; ou se nós vamos aceitar resíduos com algum teor de contaminante
3183indesejável, que esse teor terá que ser discutido, que é a própria tabela da
3184CETESB. Daí eu concluo que Resolução em princípio nós temos. Também
3185entendi pela manifestação de alguns Conselheiros, e alguns membros membro
3186da Câmara Técnica, que dependendo de como evoluir essa Resolução, eu
3187posso não gostar dela e votar contra ela. E acho que se é isso, independente
3188dessas três, então realmente, nós estamos em uma situação meio “correndo
3189atrás do rabo”, mas não tem problema nenhum. Eu entendi, e acho que se é
3190isso, não tem problema nenhum em ir assim até o fim. Eu só acho que o
3191trabalho em si; isso que eu quero salientar; eu discordo assim de que o
3192trabalho que nós venhamos a ter, qualquer que seja a nossa conclusão lá no
3193final, seja um trabalho perdido. Eu quero crer que algum acúmulo nós vamos
3194levar daqui; ainda que nós percamos aqui ou ganhe 15, 20 dias discutindo esse
3195assunto, para chegar ao final e ter uma votação aqui, e todo mundo votar que
3196não tenha a regulamentação, eu acho que se avançou. Eu prefiro achar que
3197nós avançamos nesses oito anos, discutimos bastante e chegamos à
3198conclusão de que era melhor não ter Resolução e pronto. Mas não perdemos
3199nada, ganhamos discutindo isso. Então eu faria a proposta de nós
3200continuarmos discutindo, e aí tem uma questão também de nós ferirmos uma
3201combinação que fizemos na reunião passada. Então, talvez o caminho mais
3202cômodo seja não ferir o que nós combinamos na reunião passada, até para
3203não pegar alguns representantes da Câmara Técnica aqui sem o devido
3204preparo para o tema que vai ser discutido; e aí nós discutimos, e se perdeu o
3205tempo, paciência! Nós vamos perder tempo, mas vamos ganhar conhecimento,
3206cultura, informação e etc.

3207

3208

3209**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3210**Paulo)** – Só um ponto que é até uma questão de ordem, Márcio, veja: nós
3211precisamos resgatar as coisas. Nós até agora tínhamos decidido que tínhamos
3212uma Minuta de Resolução que foi um trabalho “infernai” para ser gerada, que
3213depois da última, nós íamos passar a debater. O que nós consentimos e
3214discutimos até agora era abrir a palavra para ele expor o que ele expôs. Eu
3215acho que nós ainda não concluímos o que íamos fazer, porque não ouvimos
3216todos os representantes. No meu entendimento tem que ouvir todo mundo,
3217porque na sessão passada a maioria decidiu que ia começar a conversar sobre
3218a Resolução, e nós aqui, nós não estamos aqui brincadeira, nós nos
3219preparamos para o que foi combinado. É o que eu estou dizendo: eu estou
3220aqui, sentei com o meu pessoal do Governo do Estado de São Paulo e discuti a
3221redação onde tinha que mexer e onde não tinha que mexer. Avisei ao pessoal
3222que na próxima reunião nós íamos discutir a tabela. Então eu acho que isso é
3223mínimo que nós ter que fazer, porque senão, nós vamos ficar até o fim, ao
3224“Deusdará” do que acontecer na sessão aqui. Então eu acho que todos aqui
3225têm que se manifestar, para nós mudarmos de rumo, no meu entendimento.

3226

3227

3228**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, eu queria
3229dizer o seguinte, Rocca, para nós do PROAM é um custo enorme participar de
3230Comissões e Câmaras Técnicas, principalmente quando eu tenho que vir

3231pessoalmente. Eu tenho uma Agenda “super” complicada por conta de... Eu
3232quero dizer para você que também é minha preocupação que nós não
3233fiquemos aqui perdendo tempo; jamais eu faria. Agora, se for para perder uma,
3234duas, 10 reuniões, em prol da Saúde Pública, eu venho e defendo essa
3235posição. O PROAM trouxe dois representantes hoje do Ministério de Ciência e
3236Tecnologia do Rio de Janeiro, à custa da instituição; a instituição pagou para
3237que esses representantes viessem; nós não gastamos recursos da minha
3238instituição à toa, nós gastamos porque nós achamos que é importante, é
3239conhecimento; é isso o que o Márcio falou no sentido de que o conhecimento é
3240importante. Outra questão, é que o debate é dialético, não é uma coisa
3241fechada, enclausurada; hoje é uma visão de gestão participativa. É claro que
3242você tem uma metodologia de trabalho para otimizar o trabalho, mas quando
3243se trata de informação e de conhecimento, é claro que pode haver mudança de
3244rumo, em função de novas informações; isso me parece que está acontecendo
3245aqui. Com relação à perspectiva de discussão dos diversos pontos anteriores
3246ao Art. 6º, eu gostaria a pedir palavra para o Engenheiro Roberto (*sobrenome*),
3247porque discutimos bastante sobre essa questão de como os outros artigos
3248estão imbricados nessa prerrogativa do Art. 6º. E eu queria sustentar essa
3249posição do porquê do Art. 6º em primeiro lugar.

3250

3251

3252**O SR. ROBERTO (MP/SP)** – Boa tarde. Olha, eu entendo perfeitamente a
3253situação que está colocada aqui, em termos do que foi consignado e tal, mas,
3254por exemplo, tem conceitos, por exemplo, vamos trabalhar com hipóteses para
3255tentar explicar a dificuldade. Porque o acontece é que na hipótese de ficar se
3256discutindo um texto. Isso aconteceu no Grupo de Trabalho também e nós
3257estabelecemos até um entendimento com a Coordenação, no sentido de que
3258nós jamais poderíamos consignar. Por exemplo, estarmos favoráveis ou
3259desfavoráveis a uma discussão, que por princípio partia de uma outra
3260premissa. Então, se você é desfavorável à premissa do modelo do Art. 6º, você
3261não vai discutir o resto para caracterizar se você concorda ou discorda, é
3262consenso ou não é, porque você está abordando uma questão de fundo. E um
3263exemplo dessa questão é, embora, por exemplo, quando você está discutindo
3264nessa perspectiva que nós trouxemos aqui, na expectativa de mudar o foco
3265dessa Resolução, com uma hipótese de ter um dispositivo que fala, por
3266exemplo: “só pode usar o resíduo industrial, se fizer segregação, se não tiver
3267os poluentes e tudo mais”, em uma linha como esta, você poderia trabalhar de
3268forma diferente o próprio conceito de tratamento que está aqui para deixar ele
3269mais específico. O Art. 5º, que tem uma influência considerável no modelo da
3270CETESB, teria que ser melhor compreendido pelas pessoas, exatamente na
3271influência no modelo da CETESB e nos números que foram gerados, por
3272consequência o Art. 6º. Então eu estou querendo só deixar claro de que eu
3273entendo do que está se falando, mas fica muito difícil contribuir de alguma
3274forma, quando essa questão de essência, que se relaciona não só ao Art. 6º,
3275mas também tem a ver com o Art. 5º e com outras definições, e com a
3276perspectiva geral que se coloca, são Resoluções de enfoque diferente em
3277função desse ponto central que se coloca no Art. 6º, e na forma como foi
3278construída essa visão; e que há uma divergência em relação a isso. Então eu
3279estou reforçando esse aspecto: fica muito difícil nós contribuirmos com uma

3280 coisa que, em essência, não foi esclarecida ainda, em seu mérito mais
3281 essencial.

3282

3283

3284 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bom, eu vejo que a
3285 preocupação de todos é praticamente igual. Eu acho que não vai, ou como o
3286 próprio do Ibama falou, se nós vamos ter que normatizar, não significa dizer
3287 que nós vamos permitir; ou se nós vamos proibir; ou se não vamos. Então eu
3288 que precisa mais levantamento, mais estudos, mais amadurecimento; se tem
3289 que passar por um novo Grupo de Trabalho, ou retornar ao anterior, isso é uma
3290 questão que vários temas não foram discutidos ou foram levantados depois,
3291 para amadurecer mais, é muito importante. Porque você vê que nem o Código
3292 Florestal foi aprovado por maioria, não chegou a sua conclusão, ainda hoje se
3293 discute se são válidas aquelas propostas aprovadas no Senado, na Câmara
3294 dos Deputados. Então não existe nenhuma definição, ou uma aprovação, ou
3295 uma deliberação que às vezes, como não foi por unanimidade, aquela pequena
3296 minoria às vezes estava muito mais certa do que a maioria que se decidiu em
3297 aprovar. Isso é semelhante, vamos tratar o assunto local. Então, eu acho que
3298 vale a pena ter paciência e também prudência é o melhor remédio para a
3299 solução de todas as questões.

3300

3301

3302 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A sua posição é
3303 de que nós retomemos as discussões da forma como tinha proposto na reunião
3304 anterior?

3305

3306

3307 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Márcio, com toda a sinceridade, já participo
3308 dessa Câmara Técnica há pouco tempo; o Grupo de Trabalho realmente eu
3309 não participei, mas eu gostaria de, que o meu colega do Governo do Estado de
3310 São Paulo que já fez um trabalho, ficou trabalhando em cima dessa Resolução,
3311 que nós déssemos... O combinado que foi feito aqui era de nós darmos uma
3312 olhada nos itens amarelos, e depois irmos para o vermelho, e no final, esse
3313 item que está “pegando” mesmo, que é o Art. 6º, nós discutirmos mesmo a
3314 fundo, se for preciso. Agora, ver as partes que realmente que estão aqui para
3315 serem discutidas, que nós comecemos a trabalhar, porque senão nós não
3316 vamos sair daqui, eu acho que nós não vamos dar prosseguimento.

3317

3318

3319

3320 **O SR. LUÍS EDUARDO SORAGGI (ANAMMA)** – Eu acompanho o
3321 pensamento do nosso colega da CNC, e ainda acrescentando que, como sou
3322 Químico também, é um assunto que muito me agrada discutir e ver pessoas do
3323 quilate dos nossos apresentadores aqui. E, inclusive, como eu sou novo no
3324 grupo, eu queria me colocar também à disposição do nosso colega de São
3325 Paulo, para participar juntamente com a equipe dele e de outras discussões
3326 que porventura venham a acontecer lá no Estado de São Paulo. É um assunto
3327 muito importante e muito interessante, e que eu acredito que vai, o resultado
3328 sendo de definição por normatizar ou não, o importante é que tenhamos a
3329 continuidade da discussão.

3330

3331

3332O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA) – Eu consulto se
3333a Adriana do Ministério dos Transportes está presente. Não? Porque a Saúde
3334eu sei que ela se ausentou, mas ela tinha me dito que a Adriana ficaria, então...
3335Então não retornou. Então nós estamos em vez de nove, com oito membros da
3336Câmara Técnica presentes, e dos oito, sete são favoráveis à continuidade da
3337discussão. Sete são favoráveis a que nós mantenhamos a metodologia
3338proposta na reunião anterior, e o Doutor Bocuhy sugere uma alteração dessa
3339metodologia. Eu vou propor o seguinte; para nós também contemplarmos a
3340preocupação do Doutor Bocuhy, nós tínhamos combinado que nós íamos
3341discutir os textos em amarelo, e os em vermelho, que são esses que o Alfredo
3342bem destacou: a questão dos legíveis; a questão da importação e a questão do
3343modelo; ficariam para uma segunda discussão. A proposta que eu faço é a
3344seguinte: se nós identificarmos outros artigos que remetam a esta discussão de
3345fundo do Art. 6º, nós pintamos de vermelho também, e vamos discutir ele
3346agora. Ele contempla em parte preocupação do Doutor Bocuhy, que é de nós
3347não avançarmos para uma discussão que depois nos coloque em contradição
3348quando chegarmos no Art. 6º. Temos acordo em relação a isso? Está bem?
3349Então vamos com toda a calma, com todo o bom senso. Vamos retomar então
3350essa nossa discussão. E nós não tínhamos, eu confesso para vocês que eu
3351estou um pouco sem memória se nós já tínhamos começado a discutir isso na
3352reunião passada. Ou não? Não vamos começar agora, não é?

3353

3354

3355O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) – Exato. Nós apenas
3356marcamos de amarelo e de vermelho aquilo que era de interesse, e ficaríamos
3357para uma discussão posterior, após o seminário que aconteceu na reunião
3358passada.

3359

3360

3361O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA) – Ok. Então o
3362primeiro ponto em amarelo é aquele que está destacado lá, que eu acredito
3363que com a apresentação hoje, eu acho que ele fica um pouco resolvido. Em
3364todo o caso, como foi o Planeta Verde, que sugeriu a discussão desse tema,
3365deixo a palavra à disposição do Planeta Verde. Eu estou entendendo que o
3366Planeta Verde questiona a redação deste Considerando, é isso? Não sei se
3367mais alguém questiona também, ou enfim. Esse amarelo está em discussão,
3368em outras palavras. Essa premissa foi a premissa utilizada hoje pelo nosso
3369convidado aqui para apresentar o que ele chamou de 'mineração urbana'. O
3370seu argumento da 'mineração urbana'.

3371

3372

3373O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) – Sim. O propósito principal
3374dessa Resolução é exatamente este, o que nos leva a propor a utilizar resíduos
3375como fonte de micronutriente, que ele possa ser um substituto de matérias-
3376primas naturais, não renováveis. Não tem outro propósito que não seja esse.

3377

3378

3379 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Temos acordo
3380 então com a manutenção desse texto? Ok. Então fica o texto como está. Ok.
3381 Tira o amarelo desse. A sensação pelo menos de avanço é importante. Vamos
3382 lá. Depois no Capítulo 1, diz das ‘disposições gerais’: “essa Resolução define
3383 critérios e procedimentos para o uso de resíduos industriais, indicados como
3384 matéria-prima, para fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes
3385 utilizados como insumo agrícola de aplicação no solo e dá outras providências.”
3386 Aí no § 2º ele diz... Bom, eu vou ler tudo para nós entendermos o contexto. O §
3387 1º diz: “deverão ser observados os demais instrumentos normativos que
3388 dispõem sobre a inspeção e a fiscalização da produção do comércio de
3389 fertilizantes destinados à agricultura.” E o § 2º diz: “os critérios e procedimentos
3390 aqui estabelecidos envolvem a geração, o tratamento, e a sua efetiva utilização
3391 como matéria-prima para produção de fertilizantes e micronutrientes utilizados
3392 como insumo agrícola de aplicação no solo.” Eu acho que pintou de amarelo,
3393 foi em função do ‘efetiva’, porque é a única palavra pintada de amarelo.

3394

3395

3396 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu particularmente, a
3397 minha proposta, não fomos nós que marcamos. Mas eu acho que está
3398 sobrando aí. Pode dar a interpretação de o que é efetivo?

3399

3400

3401 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O Alfredo
3402 estava com outras anotações. Alfredo, mas só para te informar que nós então
3403 mantivemos primeiro o amarelo, que era aquele Considerando, que ficou como
3404 estava; e nós estamos agora no §2º do Art. 1º, e há uma proposição de que
3405 aquele termo “e a sua efetiva utilização” estaria sobrando, e, portanto poderia
3406 ficar só “o tratamento e utilização como matéria-prima para a produção de
3407 fertilizantes e micronutrientes e etc.”

3408

3409

3410 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São
3411 Paulo)** – Nós concordamos.

3412

3413

3414 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Então, Adriano,
3415 tira a “sua efetiva”. Henrique, então, por favor, então fica: “o tratamento e
3416 utilização”. Muito bem. Bom, depois nós temos os vermelhos, que nós não
3417 discutiríamos, é isso? Vamos aos amarelos.

3418

3419

3420 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São
3421 Paulo)** – A definição de ‘fertilizante’, que cor que estava aí? De vermelho.

3422

3423

3424 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – É, mas não foi marcado por
3425 ninguém. É porque ficou para ser definido, veio assim do GT, não é Professor?

3426

3427

3428 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3429 **Paulo)** – Na verdade, essa decisão, esse questionamento veio do GT, mas o
3430 GT nem discutiu ela; ela veio de uma Minuta e ficou. Então a nossa
3431 recomendação é que alguém da Agricultura visse essa definição de
3432 fertilizantes.

3433

3434

3435 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não bastaria
3436 pegar a legislação do Ministério de Agricultura relativo a isso, e adotar a
3437 mesma definição adotada lá. Essa é a ideia.

3438

3439

3440 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3441 **Paulo)** – Esse foi um ponto que o GT nunca trabalhou.

3442

3443

3444 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Então como
3445 está em vermelho, vamos fazer o seguinte: nós nos propomos a buscar essa
3446 definição e trazê-la, talvez até amanhã, se houver tempo. Aí nós trazemos a
3447 definição que conste em alguma legislação da Agricultura, para nós
3448 debatermos aqui se é passível de ser adotada a mesma definição.

3449

3450

3451 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3452 **Paulo)** – Tem mais duas coisas relacionadas à definição, Márcio. A definição
3453 de ‘insumo agrícola’ entra na mesma situação da de que ‘fertilizantes’. E uma
3454 outra coisa, na definição de ‘micronutrientes’, tinha partido de algum lugar a
3455 solução, que nós temos um monte de substâncias micronutrientes, e como é
3456 para efeito dessa Resolução e nós consideramos só aqueles micronutrientes
3457 que estão na tabelinha lá no Art. 5º, manter aqui na definição só aquele. Não
3458 sei.

3459

3460

3461 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Foi um ponto que nós
3462 levantamos na letra do texto, Márcio, eu tenho até uma proposta de redação,
3463 que eu estaria acrescentando um outro ponto para a consideração dos
3464 Conselheiros. ‘Aterro” exatamente aos micronutrientes de interesse da
3465 Resolução, nós sabemos que têm outros, mas que não estão sendo
3466 disciplinados aqui. Então nós riscaríamos ‘Boro’, ‘Cloro’, ‘Ferro’, ‘Cobalto’ e
3467 ‘Silício’. Nós colocamos aqui uma parte que também não vai prejudicar em
3468 nada se ela não constar da Resolução. Eu vou falar de novo: ‘Boro’, ‘Cloro’,
3469 ‘Ferro’, ‘Cobalto’ e ‘Silício’, você taxar eles, porque eles não são objeto dessa
3470 Resolução, de regulamentação dessa Resolução.

3471

3472

3473 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3474 **Paulo)** – Nós do Governo do Estado de São Paulo propusemos cortar, e eu
3475 não conversei com ele.

3476

3477

3478 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu que não
3479 participei do Grupo de Trabalho, aqueles, independente de nós discutirmos o
3480 teor ou não, mas o ‘Cobre’, ‘Manganês’, Molibdênio, e ‘Zinco’. O fato de se
3481 elegê-los como sendo os mais importantes, do ponto de vista da fabricação de
3482 micronutrientes, veio da demanda da indústria de micronutriente, veio da
3483 agricultura; de onde veio essa identificação, como sendo eles os mais?
3484 Independente de nós discutirmos o teor deles; estamos discutindo a presença
3485 deles.

3486

3487

3488 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3489 **Paulo)** – Tem duas questões: temos que o solo demanda mais, e isso saiu no
3490 corpo técnico, mas também tem uma demanda do setor que esse são os que
3491 interessam mais aproveitar.

3492

3493

3494 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Os fabricantes
3495 de fertilizante e micronutriente.

3496

3497

3498 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu teria uma proposta que
3499 nós debatêssemos a incluir aí na definição de micronutriente. Eu vou ler, aí
3500 você digita, e depois nós analisamos se é pertinente ou não. Também acho
3501 que se não ficar; não vai prejudicar. Mas após ‘definir’, nós colocamos:
3502 “regulamentados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento”, e aí
3503 continua, “expressos nas suas formas elementares”. É fazer um nexos disso
3504 com o que é regulamentado pelo MAPA, isso também não afeta em nada, não
3505 modifica a definição, mas seria um acréscimo. Nós colocamos por extenso:
3506 “pelo MAPA e pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento”.

3507

3508

3509 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – E “expressos
3510 nas suas formas elementares”, seria isso? Eu só teria uma observação a fazer:
3511 hoje, esses fertilizantes, de uma maneira geral, eles são regulamentados pelo
3512 Ministério da Agricultura. Antes de nós entrarmos nisso, eu tenho uma
3513 consideração a fazer, antes de entrar na forma. Hoje, o Ministério da
3514 Agricultura é quem regulamenta a questão dos fertilizantes, mas o objeto da
3515 discussão aqui nesse Grupo inclusive... Isso não quer dizer que vá ser sempre
3516 o único órgão regulamentador desse tema, há uma discussão, inclusive da
3517 necessidade de haver regulamentação ambiental em relação a fertilizantes.
3518 Embora essa discussão não tenha se materializado ainda, nós não estamos
3519 livres de virmos a ter, no futuro, uma regulamentação, outros órgãos
3520 regulamentando essa questão. Então, a minha sugestão é que regulamentasse
3521 pelo órgão competente, ou pelos órgãos, enfim, colocar mais genérico, e não
3522 fixar no MAPA, porque senão amanhã sai uma regulamentação da Saúde ou
3523 do Ministério do Meio Ambiente e aí ela ficaria descoberta dessa
3524 regulamentação.

3525

3526

3527**O SR. ROBERTO (MP/SP)** – Só um comentário: para o leigo que vai ler a
3528Resolução ou qualquer um que vá discutir esse assunto, ‘micronutriente’ é um
3529conceito muito sedimentado na literatura agrônômica, e o Ministério da
3530Agricultura se vale disso e tal. Então, quando você está definindo
3531‘micronutriente’, pode dar a impressão ali que o cobre, o manganês, o
3532molibdênio, o zinco só são os micronutrientes; sei lá. Então eu acho que se é
3533uma definição técnica de micronutriente que está em discussão, teria que se
3534buscar a mais avançada definição que se tivesse disso, e colocar aí.

3535

3536

3537**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3538**Paulo)** – Já que saiu isso, mas se você ver lá no início fala: “para efeito desta
3539Resolução”. Tem essa definição.

3540

3541

3542**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – E eu diria
3543assim, que essa sua preocupação está coberta pela última frase do termo, que
3544diz: “e outros elementos que a pesquisa científica vier a definir, expresso nas
3545suas formas elementares”; então não só esses elementos, ela não se limita a
3546eles.

3547

3548

3549**O SR. ROBERTO (MP/SP)** – Os outros a ciência já definiu. Então dá a
3550impressão que a ciência só definiu aqueles quatro que estão lá.

3551

3552

3553**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Então podemos
3554tirar “ciência vier a definir” e “outros elementos”.

3555

3556

3557**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3558**Paulo)** – Porque a ideia era objetivar que essa Resolução ela está
3559regulamentando esses micronutrientes, por isso que é para efeito desta
3560Resolução. Porque nós não estamos discutindo qual é o teor mínimo que
3561precisava dos outros, então eles estão falando da tabelinha do Art. 5; é nessa
3562linha, que era de manter só aqueles que estão no Art. 5. (Intervenção fora do
3563microfone. Inaudível). Mas aquele que é “para efeito desta Resolução”, já não
3564clareia isso? É isso o que eu estou chamando a atenção.

3565

3566

3567**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – O Caput do artigo de
3568definições fala sobre isso: “para efeito desta Resolução”, nós não estamos
3569disciplinando outros micronutrientes, essa é que é a questão. Aí fica incoerente
3570eu colocar aqui a lista completa, onde se põe apenas quatro.

3571

3572

3573**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3574**Paulo)** – Eu queria chamar a atenção só para uma outra coisa gente: junto com
3575os micronutriente vem vilões. Nós estamos discutindo os vilões. Os vilões, que
3576são esses metais que nós vamos estar lá regulando, são comumente

3577associados a esses; se tiver outro, pode ter outro vilão que nós não
3578conversamos. Então, só como esclarecimento complementar de que a coisa
3579não é tão solta assim para nós termos. Por isso que eu acho que fala: “para
3580efeito desta Resolução”, nós estamos entendendo como ‘micronutriente’ esses;
3581por quê? Porque esses nós temos o limite mínimo do micronutriente, e o
3582máximo do vilão associado. Eu estou chamando atenção para isso.

3583

3584

3585**A SR^a. SERGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – Eu também não participei do
3586Grupo, mas assim, no meu entendimento, quando eu leio aqui que nós nos
3587preocupamos em retirar os outros e deixar outros elementos que a pesquisa
3588científica, nós fomos e voltamos. Nós temos que tirar e colocar: “expresso na
3589sua forma elementar” e ponto, aí fica perfeito. Retira os outros, além dos
3590quatro; retira essa e mantém “expressos nas suas formas elementares”, só até
3591aí. Porque daí fica mais coerente com o que você está falando, acho que para
3592nós não ficarmos “encompridando” demais aqui.

3593

3594

3595

3596**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu consulto
3597aqui o representante do MAPA para saber se há acordo em relação a essa
3598definição, embora nós saibamos que ela não é abrangente a todos os
3599micronutrientes; com as ressalva o que Alfredo fez, de que é “para efeitos
3600desta Resolução”.

3601

3602

3603**O SR. IDERALDO (MAPA)** – Perfeito. Eu estava incomodado com alguma
3604coisa que estava estranho, eu acho que era mais isso aí; a Sergia foi no ponto
3605certo. Concordo.

3606

3607

3608**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Temos acordo
3609então em relação a essa nova redação? É isso? Então vamos adiante. Próximo
3610passo é dos resíduos passíveis de utilização, Art. 3º, o capítulo é o capítulo II.
3611Art. 3º: “os resíduos industriais só poderão ser utilizados como matéria-prima
3612para fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes, utilizados como
3613insumo agrícola de aplicação no solo, se atenderem integralmente as seguintes
3614exigências”. Bom, aqui, é exatamente o núcleo de concepção da Resolução,
3615talvez, nós devêssemos remeter isso a uma discussão posterior. Mas só para
3616nós salientarmos, aqui é o núcleo, é o fundamento da Resolução. A Resolução
3617parte de três fundamentos, de que nós teremos resíduos elegíveis, ou seja, não
3618é qualquer resíduo que poderá ser utilizado para fabricação de micronutrientes,
3619só alguns. E parte do pressuposto de que esses resíduos deverão ter um
3620mínimo de teor de micronutrientes de interesse da agricultura, por isso aquela
3621definição de micronutrientes e os teores de cada um deles, que se imagina que
3622devam estar presentes nos resíduos com aqueles teores mínimos; se não nós
3623estaríamos simplesmente aplicando resíduos sem nenhum benefício agrícola.
3624E o terceiro ponto, que é não apresentar concentração indesejável de risco à
3625saúde, de elementos indesejáveis contaminantes, causando risco à saúde e ao
3626meio ambiente. Aqui, eu acho que nós estamos com uma questão que

3627realmente remete ao Art. 6º, que talvez seja o caso de nós pintarmos ele de
3628vermelho e o jogarmos lá para frente.

3629

3630

3631**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3632**Paulo)** – Eu queria comentar o seguinte; aí têm algumas coisas que nós já
3633poderíamos limpar, por exemplo, a história de não ser artigo e ser anexo, nós
3634já fechamos que tudo bem; porque como você falou: é mais fácil mexer no
3635anexo do que mexer no artigo. E a terceira, eu acho que de qualquer jeito vai
3636“rolar”, porque para ‘orgânico’ vai ter detectável. Se nós considerarmos que
3637aquela concentração máxima de inorgânico é não representar risco, também
3638está aí, mas pode deixar pintado de vermelho então três; sei lá. O um e o dois
3639nós já podemos limpar, no meu entendimento.

3640

3641

3642**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A ideia, só para
3643clarear Alfredo. A ideia, a sua sugestão é pintar de vermelho, é isso?

3644

3645

3646**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3647**Paulo)** – O um e o dois é só tirar do artigo e jogar no anexo.

3648

3649

3650**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu estou
3651entendendo que é o seguinte: o três, nós pintamos de vermelho; e o um e o
3652dois, em vez de ficar no artigo, fica no anexo. É isso?

3653

3654

3655**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu tinha entendido que nós
3656íamos remeter ao anexo a lista dos resíduos. A parte da tabela eu não tinha
3657entendido. É desejo seu? Eu acho que a tabela, porque são os teores mínimos
3658dos micronutrientes de interesse, e nesse caso, eu não vejo motivo para jogar
3659para o anexo. A listagem nós tínhamos colocado inicialmente que seria
3660desejável que essa listagem ficasse no anexo, assim ela ficava até mais
3661didático.

3662

3663

3664**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A ideia de ir
3665para o artigo e para o anexo, era dar maior dinamismo na atualização da
3666norma. Se há o entendimento, e aí eu consulto novamente os “universitários”
3667aqui do MAPA, se é entendimento do MAPA que aqueles teores mínimos de
3668elementos e micronutrientes não devam sofrer maiores alterações, eu me
3669inclinaria a manter o artigo. Agora, se eles puderem a vir a ter um outro
3670entendimento de que seria necessário ter um teor diferente, ou ter outros
3671elementos além daqueles que estão listados lá, aí caberia no anexo.

3672

3673

3674**O SR. IDERALDO (MAPA)** – Olha, Márcio, foi muito discutido no Grupo de
3675Trabalho.

3676

3677

3678 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3679 **Paulo)** – O teor mínimo de micronutrientes é uma coisa que partiu do setor
3680 produtivo e não tem discussão.

3681

3682

3683 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós estamos restringindo
3684 bastante essa questão da concentração é para restringir mesmo.

3685

3686

3687 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3688 **Paulo)** – Esses seus eles são maiores do que nosso do Grupo da CETESB
3689 estaria considerando.

3690

3691

3692 **O SR. IDERALDO (MAPA)** – Eu não vejo possibilidade de...

3693

3694

3695 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Poderia vir mais
3696 restritivo ou menos, enfim, essas questões, mas tudo bem.

3697

3698

3699 **O SR. ROBERTO (MP/SP)** – Eu queria comentar que esse Art. 5º ele está
3700 relacionado com o 6º... Não, desculpe. O item 2, que fala: “apresentar teores
3701 mínimos e tal”; essa discussão dos teores mínimos, ela tem implicação no
3702 modelo. Ela é usada no modelo. É sim.

3703

3704

3705 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3706 **Paulo)** – Esse aí é o valor mínimo do micronutriente de interesse.

3707

3708

3709 **O SR. ROBERTO (MP/SP)** – Mas vamos lá na fórmula do modelo que vocês
3710 vão ver lá. Tem um lugar lá que fala salvo engano...

3711

3712

3713 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3714 **Paulo)** – O modelo da CETESB tem a ver só com concentração de substâncias
3715 inorgânicas tóxicas, não tem nada a ver com teor de micronutrientes.

3716

3717

3718 **O SR. ROBERTO (MP/SP)** – Alfredo, nós estamos falando assim: na fórmula
3719 que consta aqui da terceira fórmula, a equação última, a três, se remete a uma
3720 variável chamada ‘CM’, que é a concentração do elemento micronutriente no
3721 resíduo.

3722

3723

3724 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3725 **Paulo)** – É, ele entra aí na equação como fator. Agora nós já estamos fixando
3726 esse fator assim a favor da segurança, e não houve discussão quanto a ele,

3727 porque esses fatores propostos pelo setor produtivo foram até maiores do que
3728 o que a CETESB pensou no GT.

3729

3730

3731 **O SR. MÁRCIO FREITAS (IBAMA)** – Nós vamos entrar em uma discussão que
3732 não levar a lugar algum. A questão é a seguinte: o que nós vamos deixar para
3733 discutir depois, é se nós vamos aceitar algum teor de contaminante
3734 indesejável. Se nós aceitarmos zero, vamos imaginar o seguinte, vamos
3735 imaginar que esse terceiro aí, nós chegamos à conclusão de que ele não caiba,
3736 porque ele está falando em concentrações indesejáveis. E aí nós vamos dizer:
3737 “olha, é zero.” Neste caso, que é o caso extremo, faria algum sentido cortar o
3738 segundo? Mas a relação dele, se nós cortarmos o três, corta a equação e
3739 acabou a redação.

3740

3741

3742 **O SR. ROBERTO (MP/SP)** - Roberto, não tem que cortar nada. Eu estou
3743 falando que o que está em vermelho...

3744

3745

3746 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São
3747 Paulo)** – Está errado isso aqui. Aqui não é concentração de elemento
3748 micronutriente, o CM; é concentração do elemento tóxico. Não é?

3749

3750

3751 **O SR. ROBERTO (MP/SP)** – Não é para discutir, eu só estou apontando.
3752 Como é um tema que essa variável do Art. 5º vai entrar no modelo.

3753

3754

3755 **O SR. MÁRCIO FREITAS (IBAMA)** - Se não houver modelo, não será usado o
3756 valor.

3757

3758

3759 **O SR. ROBERTO (MP/SP)** - Não o valor que está na tabela, mas um outro
3760 valor que está relacionado a isso.

3761

3762

3763 **O SR. MÁRCIO FREITAS (IBAMA)** - Gente, só um pouco. Nós não estamos
3764 discutindo nada. Eu não vou permitir que essa discussão avance, porque nós
3765 não estamos discutindo nada. De fato, esse valor entra. Se não houver modelo,
3766 que é a hipótese extrema da nossa discussão, não faz diferença nenhuma, nós
3767 continuaremos tendo que ter um teor mínimo de elemento micronutriente.
3768 Então ela, apesar de entrar no modelo, não é esse entrar no modelo que está
3769 em discussão aqui; o que está em discussão aqui é, se nós formos usar
3770 resíduos para fazer micronutrientes, eu tenho que ter um teor mínimo de
3771 micronutriente? Se eu tenho, ele tem que estar aí.

3772

3773

3774 **O SR. ROBERTO (MP/SP)** - A minha preocupação é em quem está
3775 preocupado em compreender o modelo, porque ainda não compreende, e vai
3776 discutir na próxima reunião, vai compreender na próxima reunião que Art. 5º

3777(3º) vai ser usado no modelo e vai querer entender de onde vieram os valores.
3778Então é nesse mais nesse sentido, não por minha causa, mas no sentido de
3779mostrar que os assuntos são relacionados então a um tema que...

3780

3781

3782**O SR. MÁRCIO FREITAS (IBAMA)** - Eu consulto o seguinte: se pintando de
3783vermelho o três não contempla isso? Porque, na verdade, o dois, tendo o
3784modelo ou não tendo, nós teremos que ter o inciso II. Porque nós teremos que
3785ter para um resíduo qualquer ser utilizado como micronutriente, teremos que ter
3786um teor mínimo de micronutriente de... Senão não tem sentido de fazer uma
3787Resolução para isso. É por isso que eu não estou querendo avançar nessa
3788discussão. A discussão que fica pintada de vermelho, é se teremos o modelo
3789ou não; e depois vamos discutir o modelo em si se esse for o caso, se
3790chegarmos a isso. E aí na discussão do modelo, se entra o micronutriente ou
3791não.

3792

3793

3794**O SR. JOSÉ FRANCISCO CUNHA (SIARGS)** - Na verdade, quando nós
3795definimos pelo menos modelo que existe um limite máximo de contaminante,
3796ele vai se relacionar com essa tabela especificando que o resíduo aceito, ele
3797terá um limite estabelecido conforme o seu teor de nutriente. Então eles não e
3798excluem, mas também não é necessário estarem vinculados. Havendo
3799definição, ele vai estabelecer qual é o limite para o resíduo.

3800

3801

3802**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Veja bem, mesmo esse
3803Art. 3º, primeiro é o 2º, como você já bem colocou, tem que ter um teor mínimo,
3804se não é micronutriente, não se justifica a utilização de resíduo. Mesmo o
3805terceiro, da forma como está escrito: “não apresentar concentrações
3806indesejáveis”, seja essa concentração definida como zero, ou sendo proibida;
3807há uma concentração, não é zero. Então ali, o próprio texto também não fere
3808qualquer decisão que seja feita posteriormente. Ali está dizendo que como
3809princípio, “não apresentar concentrações indesejáveis de contaminante, que
3810possa apresentar risco a saúde pública”. Convencionantes que é zero, acabou,
3811a concentração é zero.

3812

3813

3814**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Roberto, em
3815tese você tem razão, mas vamos considerar o seguinte, se nós chegarmos à
3816conclusão que é zero, a redação seria completamente diferente, a redação
3817seria não apresentarem contaminantes indesejáveis, não falaria nem em
3818concentração. Mas, enfim, eu vou propor aqui para nós qualquer coisa que
3819tenha um pouquinho de espinho nós deixamos, não vamos entrar nesse
3820discussão. Então, só para nós fecharmos aqui, eu estou entendendo que...

3821

3822

3823**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3824**Paulo)** – O que é indesejável não é o contaminante é a concentração, por isso
3825que está o indesejável lá, mas pode deixar em vermelho porque de alguma
3826maneira tem uma relação.

3827

3828

3829 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu entendi,
3830 Alfredo, eu entendi. É indesejável essa observação agora, nesse momento.
3831 (*Risos!*). Desculpa, é brincadeira.

3832

3833

3834 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3835 **Paulo)** – O indesejável não é o contaminante, é a concentração.

3836

3837

3838 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu fiz uma
3839 brincadeira, por favor, não tome como pessoal. Então, a sugestão é o seguinte,
3840 o Inciso I, a minha sugestão é criar acordo nisso, o Inciso I remeteria ao anexo.
3841 Então, ficaria constarem em relação de resíduos elegíveis, do anexo x, y, z.

3842

3843

3844 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Isso define porque se por
3845 acaso a composição é que não tenha nenhum contaminante, não vai ter o
3846 anexo contaminante.

3847

3848

3849 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não. Isso é
3850 resíduo elegível.

3851

3852

3853 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não. Eu estou dizendo
3854 isso. Poderia ter mais de um anexo, é isso.

3855

3856

3857 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Tudo bem. Em
3858 relação ao número do anexo nós vemos depois. O dois seria conforme
3859 indicação no art. 5º. Permanece no art. 5º e com isso, se temos acordo
3860 podemos tirar os amarelos daí e passamos a ter um vermelho no item três. É
3861 isso? Muito bem. Então, o próximo ponto amarelo, se não houver outro
3862 naturalmente, fiquem com libertado, quem tornou a avaliar a proposta de
3863 Resolução de levantar novas questões que nós, por ventura não tenhamos
3864 levantado aqui. Próximo ponto em amarelo é o § 2º que diz: as empresas
3865 geradoras de resíduos, beneficiadoras e fabricantes de micronutrientes,
3866 deverão estar devidamente licenciadas e com o seu sistema de gestão
3867 devidamente implementado, incluindo o Plano de Gerenciamento de Resíduos
3868 Sólidos, de modo a prevenir e controlar os impactos causados em seu
3869 processamento aos compartimentos solo, ar, água, superficiais e subterrâneas.
3870 Se eu estou bem lembrado acho que isso foi uma observação do próprio
3871 Ibama.

3872

3873

3874 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3875 **Paulo)** – Foi da Zuleica e foi minha também porque, na verdade é o seguinte, o
3876 Sistema de Gestão Ambiental é muito mais amplo, não existe uma gestão total

3877aí. Então, a sugestão nossa n Estado de São Paulo é em vez de ser Sistema
3878de Gestão Ambiental, é Sistema de Controle de Poluição. E daí é específico, é
3879um Sistema de Controle de Poluição. Qual é a questão aqui gente? É não
3880aprovar que uma empresa que está poluindo o ar e as águas, possa utilizar o
3881resíduo como micronutriente, por isso que é Sistema de Controle de Poluição.

3882

3883

3884**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Sem nenhuma dúvida.
3885Alfredo, Sistema de Controle de Poluição não está previsto no próprio
3886licenciamento da empresa?

3887

3888

3889**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3890**Paulo)** – Ele está previsto no licenciamento, mas ele pode ter sido desligado e
3891pode não estar funcionando. Então, isso é uma coisa que veio do próprio setor
3892produtivo, ainda como gestão ambiental. Nós estamos sendo mais brandos de
3893mudar a gestão ambiental para Sistema de Controle de Poluição do Ar. Mas ele
3894pode ter sido aprovado no licenciamento? É isso que eu queria chamar
3895atenção, vamos colocar assim, o pingo nos is e o pé no chão, não fica falando
3896que tem um problema, que as empresas, os órgãos de meio ambiente não vão
3897conseguir fiscalizar, a ideia é o seguinte, uma empresa que não tiver um
3898Sistema de Controle de Poluição funcionando devidamente, mesmo que o
3899resíduo seja elegível ela não vai obter uma autorização. Isso aconteceu em
3900São Paulo, a pessoa poluindo o ar, poluindo o solo, as coisas que muito o Hélio
3901Lopes falou, muito embora remete a um passado já não tão recente, era nessa
3902linha. Então, é nesse sentido. E isso veio uma sugestão do próprio setor
3903produtivo.

3904

3905

3906**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – E eu tenho uma proposta
3907do setor produtivo.

3908

3909

3910**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3911**Paulo)** – Bom, eu estou falando no GT, se o setor produtivo vai mudando de
3912opinião do Grupo de Trabalho para a Câmara, eu não...

3913

3914

3915**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não é isso. Não é isso. É
3916que é o seguinte, qual foi a grande dúvida em relação ao sistema de gestão
3917ambiental devidamente implementado? É que devidamente implementado
3918significa certificações de 14.000. Implementado sim, eu só posso realmente
3919dizer que está completamente implementado certificando e certificação é
3920Sistema de Gestão Ambiental, esses 14.000. Bom, isso pode até valer para as
3921indústrias de micronutrientes, mas para os geradores eu acho que nós não
3922conseguir fazer. Então, a nossa ideia é focar no Plano de Gestão de Resíduos
3923Sólidos, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos implementado. Agora,
3924professor, eu não tenho nada contra a colocação que você fez. Eu só gostaria
3925que definisse bem o que é a sua proposta.

3926

3927

3928**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3929**Paulo)** – Sistema de Controle de Poluição.

3930

3931

3932**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Tem dizer o que é esse
3933Sistema de Controle de Poluição.

3934

3935

3936**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3937**Paulo)** – A ideia é a seguinte. Se é uma empresa que está emitindo material
3938particulado na atmosfera, está emitindo metais pesados porque não tratou os
3939seu efluentes num rio, nesse momento, pelo menos, o órgão ambiental não vai
3940deixá-la usar o resíduo como micronutriente.

3941

3942

3943**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Concordo plenamente.

3944

3945

3946**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3947**Paulo)** – Não. Precisa não, precisa sim porque é uma que se não falar aí vai
3948ficar a critério, tudo bem o cara está poluindo, mas não está falando em
3949nenhum lugar, eu o deixo usar o resíduo. Gente, o que eu estou colocando é
3950isso. Vocês se lembrem que nós partimos da pressuposição de que a coisa
3951tinha que estar funcionando direito. Então, é nesse linha. Porque como eu
3952estou dizendo, eu vou repetir de novo, é óbvio, é conceitual, é teórico que no
3953momento do licenciamento vai ser exigido. Agora, se o aparelho vai estar
3954desligado ou não no momento em que o cara quiser usar um resíduo para
3955micronutriente, o órgão ambiental vai olhar lá, ele pede estar licenciado, mas
3956pode não estar funcionando, pode não estar implantando, pode estar
3957funcionando errado. Então, o que eu estou querendo dizer seguindo a linha de
3958tudo que nós vimos, ele precisa estar em conformidade de controle de
3959poluição, senão também não vai autorizar que o resíduo dele seja utilizado. É
3960uma maneira de usar esse momento, essa prerrogativa do órgão como mais
3961um momento para fazer valer o que ele deveria estar fazendo e não está.
3962Então, isso até o fim vai ser recorrente. O fato de estar exigido em uma licença
3963não significa que está funcionando na prática. Então, é nessa linha.

3964

3965

3966**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Uma dúvida então, quer
3967dizer, na verdade é possível uma empresa funcionar sem a licença ambiental
3968devidamente implementada?

3969

3970

3971**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3972**Paulo)** – Ela não funciona se a licença, mas não vamos tergiversar, ela pode
3973ter a licença, mas pode não ter o equipamento de controle funcionando
3974devidamente no momento. Essa é a questão.

3975

3976

3977**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Ok. Então, eu só acho
3978necessário, Alfredo, nós definirmos esse termo, das definições.

3979

3980

3981**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3982**Paulo)** – Podemos definir melhor, mas a ideia é essa.

3983

3984

3985**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Sem problemas. Eu não
3986tenho nenhum parêntese em relação a isso. Nenhum. É só para definir e deixar
3987claro do que se trata. Eu falar a Sistema de Gestão devidamente
3988implementado, eu consigo materializar isso, Sistema de Gestão Ambiental,
3989esse SGA, ele só é devidamente implementado quando ele é certificado, só
3990existe um sistema que é a ISO 14.000. Então, aí eu consigo definir claramente,
3991no seu caso eu preciso definir minimamente do que se trata isso.

3992

3993

3994**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
3995**Paulo)** – Sistema de Controle de Poluição do Ar e das Águas.

3996

3997

3998**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Isso. Para não deixar
3999dúvida. Aí é o seguinte, Doutor Márcio, eu gostaria que deixasse no art. 2º, das
4000definições, esse termo e aí na próxima reunião o Alfredo poderia estar trazendo
4001o significado disso e nós deliberaria sobre essa questão, que eu acho que
4002nesse caso é pertinente.

4003

4004

4005**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4006**Paulo)** – Nós também concordamos que gestão é uma coisa exagerada porque
4007ela tem outras implicações. É só questão realmente de controle. Tem lá um
4008Sistema de Controle de Poluição do Ar, mas não está funcionando direito, não
4009trocou a manga faz tempo ou não está mais operando, está desligado. É essa
4010questão que nós tentamos... O cara quer usar o resíduo, então o órgão
4011ambiental vai lá, está em ordem autoriza, não está se regulariza primeiro e
4012depois você vai usar o seu resíduo. É nessa linha que tem que ser pensado.
4013Ou não? O Sistema de Controle do Poluição ou o que nós decidirmos. O Plano
4014à parte porque realmente é uma outra coisa. Deixa-me chamar atenção disso
4015porque Plano de Gerenciamento de Resíduos tem que ser à parte porque o
4016perfil geração de resíduo dos elegíveis, se não for bem gerido o resíduo ele
4017pode não ter segregação e, de repente ele pode ter o resíduo elegível
4018misturado com outro que não devia, por isso que nós colocamos esses dois. Eu
4019só estou chamando, viu Márcio, do que saiu, o porquê está aí, que saiu no
4020Grupo de Trabalho.

4021

4022

4023**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – É só uma questão de
4024sugestão de melhoria. Ter o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
4025implementado. Eu acho que...

4026

4027

4028 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4029 **Paulo)** – Eu acho que o Plano de Gestão de Gerenciamento de Resíduos
4030 Sólidos não resolve, e poluição do ar?

4031

4032

4033 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Estou mantendo a sua
4034 emenda e acrescentando, dizendo que o plano... Não basta ter o plano, o plano
4035 o plano tem que estar implementado. É isso.

4036

4037

4038 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Se você colocar com o
4039 seu sistema de controle ambiental implementado, quando você colocou
4040 implementado ali, o incluindo, já está implementado, esse gerenciamento de
4041 resíduos sólidos também tem que estar implementado, a palavra já está citada.

4042

4043

4044 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4045 **Paulo)** – Eu ressalto que nós estamos discutindo uma coisa aqui coisa sem
4046 chegar em um só. Primeiro nós precisamos que definir como vai ficar essa
4047 coisa de Sistema de Controle de Poluição do Ar, depois de poluição, depois
4048 nós vamos ver a história de gerenciamento de resíduos.

4049

4050

4051 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Tem que tirar o
4052 gestão ali. Por favor, Doutora Sérgia.

4053

4054

4055 **A SR^a. SERGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – Eu... Está me incomodando
4056 devidamente ali. Eu sugeriria que nós tirássemos porque listado não está,
4057 devidamente é questão econômica, social. Então, é o Sistema de Controle da
4058 Poluição, se nós formos discutir aí seguindo Plano de Gerenciamento eu sugiro
4059 que o implementado venha depois de Plano de Gerenciamento, que daí nós
4060 vamos incluir os dois como implementados, para ficar mais claro e dar um
4061 entender que as duas coisas. Então, Sistema de Controle da Poluição e Plano
4062 de Geralmente de Resíduos Sólidos implementados, de modo a prevenir e tal.
4063 Para ficar mais limpo e mais claro. Obrigada.

4064

4065

4066 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Doutor Érico
4067 está pedindo a palavra.

4068

4069

4070 **O SR. ÉRICO (IBAMA)** – Boa tarde. O Márcio, antes de ir para o Ibama, eu
4071 trabalhava com o Ministério da Saúde e estava acompanhando esse Grupo de
4072 Trabalho aqui. E uma das questões é se houver aqueles contaminantes no
4073 resíduo, uma das garantias, como nós sabemos que o licenciamento, às vezes
4074 não está funcionando o controle direito, todo mundo sabe que o Sistema de
4075 Gestão Ambiental nem sempre está funcionando, certificado ou não, mas eu
4076 vou sugerir aos colegas da saúde para manterem a inclusão do Sistema de

4077Gestão Ambiental, principalmente naquelas empresas onde houver
4078contaminantes no resíduo contendo juntos. Então...

4079

4080

4081**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – O problema é
4082que os representantes da saúde não estão presentes hoje aqui. Vamos lá. As
4083empresas... Então, o texto da forma como ficou foi: as empresa geradoras de
4084resíduos, beneficiadora e fabricantes de micronutrientes deverão estar
4085devidamente licenciadas e com o seu Sistema de Controle de Poluição,
4086incluindo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, implementados de
4087modos a prevenir... Ficou enorme esse troço...

4088

4089

4090**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4091**Paulo)** – O resto pode tirar porque eu acho que é redundância. É que às vezes
4092nós queremos bordar tanto o negócio que estraga o bordado.

4093

4094

4095**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só salientando
4096essa observação do Érico, naturalmente o fato da saúde não estar presente
4097aqui não quer dizer que nenhum outro Conselheiros possa assumir essa
4098defesa.

4099

4100

4101**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4102**Paulo)** – Posso comentar um pouquinho sobre isso? Olha, mas você pode
4103fazer uma gestão ambiental não poluindo e pode fazer uma mais eficiente não
4104poluindo, minimizando a gestão de poluentes, minimizando o recursos natural.
4105E quando faz certificação de gestão ambiental que complica, porque é coisa
4106que extrapola o que nós queremos na nossa Resolução.

4107

4108

4109**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Nova proposta
4110de redação, vou ler novamente. As empresas geradoras de resíduos,
4111beneficiadoras e fabricantes de micronutrientes deverão estar devidamente
4112licenciadas e com o seu Sistema de Controle de Poluição incluindo o Plano de
4113gerenciamento de Resíduos Sólidos, implementado.

4114

4115

4116**A SR^a. SERGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – Sugestão de colocar no Art.
41172º das definições...

4118

4119

4120**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Isso ficou e está
4121pintado de amarelo para fazermos uma definição para a próxima reunião, pode
4122ser até amanhã, não tem problema. Se alguém quiser trazer uma redação... Só
4123que como não tem ainda uma definição... Como nós não temos uma definição
4124proposta ainda, fica em amarelo lá no capítulo de definições. Temos acordo
4125assim? Ficou bem? Então, podemos tirar o amarelo e avançar mais um

4126pouquinho, ou pelo menos ter a sensação de que estamos avançando. Eu já
4127estou escaldado com esses nossos avanços.

4128

4129

4130**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4131**Paulo)** – Márcio, eu penso que nós estamos diminuindo o raio do círculo.

4132

4133

4134**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Quer dizer que
4135nós vamos entrar em rota de colisão amanhã (*Risos!*). Se eu entendi bem a tua
4136figura.

4137

4138

4139**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4140**Paulo)** – Figura otimista.

4141

4142

4143**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – § 3º: a
4144avaliação deve ser feita para cada gerador, para cada resíduo e para cada
4145processo de geração. Quando fala em avaliação, naturalmente deve estar se
4146remetendo ao caput...

4147

4148

4149**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4150**Paulo)** – Na verdade é a aprovação, a avaliação para aprovar.

4151

4152

4153**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós analisamos, sabe
4154Márcio, e temos uma proposta. Na verdade, você pode copiar? Eu vou ler a
4155proposta e aí fica mais fácil nós debatermos e analisar. A aprovação para
4156utilização como matéria-prima. Corta avaliação. Aprovação para utilização
4157como matéria-prima. Avaliação cairia, sairia fora. Deve ser feita para cada
4158gerador, para cada resíduo e para cada processo de geração.

4159

4160

4161**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu fiquei com
4162uma dúvida, mas eu como não participei do Grupo de Trabalho, talvez vocês
4163possam me esclarecer. Eu também não quero complicar nossa discussão, mas
4164em algum lugar nós falamos que haverá uma avaliação ou como ela será feita?

4165

4166

4167**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4168**Paulo)** – Tem. Tem uma parte inteira.

4169

4170

4171**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Então, por
4172favor, eu acho que seria melhor remeter parágrafo para lá, a esse capítulo.

4173

4174

4175 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4176 **Paulo)** – Deixa-me falar para vocês porque isso acabou ficando aqui. Por que...
4177

4178

4179 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Só para deixar
4180 claro, pode até ter que ficar aí, mas na hora que remeter a avaliação ou...

4181

4182

4183 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4184 **Paulo)** – Tem um capítulo todo lá. Da avaliação e autorização, capítulo III.

4185

4186

4187 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Remete ao Art.
4188 9º. É isso que eu estou propondo aqui.

4189

4190

4191 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4192 **Paulo)** – Deixa-me falar aí. Por que é importante ele ficar aí? Porque precisa
4193 ficar claro que mesmo sendo elegível ou da tipologia elegível, o resíduo tem
4194 que passar por isso. Por isso que nós achamos melhor deixar isso aí também.

4195

4196

4197 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Mas a minha
4198 sugestão, eu reforço a minha sugestão, é colocar assim, a aprovação para
4199 utilização com matéria-prima prevista no Art. 9º, ou regulamentado no Art. 9º,
4200 ou citada no Art. 9º, deve ser feita para cada resíduo. É isso que eu quero fazer
4201 porque senão nós também simplificamos o processo de avaliação.

4202

4203

4204 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4205 **Paulo)** – Perfeito. Está claro. Mas é só para ficar claro que só o fato de ser um
4206 resíduo de tipologia elegível não dá automaticamente a aprovação de
4207 utilização. Isso é importante.

4208

4209

4210 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – É só porque
4211 senão fica muito simples essa...

4212

4213

4214 **A SRª. SERGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – Eu sugeriria a seguinte...
4215 Usar o mesmo título, a avaliação e autorização de que trata o capítulo III, não o
4216 Art. 9º, mas acho que o capítulo III todo, aí sim deve ser feita para cada
4217 gerador. Então, a utilização avaliação e autorização de que trata o capítulo III,
4218 que daí nós remetemos a tudo que está no capítulo III.

4219

4220

4221 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Está genérico,
4222 naturalmente, talvez nem tudo caiba, mas quando nós chegarmos lá nós
4223 damos uma refletida em relação a isso.

4224

4225

4226 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4227 **Paulo)** – O importante é dizer que o fato dele ser tipologia elegível não
4228 automaticamente o aprova.

4229

4230

4231 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Na nossa visão essa é
4232 parte principal. Qualquer resíduo para estar em estágio ou não, ele tem que
4233 obedecer a esses critérios. Esse é o coração da Resolução, os outros são
4234 penduricalhos que nós vamos discutir a pertinência ou não.

4235

4236

4237 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu vou propor
4238 que nós mantenhamos o capítulo III em amarelo, só para lembrarmos que
4239 depois nós vamos ter que revisar a coerência. Concordam comigo? Só para
4240 lembrarmos que depois nós precisamos verificar se não há algum conflito
4241 nessa generalização. Pinta só o capítulo III, mantém a avaliação e autorização
4242 de que trata o capítulo III... A proposta inicial era essa, Roberto, mas acontece
4243 que como tem um capítulo inteiro tratando, nós remetemos ao capítulo.

4244

4245

4246 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4247 **Paulo)** – Tira as outras possibilidades para não confundir.

4248

4249

4250 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – As outras
4251 possibilidades?

4252

4253

4254 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4255 **Paulo)** – Têm três artigos, três versões.

4256

4257

4258 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Acho que ela
4259 está fazendo isso. Vamos deixar... Gente, deixa só entender o seguinte,
4260 terminamos a redação proposta? Deixa eu só dar em aviso aqui eu terei que
4261 me ausentar daqui uns quinze minutos, que eu estou sendo chamado no
4262 Ibama. Então, quando isso ocorrer vou pedir ao Doutor Bocuhy me substituir
4263 aqui na coordenação dos trabalhos e para a SÉrgia para me substituir na
4264 representação do Ministério do Meio Ambiente. Assim nós mantemos o quórum
4265 e mantemos a linha os trabalhos, mas eu tenho ainda uns 15 minutos para
4266 conduzir, só que eu vou ter que sair pontualmente quando chegar lá. E para
4267 não prejudicar o andamento das discussões eu vou sair... Quando eu sair
4268 vocês já entenderam o que aconteceu. Eu acho que nós podemos estabelecer
4269 entre nós agora se há ideia de fazer um teto da reunião. Há a necessidade...

4270

4271

4272 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4273 **Paulo)** – Se estabelecer cinco, você fica até cinco. É para falar eu estou
4274 falando.

4275

4276

4277**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Gente, só um
4278pouquinho. Gente...

4279

4280

4281**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4282**Paulo)** – Meu ponto principal Bocuhy, já que é para ser assim detalhista, é
4283terminar sim. Não que você não seja... (*Risos!*).

4284

4285

4286**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Vamos fazer
4287seguinte, o teto somos nós que estabelecemos, eu entendo que para o bom
4288andamento dos trabalhos e para o número de amarelinhos que nós temos aí,
4289nós não vamos escapar de continuar essa reunião amanhã. Eu estou
4290entendendo assim. Eu acho que isso é independente de nós esticarmos hoje
4291mais ou menos, talvez seja desejável, eu também consulto o pessoal
4292principalmente o pessoal de fora, eu estou com a agenda reservada para ficar
4293o dia inteiro amanhã com esses contratempos normais. É uma questão de nós
4294definirmos agora, o que vocês entendem do horário. Tem uma proposta para
4295terminar às cinco e outra para terminar às seis. Mais alguma proposta? Quem
4296prefere, vamos fazer bem simples, quem prefere cinco levanta a mão e quem
4297prefere seis levanta a mão.

4298

4299

4300**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4301**Paulo)** – Tanto faz.

4302

4303

4304(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

4305

4306

4307**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Não
4308começamos a discutir ainda, ainda não começamos a discutir, Zilda, vamos
4309discutir em seguida. Nós assinalamos essa tua dúvida para quando entrar
4310retomar. Que a gente começou a falar e cinco e seis aqui ela entrou no Art. 5º.
4311(*Risos!*). Até às seis então, é isso? Até as seis. Então, a reunião hoje segue até
4312as seis e a partir de... Naturalmente pode ser revisto isso, se tiver todo mundo
4313cansado às 17h30 encerra. É um prerrogativa da condução dos trabalhos. Eu
4314não vou estar mais, eu provavelmente não vou conseguir encerrar as 18h00
4315pelo visto. Então, eu não escapo dessa. E amanhã retomamos as 09h30, é
4316isso? Mais cedo, mais tarde, 09h30 está bom? 09h30. Então, estamos
4317combinados.

4318

4319

4320**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só uma questão.
4321Eu estou me sentindo impedido de dirigir a reunião no seu lugar porque, apesar
4322da ser vice-presidente eu tenho uma posição contrária a que vocês estão
4323discutindo agora, e isso dependeria de uma premissa. Então, eu posso fazer

4324isso, mas não me sinto confortável, então, se você puder em permanecer, eu
4325agradeço.

4326

4327

4328**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4329**Paulo)** – Quando eu propus cinco, é que cabeça pensada mal, nada contra
4330você. Nós acordamos cinco horas da manhã, já discutimos o dia inteiro.
4331(*Risos*).

4332

4333

4334**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – De toda forma
4335eu teria que sair 15 para as cinco. Eu terei que estar na presidência do Ibama
4336às 17H00. Então, corra. Vamos correr. Vamos entrar no...

4337

4338

4339**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – No § 5º. Eu acho... Eu
4340queria sugerir de marcar de vermelho.

4341

4342

4343**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Senhores,
4344estamos discutindo antes de entrar no parágrafo § 5º, gente, por favor, vamos
4345lá, senão nós não conseguimos, só temos mais quinze minutos. Antes de nós
4346entrarmos no § 5º há uma observação do Adriano aqui que eu acho procedente
4347que é importante nós, pelo menos, discutir. Ele está colocando o seguinte, que
4348o que caput do artigo fala nos resíduos elegíveis para utilização como
4349micronutrientes e no § 4º fala em fica proibida a utilização de resíduos
4350classificados como perigosos. Como isso é uma frase assertiva, talvez
4351coubesse transformar isso num artigo e aí o § 5º estaria, seria o Parágrafo
4352único do Artigo... A sugestão é do Adriano aqui, acho que procede do ponto de
4353vista técnico de redação e acho que fico melhor, fica mais claro. Nós
4354terminaríamos os processos eletivos, digamos assim, do § 3º. O § 4º vira um
4355Artigo, seria o Art. 4º. E diz o seguinte: fica proibida a utilização de resíduos
4356classificados como perigosos de acordo com a norma NBR 10.004, de resíduos
4357sólidos, classificação da ABNT. Parágrafo Único: não poderão, aí entra a
4358discussão que a Zilda queria trazer e mais o processo em combustão que está
4359em amarelo. Não poderão ser utilizados resíduos que na sua geração
4360passarem por processo de combustão, nem resíduos que contenham
4361substâncias orgânicas persistentes ou tóxicas.

4362

4363

4364**A SRª. SERGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – Eu gostaria de marcar de
4365vermelho essa questão da combustão porque ela tem ligação direta com a
4366listagem de elegíveis dos resíduos que nós apresentamos. E deixar essa
4367discussão quando nós formos discutir a listagem, discutimos isso e esse
4368assunto se vence.

4369

4370

4371**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4372**Paulo)** – Deixa só complementar o que ele está falando. É porque assim,
4373realmente não pode ficar processo de combustão porque nós temos resíduos

4374que é uma cinza, que é elegível e é resultado de combustão. Nós temos uma
4375outra proposta de redação para isso. Vermelha ou amarela nós vamos ter que
4376rever essa...

4377

4378

4379**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Fica em
4380vermelho então para não... Roberto você disse que não pode ser parágrafo?

4381

4382

4383(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

4384

4385

4386**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Então, ele vira §
43874º e pula para cima do artigo. Aí ele vira § 4º em vez de único. Nós vamos ter
4388que fazer ainda mais um pente fino com certeza nisso. Ok? Ficou vermelho. O
4389§ 6º. Por favor, desculpe, eu atrolei a observação da Zilda em relação ao
4390atual § 4º.

4391

4392

4393**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Não é a primeira vez que eu
4394peço a palavra. O que se nós estamos dizendo no parágrafo, no caput ou no
4395parágrafo, no artigo seguinte, que é proibida a utilização de resíduos perigosos,
4396toxicidade é uma característica de periculosidade, o texto está redundante,
4397quer dizer, eu não vou emitir nenhum comentário acerca do resto do parágrafo,
4398eu acho que ficou bem clara a colocação da CNI, nós discutimos depois o
4399processo de combustão. Agora, eu pediria que tirasse ou tóxicas, que eu acho
4400que isso está redundante em relação a resíduo perigoso, toxicidade é a
4401característica de... Pela NBR 10.004 de resíduo perigoso. Eu gosto muito de
4402discutir isso com o Wanderley, não estou certa Wanderley? Peguei ele ali
4403conversando, não é? Isso está no outro artigo. O Pops é uma coisa, substância
4404orgânica persistente, o poluente organicamente persistente é uma coisa, agora,
4405o tóxico aí que está redundante.

4406

4407

4408**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A
4409argumentação da Zilda é que o perigoso já está proibido no artigo seguinte.
4410Exatamente. Ok. Resíduo importados é vermelho, discute-se adiante, por favor.

4411

4412

4413**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Se for muito importante
4414deixar alguma coisa de resíduos importados, eu acho que esse parágrafo
4415deveria ter uma redação simples, dizendo, a importação de resíduos deverá
4416obedecer a legislação em vigor. Qual é a nossa preocupação? Perigoso?
4417Perigos é importação proibida pela Lei 12.305 e regulamentada pela nova
4418Resolução 452, eu acho que é esse o número, eu não decorei ainda. 452/2012.
4419Então, o parágrafo poderia ter uma redação do tipo, para resíduos importados
4420deverá ser obedecida a legislação em vigor. Nós temos lei e Resolução que
4421regulam a matéria.

4422

4423

4424 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4425 **Paulo)** – Zilda, deixa-me ser chatinho nisso. É o seguinte, tem uma legislação
4426 em vigor, mas sobrou um outro pedaço dessa discussão que é o seguinte,
4427 mesmo não perigoso o resíduo do gerador nacional passa por uma série de
4428 processos de avaliação e como fica isso se ele está vindo de fora? Porque
4429 aquela coisa de mesmo sendo não perigoso, mesmo sendo elegível você vai
4430 ter que analisar.

4431

4432

4433 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Exatamente por
4434 isso que está pintado de vermelho, não vamos discutir agora porque essa
4435 discussão vai longe.

4436

4437

4438 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4439 **Paulo)** – Tudo bem. Só para contra argumentar o que ela falou.

4440

4441

4442 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – A proposta da
4443 Zilda...

4444

4445

4446 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4447 **Paulo)** – Eu sei Zilda, mas o grupo não está satisfeito.

4448

4449

4450 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Por isso mesmo
4451 que ficou vermelho, porque não há acordo nessa questão e é uma questão que
4452 nós vamos precisar aprofundar, à luz até daquilo que se levantou aqui das
4453 questões de regulamentação de Comércio Exterior, nós vamos ter que
4454 encontrar uma forma de interesse do grupo que é proibir essa importação, com
4455 uma legislação de comércio exterior. Está bom? Por isso que está em
4456 vermelho. Agora, vamos então, para o Artigo, virou Art. 5º. Que o que está
4457 pintado de amarelo é o texto que diz: os resíduos elegíveis como matéria-prima
4458 para fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes utilizados como
4459 insumo agrícola de aplicação no solo são os seguinte, aí eu acho que está
4460 pintado... Ele é vermelho todo porque esses são os resíduos elegíveis. Vamos
4461 adiante. Desse jeito nós vamos cair nos vermelhos... § 2º do art. 5º, pela nova
4462 numeração, antigo art. 4º.

4463

4464

4465 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu acho que tem nexos com
4466 a listagem dos resíduos elegíveis, aqui, na verdade, está remetendo ao
4467 Conama a competência de ampliar ou não a listagem. Nós devemos discutir
4468 isso dentro do capítulo de resíduos elegíveis. Marcaria de vermelho em
4469 conjunto com a listagem completa.

4470

4471

4472 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Ok. Em
4473vermelho então. O art. 6º é todo vermelho? É que mudou. Agora, o atual Art. 6º
4474é branco. O Art. 7º é que é vermelho.

4475

4476

4477 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu tenho proposta nesse §
44782º. Acho que não é polêmico, dá para discutir aqui. Tem a ver com uma
4479preocupação que nós temos de permitir que as empresas que geram resíduos
4480possam fazer o tratamento, até mesmo se ele tem um resíduo que poderia ser
4481chamado de perigoso, ele ser tratado na unidade e deixar de ser perigoso.
4482Então, nós tínhamos conversado isso aqui anteriormente, que é uma
4483possibilidade, a segurança que as empresas que geram resíduos teriam a
4484mais, “eu quero tratar aqui, sai daqui como não perigoso”, aliás, só sai daqui
4485para micronutrientes, mediante ao tratamento que eu quero dar, daquilo que é
4486meu interesse, por exemplo, pode fazer um processo hidrometalúrgico e
4487nominar todos os contaminantes indesejáveis. É um exemplo. Eu acho que isso
4488aqui não prejudica em nada.

4489

4490

4491 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4492**Paulo)** – Eu chamo atenção novamente. Quando nós colocamos isso, a ideia
4493não era restringir o tratamento junto ao gerador do resíduo, a ideia é impedir
4494uns terceiros fazendo coisas indevidas no processo.

4495

4496

4497 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Se vocês me permitirem eu
4498gostaria de apresentar uma emenda para análise, se vocês concordam eu não.
4499Eu acho que ambientalmente é melhor, o gerador que não tem opção, que gera
4500o resíduo poder fazer o tratamento. É uma segurança a mais porque sai da
4501fábrica deles já previamente tratado.

4502

4503

4504 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4505**Paulo)** – Eu acho que pode junto ao gerador ou junto ao fabricante.

4506

4507

4508 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Isso. Eu vou fazer uma
4509proposta de redação. Você pode me ajudar? Vamos lá. Isso. O tratamento a
4510que se refere o parágrafo anterior, poderá ocorrer na unidade geradora, aí você
4511elimina somente deverá e em uma unidade específica, poderá ocorrer... Vamos
4512fazer o seguinte, apague ou tache somente deverá... Você não copiou ainda
4513não.

4514

4515

4516 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (IBAMA)** – Eu vou ter que
4517sair. Realmente não tem... Mas minha proposta é a seguinte, terminem a
4518discussão dessa sugestão...

4519

4520

4521 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4522

4523

4524 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – O tratamento a que se
4525 refere o programa anterior poderá ocorrer na unidade geradora ou empresa
4526 fabricante de micronutrientes, se restringe a esses dois universos. Deverá
4527 ocorrer? Tudo bem. Porque ou me dá a possibilidade de fazer.

4528

4529

4530 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4531 **Paulo)** – Eu só posso falar uma coisa da redação dele? Eu acho que deveria
4532 manter em uma unidade específica, por quê? Para ficar configurado que ali tem
4533 um processo de tratamento de resíduo que vai ser apreciado. E também evitar
4534 que se entenda a diluição como um processo. Então, eu manteria a unidade
4535 específica junto ao gerador ou o fabricante de micronutrientes.

4536

4537

4538 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu concordo. Não tem
4539 nenhuma dificuldade. Na unidade. Vamos lá pessoal, repetir para nós não nos
4540 perdermos. O tratamento a que se refere o parágrafo anterior deverá ocorrer
4541 em uma unidade específica, na unidade geradora, ou empresa fabricante de
4542 micronutrientes, ou na empresa. Isso. O tratamento deverá ocorrer na unidade
4543 geradora em uma unidade específica...

4544

4545

4546 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4547

4548

4549 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – obrigado Roberto. A
4550 princípio nós apresentamos isso...

4551

4552

4553 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4554 **Paulo)** – Deixa claro isso porque senão o órgão ambiental pode entender que
4555 ele pode licenciar o intermediário.

4556

4557

4558 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não é o que o Governo de
4559 São Paulo...

4560

4561

4562 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4563 **Paulo)** – Ela é clara no processo como um todo, ou o tratamento é junto ao
4564 gerador ou é junto ao fabricante de micronutrientes, porque hoje na prática...
4565 Isso. É. Unidade específica... Por que é uma unidade específica? Porque
4566 precisa configurar naquele processo que tem uma unidade de tratamento e não
4567 alguma coisa que ele já fazia... Por isso justamente para ser licenciado é que
4568 nós chamamos unidade específica porque se um gerador de resíduo quer tratar
4569 resíduo, ele precisa ter uma unidade específica que também vai ser licenciada.
4570 Se o fabricante de micronutriente quer produzir, ele também vai ter uma
4571 unidade específica de tratar resíduo.

4572

4573

4574**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O que é a diferença eu dizer
4575unidade específica e dizer unidade de tratamento de resíduo devidamente
4576licenciado? Nenhuma.

4577

4578

4579**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4580**Paulo)** – Pode melhorar a redação, mas a ideia é essa.

4581

4582

4583**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu estou dizendo assim, se
4584você colocar um uma unidade de tratamento de resíduos devidamente
4585licenciados, você abrange as três hipóteses.

4586

4587

4588**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4589**Paulo)** – Zilda, presta atenção. Uma unidade devidamente licenciada está
4590implícito que pode ser uma de terceiro, em um outro lugar, isso não se quer
4591tudo bem.

4592

4593

4594**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mas aqui eu estou dizendo
4595unidade específica. Unidades?

4596

4597

4598**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4599**Paulo)** – Tem. Pode ser umas unidades devidamente licenciada, mas ela tem
4600que ser junto ao gerador ou junto ao fabricante de micronutrientes. Isso tem
4601que ficar. Podemos acertar a redação.

4602

4603

4604**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Isso não está escrito aí. Essa
4605sessão não essa escrito aí. Por isso que eu estou dizendo, o que está escrito aí
4606se eu colocar unidade de tratamento de resíduos devidamente licenciada para
4607tal fim está abarcando as três.

4608

4609

4610**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4611**Paulo)** – Mas não vamos abarcar as três, só vai abarcar junto ao fabricante, o
4612gerador do resíduo, ou junto do fabricante, a terceira tem que ficar fora. Pode
4613melhorar em vez de unidade de...

4614

4615

4616**A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Não é isso que está escrito
4617aí.

4618

4619

4620**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4621**Paulo)** – Então, põe em um unidade devidamente licenciada, mas junto ao

4622gerador do resíduo ou fabricante do micronutriente. Olha lá os resíduo que...
4623Espera aí. Deverá ocorrer, em vez de unidade específica você pode unidade
4624devidamente licenciada como você falou, mas também tem que ficar na
4625unidade geradora ou na empresa de fabricante da micronutriente.

4626

4627

4628**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Mas se você colocar na
4629unidade específica, ou na unidade devidamente licenciada, eu não vou estar
4630subentendendo que ele é ligado ao gerador ou ao fabricante de micronutriente.

4631

4632

4633**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4634**Paulo)** – Que tem falar lá, que ser ligado ao gerador ou fabricante, Zilda. Eu
4635acho bom nós irmos embora porque nós estamos batendo cabeça aqui.

4636

4637

4638**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – O que você está dizendo não
4639está escrito. É só isso.

4640

4641

4642**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4643**Paulo)** – A ideia que precisa ter... Vamos interromper amanhã nós retomamos.

4644

4645

4646**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só uma questão de
4647ordem. Eu sou vice-presidente da Comissão, eu abri mão dos trabalhos porque
4648me sento impedido por dois motivos, primeiro porque considerávamos que o
4649Art.6º é premissa e segundo que ela envolve não só a questão de classificação
4650e a quantidade de resíduos admissíveis, mas também a questão de viabilidade
4651de gestão. Então, aí se entra num processo de trabalho sem coordenação.

4652

4653

4654**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4655**Paulo)** – Eu acho que nós poderíamos interromper aqui porque nós estamos
4656batendo cabeça. Estamos quase falando a mesma coisa, mas não estou sendo
4657claro. Vamos retomar amanhã de manhã?

4658

4659

4660**A SRª. SERGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – Deixa eu só deixar uma coisa
4661aqui amarrada no toco, como se diz no Goiás? Poderia passar o § 3º para
4662antes do segundo e ficar detalhado, licenciado já, determinado e depois...

4663

4664

4665**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4666**Paulo)** – O terceiro pode até sair se melhorar a redação do segundo.

4667

4668

4669**A SRª. SERGIA DE SOUZA OLIVEIRA (MMA)** – Pois é, se ele ficar ele pode ir
4670para antes do segundo e você já sempre pré define que é o licenciamento

4671quando você falar sobre onde pode ocorrer já se subentende que é
4672licenciamento.

4673

4674

4675**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**
4676**Paulo)** – O importante são duas coisas. Ele tem que ser realmente licenciado e
4677ele tem que estar junto ao gerador de resíduo ou junto ao fabricante de
4678micronutrientes. Amanhã nós fechamos isso.